



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**GUILHERME AUGUSTO MARQUES CARDOSO**

**A MÁSCARA DO ANONIMATO: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA**

**Palhoça**  
**2014**

**GUILHERME AUGUSTO MARQUES CARDOSO**

**A MÁSCARA DO ANONIMATO: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Professora Dra. Nádia Régia Maffi Neckel

Palhoça

2014

C26 Cardoso, Guilherme Augusto Marques, 1985-  
A máscara do anonimato : uma perspectiva discursiva /  
Guilherme Augusto Marques Cardoso. – 2014.  
148 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,  
Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nádia Régia Maffi Neckel

1. Análise do discurso, 2. Linguagem e línguas. I. Neckel, Nádia Régia Maffi, 1975-. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. IV. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

**GUILHERME AUGUSTO MARQUES CARDOSO**

**A MÁSCARA DO ANONIMATO: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA**

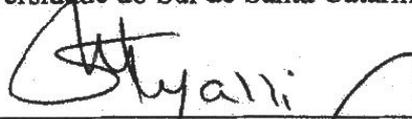
Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 5 de novembro de 2014.



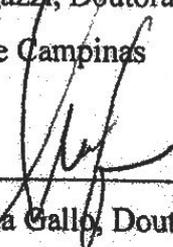
---

Professora e orientadora Nádia Régia Maffi Neckel, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina



---

Professora Suzy Maria Lagazzi, Doutora  
Universidade Estadual de Campinas



---

Professora Solange Maria Leda Gallo, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dentro de um grande eufemismo, gostaria de agradecer a propensão deste universo em abrigar o que chamamos de vida.

Agradecimentos muitos à mamãe e papai pela singularidade de valores e perspectivas imbuídas; muito de vocês está comigo.

A meus professores que de longa data são os provocadores e que fomentam esta mania de manter desperto o desejo por continuar questionando.

A meus irmãos, tias e tios, primos e primas, sobrinhas e sobrinhos, afilhadas, amigos e amigas, beijos, abraços e carinhos. Este conjunto é o combustível de minha motivação. Vocês são o movimento da vida e muito do reflexo da minha existência, tenho orgulho em fazer parte da vida de todos.

Em especial, aos professores do curso de Ciências da Linguagem: Giovanna Flores, Solange Gallo, Aldo Litaiff, Sandro Braga, Antônio ‘Caco’ Carlos, Dilma Juliano; Fernando Vugman e à UNISUL. Imensamente grato pelas perspectivas oferecidas que tanto colaboraram com o meu crescimento e com o destes escritos.

Grato, especialmente, a minha orientadora Nádia Neckel, pela paciência, carinho e dedicação que senti ao longo desta jornada. Quero levar ao leitor a gentileza que ela sempre enfatizou, a dedicação que ela demonstra e a paixão pelo que faz.

*“A vida é muito curta para ser pequena.”*

Benjamin Disraeli

## RESUMO

Este trabalho apresenta um gesto na direção de tentar compreender como são possíveis os efeitos de sentidos da *máscara do anonimato*. Através da acareação dos diferentes elementos sobrepostos e, também, esquecidos na máscara, é possível questionar sobre como esta exerce, politicamente, o movimento de ser e/ou estar anônimo na perspectiva discursiva. Como principais escopos teóricos temos: Michel Pêcheux (2009) no desígnio da Análise do Discurso, em especial, nas noções de posição-sujeito e no processo de identificação. O desenvolvimento das condições de produção como explicadas por Eni Orlandi (2012); a noção de imbricação material trazida por Suzy Lagazzi (2009[2004]). E em aproximações teóricas de: Roland Barthes (1971) em suas percepções acerca do *poder*, marcado na/pela linguagem e a teoria de Marcel Mauss (2003) na compreensão de *persona* dentro dos laços socioantropológicos.

Palavras-chave: Análise do discurso. Máscara. Anonimato.

## ABSTRACT

This paper presents a gesture on the direction of trying to understand how are possible the effects of meaning in the anonymous mask. Through the confrontation of different overlapping elements, and also forgotten in the mask, it is possible to question how this mask makes influence on a political way through the movement of being anonymous on a discursive perspective. At the main theoretical scope we had Michel Pêcheux on the assignment on the field of Discourse analysis, special attention on the development notions of subject place and on the process of identification. The development concept of production conditions as explained by Eni Orlandi (2012); the theoretical view of material overlapping brought by Suzy Lagazzi (2009 [2004]); And in theoretical approaches: Roland Barthes (1971) in their perceptions of Power (in the social aspect), marked in / through the language and also; The theory of Marcel Mauss (2003) in understanding the *persona* within social/anthropologic views.

Keywords: Discourse analysis. Mask. Anonymous

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema do Estádio de espelhos .....	28
Figura 2 – Diferentes perspectivas de texto.....	35
Figura 3 – Transição do indivíduo.....	41
Figura 4 – Cenas/frames do vídeo .....	56
Figura 5 – Máscara de Guy Fawkes .....	58
Figura 6 – Manifestantes utilizando a máscara .....	60
Figura 7 – Máscara teatral atelana (Século II a.C) .....	65
Figura 8 – Máscara teatral asiática (Autor e ano desconhecidos, provável.....	65
Figura 9 – Máscaras de Veneza (Veneza, Itália, Festa comemorativa de rua no ano de 2010)	66
Figura 10 – Máscara contra gases (2014).....	66
Figura 11 – Exemplos das variações da máscara .....	74
Figura 12 – Categorias dos signos.....	76
Figura 13 – Carta anônima enviada à William Parker (1605).....	82
Figura 14 – A Conspiração da Pólvora (1605, artista desconhecido) .....	83
Figura 15 – A prisão de Guy Fawkes (1605, artista desconhecido).....	84
Figura 16 – Imagem Histórica de Guy Fawkes (1605, artista desconhecido).....	85
Figura 17 – Réplica restaurada da máscara de Guy Fawkes (1983, artista desconhecido).....	86
Figura 18 – Capa “V for Vendetta” .....	87
Figura 19 – Evolução da imagem da máscara .....	88
Figura 20 – Grupo “Anonymous” utilizando a máscara de Guy Fawkes.....	89
Figura 21 – Um dos símbolos do grupo “Anonymous” .....	91
Figura 22 – Cena do enforcamento de Guy Fawkes.....	97
Figura 23 – Personagem "Evey" .....	98
Figura 24 – Personagem "V" .....	99
Figura 25 – O nome "V" sobre o lema antagonizado no filme.....	99
Figura 26 – "V" após ser alvejado, explana seus ideais .....	100
Figura 27 – Mascarado anônimo e agente do Estado .....	112
Figura 28 – Manifestação predominantemente pacífica (Florianópolis, Brasil, 2013). .....	112
Figura 29 – Fogo a casa do governo (Brasília, Brasil, 2013) .....	113
Figura 30 – A máscara em protesto (detalhe para a máscara de Guy Fawkes e contra gás) ..	114
Figura 31 – Máscaras em detalhe .....	115
Figura 32 – Cenas do vídeo .....	120

Figura 33 – Não é sobre sapatos.....	122
Figura 34 – Multidão anônima .....	130
Figura 35 – Manifestação com elementos anônimos (Belém, Pará, Brasil, 2013).....	132
Figura 36 – Manifestação com elementos anônimos 2 (São Paulo, Brasil, 2013) .....	133
Figura 37 – Manifestação com elementos anônimos 3 (Florianópolis, 26 de junho de 2013) .....	133

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ARCABOUÇO TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1	HISTORICIZANDO A ANÁLISE DO DISCURSO .....	30
2.2	ALGUNS CONCEITOS FUNDANTES .....	34
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO DO CORPUS.....</b>	<b>53</b>
3.1	CONDIÇÕES “GERAIS” DE PRODUÇÃO DA MÁSCARA.....	62
3.2	ESCUITA TEÓRICA: A SEMIÓTICA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO MÁSCARA..	69
3.3	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO “ESPECÍFICAS” .....	79
3.3.1	Desenvolvendo a historicidade da máscara do personagem “V”.....	85
3.3.2	Da história aos quadrinhos e do cinema as ruas .....	91
3.3.3	Alguns efeitos produzidos pelo filme .....	96
<b>4</b>	<b>PERSPECTIVA DISCURSIVA: O POLÍTICO NO ANONIMATO.....</b>	<b>102</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dissertação, aqui apresentada, ancora-se teoricamente na Análise do discurso (AD) proposta por Michel Pêcheux, na França, a partir da década de 60 do século XX. Tal ancoragem nos é consequente visto a proposição deste estudo, que é a de apresentar uma das possíveis leituras resultantes do processo analítico discursivo da máscara do anonimato.

Mesmo que amparados e ancorados na perspectiva discursiva, em alguns momentos, no corpo do texto, servimo-nos de noções delineadas em outras perspectivas teóricas, porém, tal procedimento será teoricamente e metodologicamente tracejado pelo objetivo de promoção de escuta e interlocução com e destas noções e reflexões guardando as devidas particularidades e especificidades próprias do gesto analítico discursivo.

Esta justificativa é tão precocemente mencionada para que o leitor deste estudo permita-se uma leitura que considere os aspectos linguísticos e históricos determinantes nas formulações teóricas. Falamos de uma relação de articulação e mobilização advinda da aproximação, tanto de questões teóricas, quanto das formulações analíticas-afeitas a partir de outras perspectivas demandadas pelo *corpus* de análise. Esperamos que tal batimento permita-nos apresentar nosso lugar teórico que é próprio do entremeio proposto pela Análise do Discurso enquanto constituição teórica. Em nosso gesto de análise da *máscara do anonimato*, buscaremos descrever e interpretar a produção de sentido que se realiza no processo de interlocução: máscara – sujeito – sentido.

O efeito desta escuta teórica advinda desta aproximação não é determinante, mas constitutiva e consequente, quando frente ao objeto de estudo – a máscara – da qual indagamos acerca das propriedades políticas do anonimato. Tais políticas não são indiferentes “às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998, p. 74), desta maneira, compreendemos tais injunções como constitutivas do processo de interpretação de um sujeito socialmente constituído.

Tais prepostos, portanto, nos permitem um trajeto analítico em que buscamos descrever/interpretar efeitos advindos deste “trabalho de construção discursiva do social” (INDURKY, 2002, p. 117), ou seja, advindos e configurados do/no político desta máscara advinda de Guy Fawkes (também conhecido como Guido Fawkes ou John Johnson) e do anonimato, produzidos por diferentes *posições sujeito* e no processo de *identificação*.

Estas noções serão por nós mobilizadas, em um gesto de interpretação dos efeitos políticos desta máscara e do anonimato por ela proposto. Ou seja, ao mobilizar estas noções nos voltaremos para a leitura do(s) gesto(s) de interpretação tecido(s) nesta máscara e, de modo consequente, para o processo de produção de sentido do anonimato que pode ser descrito e interpretado a partir desta leitura.

É na tentativa de compreensão dos sentidos inscritos nesta máscara (e advindos dela) que mobilizamos os aspectos relativos ao interdiscurso que aqui nos interessam. Por isso, ao traçar o percurso histórico sobre esta máscara, produzimos um breve capítulo sobre a “Conspiração da Pólvora” e as implicações e desdobramentos que instauram-se constitutivamente pelos efeitos de sentidos que reverberam e são apropriados, por uma revista de história em quadrinhos (HQ) e de um filme de entretenimento baseados no personagem Guy Fawkes da mencionada conspiração.

Frente ao objeto de análise: a máscara, e, tendo como norte que o gesto de interpretação é derivado de uma discursividade que o sustenta e na qual o sujeito se inscreve, é que estudamos, e buscamos compreender, os efeitos de sentido que se sobrepõem como “camadas” *sobre, sob e em relação à* máscara. Tais movimentos, afetam os gestos de leitura dos sujeitos que a interpretam adicionando, alterando e apagando os sentidos configurados na/pela máscara.

Sentidos advindos de Guy Fawkes, mais especificamente, afetados pelos sentidos que reverberam dos ‘ideais’ de Guy Fawkes, que se historicizam e se depreendem nos personagens ‘V’ e ‘Evey’ marcam quem são os personagens e, assim, nesse movimento, produzem sentidos sustentados pela relação entre memória e história. Buscamos compreender, neste funcionamento discursivo, o processo de apagamento, deslizamento e apropriação dos efeitos de sentido na construção/produção da interpretação deste sujeito sobre e *em relação a* máscara.

Nesta esteira, então, passamos a refletir acerca das relações políticas do anonimato, estas que de acordo com o gesto analítico procedido nesta dissertação, novamente deslizam e, discursivamente, são “unidas” a um ambiente virtual anônimo, à sub-rede da *internet* chamada “*Deep Web*” mais especificamente a rede *TOR*.

O grupo “*Anonymous*” se apropria em parte desta máscara, apropriação esta que decorre na inscrição de outros dizeres, outros sentidos, ou seja, ‘novos’ atravessamentos e possibilidades deste ‘novo’ local anônimo. Estes ‘novos’ elementos, advindos de discursividades outras, transgridem o ambiente virtual e suas relações e encontram nos protestos contra medidas do Estado, um ‘novo’/outro espaço de formulação.

Neste ‘novo’ espaço, o anonimato e seu gesto político são coibidos pelos aparelhos repressores do Estado, como pensados Althusser (1985), o que talvez evidencie o lugar de resistência a este Estado. Um exemplo que direciona a discussão sobre ‘*ser*’ anônimo e ‘*estar*’ anônimo, discussão esta que aparenta aproximar-se do cerne de uma posição de anonimato.

Cabe, neste momento, deslindar que o *corpus* de análise parte da relação do anonimato como gesto político. Pretendemos debruçar-nos neste gesto de análise em materialidades que mostrem tal movimento, quais sejam:

- A) As relações de memória que se mobilizam pelo inglês Guy Fawkes;
- B) Os deslizamentos de sentidos no HQ e o filme homônimo ‘V’ de Vingança;
- C) A presença da máscara em um vídeo de 2012 em uma manifestação em Belo Horizonte;
- D) A apropriação da máscara, e principalmente os deslocamentos da posição anônima atravessada por um ambiente virtual;
- E) As implicações desta tomada de posição anônima, (im)possível na forma política;

Aos elementos para esta discussão, integram-se os protestos de junho/julho de 2013 no Brasil, em especial, sob a perspectiva do mascarado anônimo e os deslizamentos nos sentidos produzidos na e pelo discurso da máscara.

O movimento das posições *ser/estar* anônimo conduzem, primariamente, às discussões nestes escritos, mas são feitos passos paralelos para observar o entorno. Ou seja, interessa-nos tanto o teórico como o político da máscara em perspectiva.

Para compreender tais aspectos optamos por duas escutas teóricas: a primeira advinda da semiótica, mais especificamente nos postulados de Charles Sanders Peirce, a fim de entender o aspecto compositivo da máscara em sua estrutura visual. A segunda em referência de uma questão que atravessa o aspecto político de portar a máscara, ou seja, a relação entre *rosto* e *face*. Para tanto optamos por Giorgio Agamben e sua mirada filosófica contemporânea. É preciso ressaltar que tais escutas só são possíveis porque estamos filiados a uma perspectiva teórica como a AD.

Desta maneira, conforme o leitor desta dissertação pode observar, abordam-se outros teóricos que não se inscrevem, necessariamente, na Análise do Discurso, porém, ao egermos um escopo teórico de permanente escuta, estamos sendo consequentes com uma abordagem de entremeio e que está determinada pelo procedimento metodológico, o qual nos permite questionar acerca dos sentidos naturalizados e lidos como transparentes.

A proposta de apresentar, a partir da perspectiva discursiva, este estudo, baliza-se por demonstrar a opacidade dos efeitos de sentido na máscara anônima. Longe de tentar esgotar os horizontes deste assunto, este trabalho é um “mergulho em profundidade” nas condições de produção do discurso do anonimato. Este mergulho exige-nos um fôlego de leituras e tenta aprofundar as/nas dimensões políticas da (im)possibilidade de ser e/ou estar anônimo no laço social.

A estrutura capitular foi desenvolvida para em um primeiro momento situar o leitor dentro do campo teórico da AD, desde uma perspectiva sobre os elementos compositivos da teoria (materialismo histórico, estudos psicanalíticos e linguísticos) até os conceitos e considerações teóricas que serão mobilizados no gesto de análise.

Posteriormente a dissertação se direciona em uma apresentação do *corpus* que será analisado, já formulando considerações sobre o processo discursivo. Serão tratadas neste momento as evoluções sócio-históricas da máscara, desde a revolução da pólvora até os protestos que se apropriam deste objeto e como alguns sentidos são mobilizados/esquecidos por este trajeto.

A perspectiva discursiva será abordada após este levantamento e levanta questionamentos acerca das interpretações (im)possíveis realizadas de forma a aproximar indagações também filosóficas sobre o desenvolvimento da análise. Em um último momento neste trabalho apresentamos algumas considerações finais sobre o anonimato analisado durante a leitura de forma a recuperar pontos considerados pertinentes.

## 2 ARCABOUÇO TEÓRICO

O prisma que utilizaremos para observar a proposta da “máscara do anonimato” é a Análise do Discurso pecheutiana. Este prisma, tanto quanto o poliedro matemático, possui em sua composição faces. Pensar nas diferentes faces de um prisma, nos permite pensar nas diferentes formas de se aproximar de um *corpus* de análise. Ou seja, cada analista de discurso recorta diferentemente seu *corpus* de análise. Incorre aqui, um primado da disciplina que se coloca a realizar uma análise “não subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 2009, p.121).

A AD pode ser considerada como um movimento crítico que se coloca em funcionamento no entremeio destas faces. Já as faces deste prisma podem ser apontadas, sem uma ordem específica, como a Linguística proposta por Ferdinand Saussure (2012), no Curso de Linguística Geral em que o autor estabelece que a língua seja dotada de opacidade pelo *valor* linguístico e pelo caráter de *arbitrariedade* associadas ao signo. Esta relação que a *arbitrariedade* possui com o signo o impregna de laços sociais, pois podemos apontar que para que exista este fator é necessário que existam diferentes níveis de interesse/poder dentro do laço social.

Estas premissas habilitam a linguagem a ter, em sua constituição, falhas constitutivas e irregularidades, que permitem desde o não entendimento, até o desentendimento dentro de um mesmo sistema. As palavras, e por consequência as línguas, são entidades vivas e em movimento, pois abordam a singularidade linguística na história. Esta teorização implica que o significado é sempre um composto de outros significados, sendo assim, atrelado a uma forma contínua e passível de equívocos interpretativos. Importante salientar que Pêcheux compõe a AD de forma a oportunizar uma escuta teórica a eventuais disciplinas que tenham interesse pelo *corpus* a ser analisado.

De acordo com Orlandi (1996), é uma disciplina de que existe no entremeio da Linguística, Ciências Sociais e Psicanálise. A autora explica este posicionamento teórico-analítico:

A Análise de Discurso, ao se fazer no entremeio entre Linguística e Ciências Sociais, não se especifica claramente um lugar no/de reconhecimento das disciplinas. O que lhe importa é sobretudo colocar questões para a Linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem, a do sujeito e a do sentido, transparência sobre a qual essas ciências se assentam. Nesse mesmo movimento em que a AD

exerce sua prática crítica, ela mostra que o recorte de constituição dessas disciplinas que levam a essa separação necessária — entre linguagem e exterioridade — e se constituem nela, é o recorte que nega a existência desse outro objeto, o discurso, que coloca como base a noção de materialidade, seja linguística, seja histórica, ligando de modo particular linguagem e exterioridade. (ORLANDI, 1994, p. 54).

Podemos afirmar, amparados na mencionada autora, que a AD aponta à devolução da opacidade da língua, onde surge sua contradição e sua falha na história. Neste entendimento, a AD trabalha:

[...] com as relações de contradição que se estabelecem entre essas disciplinas, caracterizando-se, não pelo aproveitamento de seus conceitos, mas por repensá-los, questionando, na linguística, a negação da historicidade inscrita na linguagem e, nas ciências das formações sociais, a noção de transparência da linguagem sobre a qual se assentam as teorias produzidas nestas áreas. (FERREIRA, 2001, p. 12).

A AD nos possibilita compreender o processo de constituição do sentido, desta maneira, pensar sobre “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 1994, p. 58). Assim, “levamos em conta tanto a constituição dos sujeitos como dos sentidos afetados pela ideologia (e pelo inconsciente)” (ORLANDI, 1994, p. 58), e com este entendimento torna-se possível compreender como se configura o sentido lido/interpretado/significado pelo sujeito. Ou seja, pelo dispositivo teórico analítico depreendemos o(s) processo(s) que permite(m) a constituição de um sentido pelo sujeito em detrimento a outro(s) possíveis sentido(s).

Como analistas, desta forma, nos permitimos questionar a história e, deste questionamento, levantar e refletir acerca dos aspectos relativos ao *interdiscurso*, a rede de memória(s) tecida na e pela história. A noção de *interdiscurso* nos é trazida por Pêcheux:

*Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações ideológicas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima.*

Vamos desenvolver: propomos chamar **interdiscurso** a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo, que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.

Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva e dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de *encadeamento do pré-construído* e o efeito que chamamos *articulação* — que consideramos, de início, como leis psicológicas do

pensamento — são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso.

Concluiremos esse ponto dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas — aceitas — experimentadas. Ao dizer que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma “transcendência” (um *Outro* ou um *Sujeito reais*); (PÊCHEUX, 2009, p, 149) (Grifo nosso).

De forma concomitante consideramos prudente para compreensões futuras nesta dissertação a noção de intradiscurso tal como é abordado por Pêcheux:

Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente “articulação” (ou “processo de sustentação”) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de discurso-transverso, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão intradiscurso, isto é, o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito). (PÊCHEUX, 2009, p, 153).

Desta forma postulamos que o *interdiscurso* está para uma ordem da *memória* ao ponto que o *intradiscurso* é direcionado à estrutura, memória esta que: “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010b, 50). Neste texto Pêcheux reitera o funcionamento da memória discursiva que é um dos elementos que pretendemos mobilizar durante o gesto de análise. Especificamente esta noção pode ser elucidada como:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010b, p, 52).

Para tal reflexão durante esta dissertação, nos interessa mobilizar o político, ou seja, o lugar de tensão atravessado pelo *interdiscurso*, recortado pelo sujeito e configurado no sentido. Interessa-nos, portanto, refletir sobre relações políticas e que envolvem a textualidade/matéria significativa que analisamos. Nesta reflexão, pretendemos buscar apontar

o(s) conjunto(s) de elementos que permitem os efeitos de sentidos ali constituídos e configurados. Construimos um lugar de observação sustentado e assentado na materialidade discursiva e histórica do *corpus*, neste caso, da *máscara do anonimato*.

Estas considerações nos levam a pensar que a análise proposta nesta dissertação deve levar em conta os aspectos constitutivamente inscritos nesta máscara advindos de uma construção que remete a nossa descrição e interpretação “a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, opondo-se ao que é construído pelo enunciado” (PÊCHEUX, 2009, p. 89), neste caso, que é construída pelo texto/máscara e determinada materialmente no *interdiscurso*.

Tal determinação nos leva a pensar no que entendemos, ancorados em Pêcheux (2009, p. 89) utilizando-se das teorizações de Henry, como *pré-construído*:

[...] a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se o elemento já se encontrasse aí*. (PÊCHEUX, 2009, p. 89) (*Grifo do autor*).

Em relação ao funcionamento discursivo, as irrupções a que Pêcheux se refere são próprias do objeto teórico da AD: o discurso, e de modo consequente próprias do objeto de análise configurado pelos sentidos e sujeitos sempre em movimento. Para Pêcheux (2010, p. 81) o discurso é “um ‘efeito de sentido’ entre [...] A e B” e para Orlandi (2012, p. 21) “*efeito de sentido entre interlocutores*”. Este é o objeto (o Discurso) que a AD estuda. Dito de outro modo não o produto, aquilo que pode ser tomado como dado e, sim, o *corpus*, o processo. Desta maneira, cabe ao analista, determinado teórico e metodologicamente pela compreensão de como se produz a interpretação, construir e constituir o *corpus*, e para esta construção interessar-se pelo processo de produção de um efeito de sentido.

Neste entendimento, a AD permite que exista um questionamento crítico à abstração da língua como proposto pela Linguística até então, ou seja,

[...] especifiquemos que, ao falar de ‘domínios de pensamento’, não estamos querendo designar conteúdos de pensamento fora da linguagem, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo ‘conteúdo de pensamento’ existe na linguagem, sob a forma do discursivo (PÊCHEUX, 2009, p. 89).

Assim, relacionamos a noção de *pré-construído* apontada por Pêcheux (2009) como a composição de saberes anteriores, necessária para os sujeitos e sentidos se

constituírem mutuamente à noção de *formação discursiva*, “matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e também, o que não pode e não deve ser dito [...] definida a partir de seu interdiscurso” (FERREIRA, 2001, p. 15). “Essa formulação de um já-dito *assertado* (sic) em outro lugar permite à incorporação de pré-construídos à formação discursiva” (FERREIRA, 2001, p. 12). Ou seja, pensamos a relação e articulação entre *formação discursiva*, *interdiscurso* e *pré-construído*; o *pré-construído* constitui um “já-dito” determinado materialmente no *interdiscurso* pertinente a certa *formação discursiva*.

Desdobrando estas considerações teóricas, o termo ‘discurso’, conforme aqui é mobilizado, pode ser sustentado por diferentes *materialidades discursivas*, por exemplo: palavras em forma de som e/ou escritas; a sonoridade de uma música com ausência total do léxico; imagens; sons ou a sobreposição, em qualquer ordem, de quaisquer destes exemplos. É a presença de efeito(s) de sentido(s) entre interlocutores, ‘discurso’, que nos permite considerá-los em quaisquer materialidades. Essas considerações são possíveis a partir do amparo nos postulados de Pêcheux acerca da possibilidade de um discurso ser lido, descrito, interpretado, analisado pela/na imagem:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por outro viés: não mais a imagem legível na transparência, por que um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX 2010, p.55).

As teorizações de Pêcheux apontam uma direção e sustentam nosso gesto analítico na esteira das diferentes materialidades significantes. Nesse sentido, temos um longo percurso de formulações iniciadas por Orlandi (1995) a respeito da forma material e as formas do silêncio, passando por Souza em sua policromia (2001) e Neckel (2004) a respeito do Discurso Artístico; o que nos leva a considerar as diferentes maneiras possíveis com as quais as *materialidades discursivas* podem se relacionar em uma discursividade.

Nessa esteira, é incontornável a compreensão das proposições de Lagazzi (2004/2009) a respeito da imbricação material. Esta proposta se constrói metodologicamente e teoricamente alicerçada, conforme propõe a autora, num “trabalho analítico discursivo na intersecção de diferentes materialidades, no qual um dos pontos que tem se mostrado desafiador é o estabelecimento das marcas significantes relevantes para o funcionamento discursivo” (LAGAZZI, 2008).

É nas teorizações de Lagazzi (2004) que encontramos amparo para que este gesto se construa e se efetive, já que a autora considera “o movimento como constitutivo da

materialidade. Entendo, então, que recortar é selecionar significantes significativos do funcionamento discursivo, é estabelecer relações significativas entre elementos significantes em diferentes materialidades” (LAGAZZI, 2008.).

Nesta esteira é que servimo-nos da noção de *imbricação material* estudada e formulada por Lagazzi (2004) para que dela possamos refletir, descrever e interpretar não priorizando ou detendo atenção em uma materialidade singular em detrimento de outra, quando procedemos a constituição do *corpus* e do recorte nos diversos momentos e movimentos do estudo aqui apresentado. Deste modo, a noção de *imbricação material* é aqui mobilizada porque esta trata da não predominância de uma forma de materialidade sobre outra, ou seja, é o conjunto destas que possibilita um sentido possível. Já que a “imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais, em composição contraditória, o que significa a constante remissão de uma materialidade a outra frente às condições de produção” (LAGAZZI, 2009).

Esta “forma material”, como proposta por Orlandi (2007a), demanda a partir do conceito de discurso (“efeito de sentido entre interlocutores” [*ibid.*, p. 32]) apontar para que este discurso traga para a linguagem a sua “forma-material, que é a linguística e a história” (*ibid.*, p. 32). A autora adiciona a explanação sobre este importante aspecto nas considerações a seguir apresentadas:

Não se está negando aqui o corte (saussureano) necessário produzido pela fundação da linguística e que produz o linguístico para o linguista. Nem se está propondo que se some simplesmente o linguístico ao histórico, ao social, produzindo-se um "objeto total". Ao contrário, reconhecendo-se a impossibilidade dessa soma, a proposta é uma mudança de terreno teórico que não pretenda justamente tapar a falta, transpor o impossível da língua e o impossível da história, mas trabalhar essa impossibilidade. (ORLANDI, 2007, p. 32).

É partindo desta compreensão que (LAGAZZI, 2011, p. 401) desdobra desta “forma material” como podendo ser compreendida pela referida autora como o “modo significante pelo qual o sentido se formula” (*ibid.*, p. 401) e amparando-nos nesta formulação, é que fomos nos aproximando do *corpus* que pretendemos analisar. É partindo da *imbricação material* (LAGAZZI, 2004) que “essas formulações se sustentam na noção de entremeio de Orlandi (1999) [...] Orlandi apresenta a constituição da Análise de Discurso no entremeio da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise”.

Esse posicionamento não coloca uma disciplina a questionar outra por si só, mas é pelo processo de contrastes que é apontado o objeto de estudo do *discurso*. Lagazzi avalia que

[...] as formulações ‘intersecção de diferentes materialidades’ e ‘*imbricação material significante*’ ressaltam que não se trata de analisarmos a imagem e a fala e a musicalidade, por exemplo, como acréscimos uma da outra, mas de analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra. (LAGAZZI, 2011, p. 402).

É neste processo que entendemos que diferentes materialidades são organizadas sob o *corpus*. Propomo-nos, portanto, a mobilizar o dispositivo teórico analítico e metodológico para a constituição do *corpus* e do recorte em movimentos que se articulam para identificação dos trajetos de memória do discurso nestas e destas diferentes materialidades. Trajetos estes que permitem que, durante a análise, apontemos alguns dos efeitos de sentidos transitórios possíveis ao gesto de interpretação, considerando [...] que o gesto de interpretação é aquele realizado pela forma-sujeito de determinada formação discursiva, e não um gesto produzido por um enunciador em particular. (GALLO, 2009, p. 5-6).

Nas apropriações de tais formulações teóricas faz-se necessário um breve recuo na leitura que a AD recupera de Barthes, em sua “leitura como escritura”. Barthes (1971) teoriza sobre as dimensões em que a escritura direciona ao aprisionamento do escritor à sociedade. Este ponto pode ser interpretado como amplificando a multiplicidade dos sentidos e o movimento próprio à língua, cheia de opacidade, o que coloca o escritor sob o que Pêcheux (2009, p. 144) apontou como o efeito “Münchhausen”<sup>1</sup>: fazendo menção ao barão que se sustenta, pelos próprios cabelos, para transpor obstáculos – marcando assim, a impossibilidade do sujeito se esvaír da ideologia.

Ao escritor/autor de Barthes (1971) cabe se apropriar de palavras, escritas, que são descritas por outras palavras e somente quando este escritor passa ao ímpeto criativo e desvia-se da mera repetição grafada é que pode-se atribuí-lo como produtor desta escritura, é o movimento percorrido nesta passagem que faz do escritor o produtor de uma escritura segundo Barthes (1971).

Outro aspecto que Barthes (2007) teoriza é a relação impregnada na/da língua ao apontar que esta é, notadamente, uma expressão de *poder* que acompanha a história humana. Esta relação de *poder* de alguém para com alguém e para que exista tal *poder* é necessário que existam diferenças, classes. A invisibilidade deste *poder* ocorre pela impercepção de que a

---

<sup>1</sup> Este trecho da obra de Pêcheux será abordado em parágrafos subsequentes.

língua atua como uma máquina classificatória, que serve a quem a classifica, e este gesto, de classificar, é uma suma autocrática – um gesto demonstrativo de *poder*.

Barthes conjectura que a linguagem é uma forma de manifestar o *poder*. Assim, ao assumir a posição de *poder*, ele pode/deve afirmar. Ou seja, ao afirmar o sujeito reforça o seu lugar de *poder* social. Este *poder* tem efeito sobre o lugar que este sujeito pode dizer (o autor trabalha com o *poder* da/na afirmação). Desta maneira, o sujeito, de acordo com Barthes, marca e expressa, na e pela linguagem, *poder* no laço social. Portanto, a linguagem, para este teórico, é também uma expressão do *poder*. Assim, para Barthes, é necessário um posicionamento crítico à sedimentação dos sentidos, na linguagem entendida como gestos autoritários de *poder*, para que seja viável uma evasão dos antagonistas a este *poder*, aquilo que Barthes aponta como a(s) opacidade(s) do senso-comum que pretendem deslocar este *poder*.

Vemos aqui a necessidade de citar considerações teóricas do referido autor que ilustrem o posicionamento e teorização anteriormente descritos: “[...] objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem [...]. Não vemos o poder que reside na língua, por que esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva” (BARTHES, 2007, p.11).

Destas considerações é possível depreender que é pelas relações de poder atribuídas à linguagem que o questionamento das relações sociais tem sua importância denunciada. O social se faz na linguagem para marcar e reforçar suas relações de poder. Partindo destes argumentos, é possível questionar: - se no *corpus* de análise é pertinente pensar à existência de um local de tensão sujeito-linguagem-*poder*, seria possível marcar um deslizamento nas relações com o poder?

Para pensar a respeito destes questionamentos é necessário, após esse breve percurso em Barthes, retornarmos às proposições da AD, como desenvolvida por Pêcheux. É no lugar teórico analítico da AD que encontra-se a possibilidade em apontar tais opacidades reconhecendo a transparência e a estabilização do sentido como um efeito ideológico. É no movimento constituído no/do trajeto histórico-social que se processa o movimento de estabilização/desestabilização dos/nos sentidos.

Para tal retomada, torna-se conseqüente apresentar um aprofundamento em uma das teorias das quais a AD pecheutiana trabalha cientes de que a perspectiva discursiva encontra-se sustentada na articulação e na confluência de três diferentes correntes teóricas: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Neste momento, nos deteremos nesta última.

Com este objetivo e na continuidade de retomada das bases fundamentais, é necessário apresentar o conceito de forma material histórica capitalista, que parte de Karl Marx em um contínuo do Manifesto Comunista, com o auxílio de Friedrich Engels, e *O Capital* (2012) obra em que Marx relaciona a luta de classes, entre proletariado e burguesia, e estabelece as relações estatutárias entre o capitalismo, socialismo e/ou comunismo através da entidade Estado (MARX; ENGELS, 2011). Estas relações implicam no conceito de *capital* de acordo com Marx (2012), que é o valor produzido por um sistema econômico e garantido pelas instituições do Estado. Neste entendimento, o investimento capitalista é a fonte da *mais-valia* que representa a volatilidade do capital.

Este processo adiciona valor, de forma variável, pelas relações de substituição que acontecem no sistema produtivo. Esta manutenção de valores mantida pelo Estado constitui, na leitura de Marx por Louis Althusser (1985), a formação de entidades que diferentemente da visão de Marx consolidariam arquétipos sociais sem o uso da força, diferente dos aparelhos “repressivos” (ARE) do estado como: o exército, polícia, prisões etc. Desta forma, depreende-se que a leitura de Althusser envereda para a instância ideológica dos Aparelhos Ideológicos de Estado em que se configuram o funcionamento da ética e da moral advindas do social e que constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

O conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado<sup>2</sup> (AIE) constituído pelos sistemas: religiosos, escolares, familiares, jurídico, político partidário, sindical e de informação (imprensa, rádio, televisão, etc.) é considerado de origem particular, mas de direito burguês. Estes AIE’s marcam o que Althusser expressa com as noções do “real da história” e sua “não transparência”. Esta “não transparência” pode ser frisada pela dissimulação e simbolismo marcado pelos AIE’s no processo de sujeição do sujeito:

[...] devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam primeiramente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar ela) etc. (ALTHUSSER, 1985, p.70).

O autor aponta como estes efeitos produzem a sedimentação de sentidos. É possível exemplificar estes processos observando que na história os fatos se tornam versões, e

---

<sup>2</sup> Respectivamente ARE’s: Aparelhos Repressivos do Estado e AIE’s: Aparelhos Ideológicos de Estado. Utilizaremos esta nomenclatura no processo de análise nos capítulos subsequentes desta dissertação.

que ao longo da cronologia temporal, associada a fatores arbitrários, estas versões são tomadas como verdades ou inverdades para determinados coletivos. Se for comum à crítica de que “a história é contada pelos vencedores” a AD inclui em sua proposta uma quantidade maior de caminhos no que diz respeito à possibilidade de marcar, criticamente, os diversos trajetos históricos sedimentados por diferentes instituições.

Estas instituições atuam delimitando as margens do pensamento coletivo e corroboram para o conceito de que determinados sentidos “já estão lá” constituindo o sujeito, atuando na construção da noção de *ideologia*, inquestionável, mas ao mesmo tempo se fazendo imperceptíveis ao sujeito.

Destas considerações, podemos nos remeter à noção de *sujeito* que, segundo Haroche (1992), etimologicamente advém do século XII está “submetido à autoridade soberana”, o termo ainda é datado próximo a “sujeição” e são derivados destes os termos: “assujeitar” e “assujeitamento”. É possível citar a compreensão de Haroche (1992) já que para Althusser estas noções são um dos desenvolvimentos sobre a noção de *sujeito*. O processo de assujeitamento vai contra as “tradicionais noções filosóficas” que caracterizam o indivíduo como livre e não determinado pelo laço social, de uma transparência plena e intencionalidade que serve apenas a si.

A noção de sujeito pleno, determinante e consciente de seus atos e “escolhas” é compreendido aqui como efeito. É a *ideologia* que constitui os indivíduos em *sujeitos*. O sujeito, antes de ser afetado pelo efeito de ‘individualidade’, é assujeitado por valores, crenças e sistemas de poder que agem como formadores de um direcionamento. Desta maneira, o sujeito encontra-se afetado pelo efeito de ‘motivação própria’. É a ideologia constitutiva do laço social – através dos AIE’s – que o sujeita a isso, marcando as (im)possibilidades de resistência e docilidade deste indivíduo que acredita ser livre de tudo e todos, senhor de suas decisões. Este indivíduo que configurado em sujeito significa-se e é significado esquecendo que suas formulações constituem-se com ele, mas, não são geradas exclusivamente dele. Neste movimento, este indivíduo frequentemente esquece que os questionamentos formulados tecem-se em formulações que delimitam e determinam a interpretação e consecutivamente às respostas. O fragmento abaixo aponta uma compreensão, através da resposta de Althusser à John Lewis dentro do texto de Haroche (1992), que ampara as inferências anteriormente por nós apresentadas:

Que os indivíduos humanos, isto é, sociais, sejam ‘ativos’ na história como ‘agentes’ das diferentes práticas sociais [...], é um fato. Mas, considerando como ‘agentes’, os indivíduos humanos não são sujeitos ‘livres’ [...] no sentido filosófico desse termo.

Eles agem em e sob as determinações das ‘formas de existência’ histórica das relações sociais [...] A forma sujeito é [...] a forma de existência ‘histórica de todo’ indivíduo, agente das práticas sociais: as relações sociais [...] compreendem necessariamente, como parte ‘integrante’, ‘as relações sociais [jurídico]-ideológicas’ que, para ‘funcionar’, impõem a todo indivíduo – agente – a forma sujeito<sup>3</sup>. (ALTHUSSER *apud* HAROCHE, 1992, p.177).

As considerações anteriormente citadas nos permitem entender que o autor aborda o processo de constituição do indivíduo em sujeito salientando que os sujeitos movimentam-se, constituem-se, significam-se determinados pelas relações sociais de produção e reprodução e desta/nesta determinação configura-se a forma de existência histórica deste indivíduo, forma esta que o reveste. Neste funcionamento: “os indivíduos são sempre já sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 98). Para o referido autor, as relações sociais de produção e reprodução articuladas às relações sociais determinam o indivíduo por meio do processo histórico da constituição do sujeito e, assim, configuram a forma de ser sujeito, a forma-sujeito.

Tal compreensão é reiterada e aprofundada teoricamente em outras teorizações de Althusser:

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos”. (ALTHUSSER, 1985, p. 104) (*Grifo do autor*).

As teorizações deste autor apresentadas a seguir permitem um aprofundamento na compreensão acerca do processo de assujeitamento, pelas condições ideológicas que os determina.

“A sociedade não é composta de indivíduos”, diz Marx. Com efeito, a sociedade não é uma “composição”, uma “adição” de indivíduos; o que a constitui é o sistema de suas relações sociais, onde vivem, trabalham e lutam seus indivíduos. A sociedade não é composta de indivíduos em geral, de indivíduos quaisquer, que seriam outros tantos exemplares do “homem”; pois cada sociedade tem seus indivíduos, histórica e socialmente determinados. O indivíduo escravo não é o indivíduo-servo nem o indivíduo-proletário; e o mesmo ocorre com o indivíduo de cada classe dominante correspondente. No mesmo sentido, tampouco uma classe é “composta” por indivíduos quaisquer; cada classe tem seus indivíduos, modelados em sua individualidade pelas suas condições de vida, de trabalho, de exploração e de luta: pelas relações da luta de classes. Em sua massa, os homens reais são aquilo que deles fazem as condições de classe. Essas condições não dependem da “natureza” burguesa do “homem”: a liberdade. Ao contrário, suas liberdades incluindo as

---

<sup>3</sup> Veja-se em: L. Althusser, *réponse à John Lewis*, Maspero, Paris, 1973, p. 70-71.

formas e os limites dessas liberdades, incluindo sua vontade de luta dependem de tais condições (ALTHUSSER, 1978, p. 30).

Podemos afirmar que tais considerações apresentam os aspectos fundantes para compreender a ideologia na perspectiva que optamos neste estudo, a saber: a relação estabelecida pelo indivíduo entre suas reais condições de existência e as projeções imaginárias destas que são representadas na/pela ideologia; tal relação é sustentada e mobilizada nos/pelo(s) AIE's, desta maneira, o sujeito é constituído como sujeito pela ideologia.

Na contraparte dessa constituição do sujeito há imbricada, na perspectiva discursiva, a relação inconsciente e ideologia. Até este ponto, discutimos as questões inerentes à última; os aspectos que relacionam história/sociedade/ideologia, apoiados teoricamente em Althusser. Há, no entanto, a necessidade do percurso a respeito da constituição do sujeito na relação com o inconsciente, acerca desta relação/articulação no que diz respeito às relações deste indivíduo sempre já sujeito ao inconsciente.

Assim, podemos agora introduzir, nesta interlocução, a fim de dar continuidade à retomada das bases fundantes da perspectiva que ancora este estudo, a terceira base teórica. Optamos por iniciar esta parte remetendo-nos à Sigmund Freud<sup>4</sup> e a teorização produzida por ele consecutiva dos desenvolvimentos na área da Psicanálise, teorização esta em que ele analisa e expõe a profundidade da psique humana e da qual produzem-se as concepções e leituras de Jacques Lacan (1998).

Estes postulados rompem com as relações de intencionalidade ligando estes aspectos com a falha da/na língua e o equívoco da/na história, permitindo, assim, relacionar as manifestações dos diferentes níveis psicológicos. É através da falha constitutiva da língua que os níveis “subconscientes” se manifestam e expressam as relações entrelaçadas oriundas das camadas históricas e sociais que trespassam os sujeitos. Desta maneira, com a ajuda dos pressupostos teóricos da Psicanálise é possível produzir um gesto de leitura constitutivo da compreensão acerca das marcas configuradas no social que afetam o sujeito e o significam e são significadas por ele, ou seja, o constituem na/pela linguagem.

Considerando Freud, mas desenvolvendo o relacionamento entre a linguagem e os aspectos ideológicos, Lacan (1998, p.102) apresenta o “modelo do *estádio do espelho* como formador do eu (este “eu” como sujeito do inconsciente), tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”.

---

<sup>4</sup> FREUD Sigmund. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. v. 1. Trad. e Coord. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004.

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*. A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, uma situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação como o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. Essa forma, aliás, mais deveria ser designada por [eu]-ideal, se quiséssemos reintroduzi-la num registro conhecido, no sentido em que ela será também na origem das identificações secundárias, cujas funções conhecemos pela expressão funções de normalização libidinal. Mas o ponto importante é que essa forma situa a infância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado – ou melhor, que se unirá assintomaticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [eu], sua discordância de sua própria realidade. (LACAN, 1998, p. 97-98).

A teorização de Lacan permite refletirmos sobre o assujeitamento mobilizado pelo/no campo simbólico configurado pelo significante do Outro e que rege constitutivamente o sujeito, ou seja, a relação constitutiva do Outro no processo de constituição do sujeito. Buscando aprofundar esta reflexão, Lacan apresenta a noção de “Cogito”, conforme definido por René Descartes (2009), utilizando o aspecto de que o que chega para o sujeito como imagem de um espelho é a composição de camadas de “Eu” projetadas com efeito de ideal, efeito este que advém da projeção que o Outro emana para o sujeito, que o sujeito lê do Outro.

A partir da perspectiva discursiva, é inquietante pensar o sujeito pela noção direta de “Cogito”, já que ao que nos parece esta pode ser lida, amparando-nos em Lacan, como uma proposição que assevera que o sujeito se identifica ao significante, é o significante que estabelece a relação de assujeitamento “à” e “pela” linguagem deste sujeito, ao assumir uma imagem configurada pelo/no Outro. Tais considerações tornam possível uma escuta e aproximação teórica com o processo de interpelação do sujeito, teorização que destitui o sujeito do caráter de intencionalidade, tem-se aí um sujeito descentrado - livremente assujeitado - conforme os pressupostos da perspectiva althusseriana. Ou seja, tem-se aí não um “estrategista consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontravam limitados, de um lado, por determinações biológicas, e, de outro, por determinações sociológicas” (PÊCHEUX *apud*. FERREIRA, 2001, p. 89). A referida autora, Ferreira, citando Pêcheux, aponta que a AD se coloca frente à produção do efeito(s) de sentido de um sujeito que encontra-se afetado pelo “furo da linguagem, representado pelo equívoco” (FERREIRA, 2001, p. 11), pelo furo da ideologia. Portanto, cabe ao analista ler-interpretar a

produção do(s) efeito(s) de sentido configurado(s) e sustentado(s) na/pela contradição e pelo “furo do sujeito, manifestado pelo inconsciente” (FERREIRA, 2001, p. 11).

Neste sentido, daremos um passo paralelo para perceber como a AD aborda esta noção de inconsciente, para tal empreitada, servimo-nos da figura que se segue na tentativa de ilustrar esta conceituação e compreendê-la segundo as lentes discursivas. Tal ilustração demonstra que para “I” é o “outro” que existe dentro do “Outro” e este percebe como sendo unos os aspectos em alfa ( $\alpha$ ) e  $-\phi$  ( $\phi$ ). A imagem em  $i'(a)$  é a soma das partes em  $i(a)$  e, por isto, é associada a ordem do real; já as ordens do imaginário e do simbólico estão para os elementos de  $i(a)$ . Os elementos A e S são equivalentes a um espelho plano e outro a um espelho côncavo, respectivamente, estes que ilustram a relação articulada e indissociada entre o *eu*, *ego* e super ego.

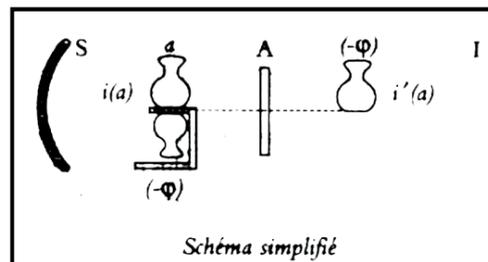


Figura 1 – Esquema do Estádio de espelhos  
Fonte: Lacan, [1962] 2004, p. 50.

Este esquema ilustra que trata-se de refletirmos sem considerar esta relação de forma compartimentada e sim, como composição sustentada pela articulação. Pensarmos nesta relação é pensá-la como possível de ser efetivada e produzida pelo sujeito, ou seja, da ordem do sujeito, sujeito este que constitui-se na articulação e composição das ordens do “Real”, “Simbólico” e “Imaginário”. Neste entendimento, o sujeito possui uma versão do outro interno a si e este, por sua vez, possui uma versão de si mesmo. O “Outro”<sup>5</sup> é o outro que existe dentro do sujeito e o “Ego”, a projeção dentro deste Outro na ordem do imaginário.

É possível extrapolar as reflexões advindas do estudo do exemplo/esquema admitindo que dentro de nós/sujeitos exista uma projeção do “Outro” e dentro desta, um novo “outro”. Com a devida licença poética, é possível descrevermos que dentro de “mim” existe um “você” e dentro deste “você” eu fico a me imaginar como seria a “mim”, e assim,

<sup>5</sup> A relação de dualidade no sujeito lacanianiano (LACAN, 2004) é tratada pelo termo: alteridade. Ela marca o *descentramento* do sujeito pelas complexas relações do não fechamento da função do ‘Eu’ em si própria, ele tem relação com uma exterioridade que determina este ‘Eu’.

infinitamente, em um modelo espiralado, que mergulha nas camadas da consciência, da subconsciência e perde-se na inconsciência.

Para continuar aprofundando-nos teoricamente, servimo-nos das considerações de P. Henry (1977) as quais nos permitem refletir acerca da cisão do sujeito: “[...] o sujeito não pode ser pensado com base no modelo da unidade de uma inferioridade, como uno. Ele é dividido, como aquele que sonha, entre a posição de “autor” de seu sonho e a de testemunha desse sonho” (HENRY, 1977, p. 144). Os estudos do referido autor e sua trajetória analítica permitem que a noção de indivíduo – consciente e intencional – seja trabalhada pela noção de *sujeito*. Este *sujeito* está sujeito à opacidade da língua, ao movimento histórico de incompletude(s) e ao(s) desdobramento(s) de sua autoprojetada pseudointencionalidade.

Com as considerações destas bases teórico-analíticas, Michel Pêcheux desenvolve a AD como disciplina crítica. Uma maneira, de se analisar não subjetivamente aquilo que chamamos de subjetividade. Orlandi (2012), amparada em Pêcheux, indica que a AD “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2012, p. 15) uma vez que exista a percepção crítica de que “não podemos não estar sujeitos à linguagem e seus equívocos, sua opacidade. [...] Não temos como não interpretar” (ORLANDI, 2012, p. 9).

As teorizações de Orlandi (2012) permitem-nos a compreensão acerca das faces que compõem o prisma da AD (conforme enunciamos no início desse capítulo) e, consecutivamente, a compreensão de que trata-se de uma teoria que se estabelece numa relação de entremeio. Tais afirmações reclamam uma reflexão sobre esta relação, uma reflexão sobre e deste local de entremeio. Tal reflexão só nos é possível se nos posicionarmos cuidadosamente alicerçados teórico e metodologicamente nas/pelas seguintes compreensões: as compreensões da ordem de uma teoria que estude a língua, mas de forma diferente da estudada pela Linguística saussuriana, é necessário acrescentar a esta compreensão os aspectos relativos ao processo de constituição do sujeito, sujeito à/da língua, compreensão que torna possível relacionar este sujeito aos aspectos relativos à linguagem.

O que nos leva, portanto, a refletir sobre a forma material histórica observada e analisada por uma teoria que questiona os efeitos de sentido entre sujeitos e sociedade e suas relações de poder, inversões e deslocamentos dos quais o laço social é constitutivo e, portanto, afeta os sujeitos / sociedade. Tais pressupostos nos permitem desenvolver uma compreensão

de que a linguagem pode ser um dos locais em que se pode ler/interpretar tais movimentos e como estes se constituem, por inversões e deslocamentos<sup>6</sup>.

Deste entendimento, nota-se a importância do olhar do analista o qual lê e interpreta este sujeito como susceptível as contradições históricas e sociais e não dotado de uma intencionalidade visceral, um sujeito destituído de um ‘controle total e absoluto’ sobre si próprio. Este sujeito que marca na e pela linguagem as falhas de sua relação consciente/inconsciente como sua(s) história(s) e seu laço social.

O gesto analítico discursivo segue em direção a compreender que os dizeres já chegam a este sujeito carregados “de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2012, p.20). Para fins de compreensão, dos termos utilizados neste trabalho, os próximos parágrafos visam apresentar sinteticamente o percurso histórico da construção dos principais conceitos da AD.

## 2.1 HISTORICIZANDO A ANÁLISE DO DISCURSO

Iniciamos esta sessão citando o prefácio de Françoise Gadet (2010, p. 7): “Não se trata, de forma alguma, de apresentar, nestas poucas linhas, um histórico da Análise do Discurso”. A apresentação deste breve fragmento da obra de Pêcheux (2010), prefaciada por Gadet, justifica-se em função da pluralidade de teorias que se apresentam designadas como “análise do discurso”, como a linha descendente de Michel Foucault ou mesmo da disciplina “*discourse analysis*” de origem anglo-americana. Surgindo como teoria, em meados dos anos 60 do século XX, - ainda que Pêcheux iniciasse suas publicações sobre a AD com o pseudônimo de Thomas Herbet em 1966 e 1968 - é envolvida de complexidade por buscar uma articulação e entrelaçamento entre os campos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise dentro das ciências humanas.

Essa complexidade se presentifica quando Pêcheux apresenta uma teoria que propunha-se a escutar e mobilizar os postulados de Althusser e Lacan, conforme já consideramos em parágrafos anteriores, com o intuito de “[...] abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social” (HENRY, 2010, p.12). A mobilização e articulação que Pêcheux propunha entre Althusser e Lacan

---

<sup>6</sup> PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Caderno de Estudos. Linguísticos**, Campinas, n.19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

configurava-se numa reflexão crítica acerca dos aspectos de um estruturalismo não reducionista (uma vez que Althusser e Lacan não podem ser considerados estruturalistas). Tal teorização e método se propunham pensar a linguagem e as relações nela compreendidas: a interpelação do sujeito, o assujeitado na e pela linguagem constituída sócio-historicamente pelos AIE's.

Pêcheux (2010a, p. 307-308) discorre sobre as maquinarias discursivas, estas concebidas a partir de um estudo que buscasse dar conta da teorização sobre o processo de concepção mecânica no qual o(s) sentido(s) poderia(m) ser configurado(s), convocado(s), interpretado(s) e mobilizado(s) por e nestes processos de serialização, combinação, derivação, entre outros. Desta forma, ter-se-ia um computador, uma máquina programada e configurada com “capacidade”, ou dispositivos, que dessem conta de compreender sentidos dos/nos enunciados/palavras/dados inseridos neste sistema. Tal processo, portanto, baseado em um sistema definido seria feito, teoricamente, através de uma compilação/sistematização de um conjunto de informações interpretantes. Acerca deste processo, Pêcheux nos traz como exemplo um mito ou uma ideologia em particular, e descreve o processo como constituído de uma compilação que pressupunha programar e configurar este sistema com dados advindos de uma perspectiva linguística que credita os sentidos como transparentes, uniformes e, desta forma, tornar-se-ia possível que tal máquina “realizasse/processasse” as “trocas lógicas” necessárias à produção de sentido. Tais afirmações são possíveis a partir das considerações do referido autor, considerações estas em que ele afirma tal possibilidade de efetivação deste processo visto que refuta as teorias inatistas e as teorias que se servem da intencionalidade para explicar o processo de produção dos sentidos e, por sua vez, da produção dos enunciados pelo sujeito:

Esta tomada de posição (estruturalista) que se esfuma depois da AD-1 produz uma recusa (que, esta, não vai variar da AD-1 à AD-3) de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso. (PÊCHEUX, 2010a, p. 307).

Pêcheux, desta maneira, parte em suas teorizações da compreensão da espessura sintática da língua, assim a teoria proposta por ele, a AD, se diferencia por desviar-se e refutar os aspectos até ali então tradicionalmente considerados. Tal compreensão pode ser lida, por exemplo, quanto à “explicação do texto”, proposta por ele alguns anos antes, por considerar em especial a intervenção do gesto político. Neste momento de seus estudos, Pêcheux, provavelmente, ainda encontrava-se afetado pelas teorias que defendiam a “hipotética

neutralidade da gramática” e, provavelmente por isto, busque desenvolver um sistema automático que tente ser configurado não considerando os movimentos constitutivos do gesto de interpretação do sujeito. Este sistema conceberia as relações e regras da advindas da interpretação do sujeito e as sistematizaria servindo-se de um mecanismo distinto, capaz de identificar/compilar o sentido linear e não considerando, portanto, a opacidade constitutiva da língua configurada no gesto de interpretação deste(s) sujeito(s).

Pêcheux, após compreender a dificuldade em se “exportar”/configurar/alimentar o sistema com as relações de significância expressa, a impossibilidade de efetivação deste projeto. Daí suas teorizações encaminham para a concepção de uma outra teoria, a AD e um novo objeto (O Discurso), que não tivesse a pretensão de apreender sentidos, mas possibilitar, a partir de ferramentas, uma ou mais maneiras de realizar ou permitir gestos de interpretação a partir de uma possibilidade materialmente significativa.

A apresentação e descrição destes aspectos, visando deles apresentar a trajetória e história da AD, merecem que salientemos que esta apresentação é possível a partir dos escritos de Pêcheux (2009) estes em que o autor relaciona, a partir de uma concepção filosófica, questionamentos surgidos na efetivação do projeto anteriormente descrito, e articula ao prisma composto teórico e metodologicamente da/pela Psicanálise e pelo Materialismo histórico perguntando-se a respeito do processo de construção do político da/na linguagem.

Dando sequência à abordagem e apresentação da trajetória história da AD, torna-se necessário trazer à baila a crítica que Eni Orlandi aponta na nota à edição brasileira do livro ‘Semântica e Discurso’<sup>7</sup>, a importância da compreensão advinda do pensamento “crítico” sobre os aspectos sócio-histórico-ideológicos, pois, de acordo com a autora, estes são colocados como que de forma sistemática e, pretensiosamente, a parte do processo de produção do conhecimento. A supracitada autora discorre que os aspectos: social, histórico e o ideológico concebidos por teorias que ancoram-se em tal pensamento e que parecem trabalhar em função de sedimentar o “(des)conhecimento”.

Este conjunto de aspectos, segundo a autora, deve ser visto, estudado e analisado de maneira imbricada: sócio-histórico-ideológico. Não tendo este cuidado, conforme tem sido feito até então, parece permitir uma compreensão de que estes estudos encontram-se afetados pelo efeito da imparcialidade, do *consenso* e do *bom-senso*, desta feita, o efeito do senso

---

<sup>7</sup> Nota à edição brasileira de PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

comum é localmente constituído pelo apagamento das diferenças. Estes locais, segundo Orlandi na respectiva nota, que não mais mostram em suas definições suas diferenças constitutivas podem representar-se por primorosos e acalorados “locais” de discussões e argumentos para as questões e estudos sobre o laço social, mas, também, podem ser compreendidos como um lugar em que se configura a monotonia disfarçada, já que tal posicionamento tende a descartar e desconsiderar pensamentos e interpretações diferentes e/ou leituras das minorias.

Neste entendimento, a autora ressalta que a AD não apresenta em sua constituição a prerrogativa de “cravar um significado monolítico”, ou seja, a perspectiva discursiva, conforme já afirmado, estuda e analisa de maneira imbricada o sócio-histórico-ideológico e, destas considerações teóricas advindas desta prática, busca-se poder compreender as “pequenas verdades temporárias”, que sempre podem ser pensadas novamente, articulando-as e sustentando-as no laço social.

O desenvolvimento destas práticas e o gesto teórico-analítico, depreendidos no tempo e espaço, configuraram para AD um paradigma crítico, ímpar em sua conjuntura. Daí dizer que temos uma (des)disciplinaridade, ou “disciplina de entremeio”, a qual possibilita o alinhamento de um arcabouço teórico sobreposto a uma posição analítica.

No texto do *Anexo III*, em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009), percebemos que o autor desdobra a própria obra e aponta que “o que falta é causa” (PÊCHEUX, 2009, p.277) - pois segundo Lacan - “só há causa daquilo que falha” (ibid.). Esta falha é constitutivamente estrutural, desta forma, constitutivamente necessária ao sujeito e ao sentido, falha esta marcada pelo “lapso”, ou pelo “talvez”, ou pelo “ato falho”, representada pelo “*não foi isso que quis dizer*”. Firmando o primado que apresenta a reflexão acerca dos aspectos estruturantes e necessários para compreender o processo de constituição do sujeito e do sentido, centrando a reflexão “no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 2009, p. 277) Pêcheux circunscreve o referido anexo com duas relações filosóficas que marcam estes pensamentos. A primeira ressaltando que “não há dominação sem que exista resistência” (PÊCHEUX, 2009, p. 281) (extrapolando o conceito marxista-leninista de luta de classes) e a segunda que salienta que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” (PÊCHEUX, 2009, p. 281) e, destas, Pêcheux nos permite depreender que é possível pensar numa relação configurada e sustentada na/pela contradição que a relação com a linguagem impõe ao sujeito. Nos parágrafos e sessões subsequentes, serão apresentados os principais conceitos a serem mobilizados na análise

proposta neste estudo de acordo com as formulações de autores de referência que filiam-se a perspectiva discursiva.

## 2.2 ALGUNS CONCEITOS FUNDANTES

O simples fato de que somos animais sociais permite que, a partir da necessidade de nos comunicarmos, exista a possibilidade do equívoco no processo de entendimento do(s) sentido(s) proposto(s) nesta interlocução. Para que os sentidos possam configurar-se neste processo, aquele que “cria”, ou seja, o sujeito que enuncia, necessita da ilusão de que o que será “criado”, dito e entendido sofra o efeito de que este dizer tenha sua origem “planejada”.

Assim um dos conceitos fundantes da AD é o conceito de *texto*. Texto para AD constitui-se em uma unidade de análise de uma discursividade.

Partindo desta compreensão, os dizeres que este sujeito produz, dizeres estes afetados pelo efeito de “criação” e origem, constituem-se e são sustentados pelo efeito de unidade que reverbera do efeito de entendimento configurando o que se designa como *texto*.

Existem várias perspectivas para a noção de *texto*, algumas delas são apresentadas por Indursky (2010) que remonta, com muita propriedade, uma virada histórica dos termos *textus* e *textum* passando pelas perspectivas da Linguística conforme proposta por Saussure, assim como, seus desdobramentos na Linguística Textual e Teoria da Enunciação. Além destas, a autora apresenta, nesta síntese das perspectivas e as concepções destas sobre *texto*, a abordagem deste na Teoria Semiótica, conforme proposta por Algirdas Julius Greimas, até a concepção adotada pela AD. A seguir retomamos o quadro de Indursky (2010) a fim de melhor visualizarmos tal percurso:

<b>Linguística Textual</b>	<b>Teoria da Enunciação</b>	<b>Semiótica</b>	<b>Análise do Discurso</b>
Unidade Formal: Início meio e fim	Texto equivalente ao enunciado	Objeto semiótico Linguístico e não Linguístico	-Unidade significativa -Efeito-texto: objeto - Dotado de completude: começo, meio e fim -Texto: objeto não-acabado, aberto à exterioridade -Relações com a intertextualidade e a – interdiscursividade - Objeto heterogêneo
Coesão/Coerência	Coesão e Consistência	Textualização: junção do plano do conteúdo com o plano da expressão	Textualização: tessitura dos recortes e das cadeias discursivas, efeito de textualidade: efeito de homogeneidade
-	-	-	Trabalho dos sentidos no texto
Internas	Internas e contextuais	- Internas	-Textuais -Contextuais -Intertextuais -Interdiscursivas
Linguísticos (Co-texto)	Situacional (aqui/agora)	Linguístico	Sócio-histórico
-	Locutor/Interlocutor	-Sujeito do discurso: representação da instância do sujeito do discurso: actantes	Posição-sujeito inscrita em um FD (sujeito atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia) - Função enunciativa do sujeito: função-autor, efeito-autor, autoria
Sentido dado pelo texto	Sentido construído pelos interlocutores	Construção do Percurso gerativo do sentido	Sentido intervalar: efeito do sentido entre o sujeito-autor e o sujeito-leitor mediado pelo texto
Texto/discurso: Equivalentes	Texto/enunciado/discurso: equivalentes	-Texto/Discurso Equivalentes -Texto: Representação Semântica do discurso -Uma unidade que deve ser manifestada por alguma semiótica	Texto: a materialidade do discurso

Figura 2 – Diferentes perspectivas de texto  
Fonte: INDURSKY (2010, p. 75).

Conforme pode-se depreender do referido quadro, para a AD, o *texto* é considerado uma unidade significativa que produz um efeito de completude, de unidade, porém, aberto à exterioridade. Para AD, o *texto* não é um objeto do empírico e está inacabado, é o local do jogo de sentidos, por ele língua e história podem, de alguma forma, serem organizadas. Este esforço de fugir dos termos “grafar”, “enunciar”, e tantos outros, é um reforço ao valor que a AD atribui a todas as maneiras diferentes e possíveis de que “significar”, em suas diferentes *materialidades significantes* e suas possíveis *imbricações materiais*<sup>8</sup>. Dentre estas mencionadas maneiras, é possível citarmos, mas sem nos limitarmos, as formas: verbais, grafadas, sonoras, imagéticas, gestuais, corporais, sensoriais, artísticas e/ou nulas e silenciosas. Visto que consideramos que até num esforço do sujeito de que seu(s) sentido(s) não signifique(m), um esforço em não produzir quaisquer possibilidades de significação ao seu interlocutor, este(s) sentido(s) pode ser interpretado, acreditamos, portanto, que somos/sujeitos fadados a significar.

São estas colocações que instauram e inscrevem esta recusa em colocar uma forma ou função de significar ou detrimento de outra. Com isso, podemos retomar o ponto em que discurso é: “efeito de sentido entre A e B” onde ‘A’ e ‘B’ interlocutores socialmente constituídos ou “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2010, p. 81) e o *texto* é superfície em que florescem as relações de significação.

Torna-se necessário ressaltar que tais afirmações são possíveis visto que nos posicionamos teoricamente nos afastando do modelo de comunicação conforme proposto por Jakobson<sup>9</sup> em 1963, modelo este que apresentava o receptor e o emissor utilizando um código linguístico comum através de um referente.

Desta maneira, consideramos que quando existe, no processo de interlocução, a tentativa do sujeito de significar e significar-se torna-se necessário que sejam configuradas relações sustentadas pela mobilização de efeitos de significantes anteriores comuns aos interlocutores, neste processo, os interlocutores internalizam elementos que acreditam estarem presentes no outro.

Neste entendimento, que salientamos que neste estudo nosso gesto de análise considerará o que é possível de ler/descrever/interpretar como *texto*, ou seja, consideraremos e

---

<sup>8</sup> Formulações de Lagazzi (2004/2009) que retomaremos mais à frente no texto. Conforme citado no arcabouço teórico, este primado associa as diferentes materialidades em seu funcionamento discursivo, sem primar ou deteriorar uma materialidade em função de outra. Tal noção será mobilizada posteriormente.

<sup>9</sup> JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique Générale**. Paris: Minut, 1963, p. 213-214.

nos referiremos às materialidades discursivas prenes de efeito(s) de significar<sup>10</sup> por um gesto de análise, neste trabalho, como “texto”. Tais considerações tornam-se importantes para encaminhar a compreensão de que o(s) efeito(s) de sentido que é lido/interpretado só é possível de ser apreendido pelo gesto analítico se o é considerado teórico e metodologicamente em relação “ao” e “no” processo de produção destes efeitos de sentidos, já que para nós este “texto” se refere a uma unidade de significação. Cabe ressaltarmos que o processo de significação decorrerá na produção de sentido e efeito de unidade se lido/interpretado como constitutivo das relações advindas do social. Ao significar e significar-se o sujeito movimenta-se sustentado em relações constitutivamente produzidas pelo laço social.

Amparando-nos em parágrafos anteriores, podemos afirmar que é a partir da aproximação teórica das noções de *texto* e *discurso* que a AD, em seu percurso, amplia as noções utilizadas para difluir gestos de compreensão. O próximo passo, nesta compreensão teórica, é trabalhar como as manifestações da *ideologia* estão presentes, e marcadas, naquilo que o sujeito enuncia, sendo possível nesta compreensão pensar a respeito deste processo obtendo respaldo teórico através da noção de formação discursiva<sup>11</sup>.

É pertinente, ao conceito de *discurso*, pensar na noção de *ideologia*. Neste entendimento, ela, a *ideologia*, produz um efeito de sentido para o sujeito quando existe uma inscrição deste à determinada(s) *formação(ões) discursiva(s)*. Pêcheux (2010) assevera que as *formações discursivas* são determinadas por sua vez pelas *formações ideológicas* conforme elucidado por Pêcheux e Fuchs na sequência:

Logo ‘a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos: esta lei constitutiva da ideologia nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado às formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção, e isto, em razão de suas características ‘regionais’ (o Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus etc...) e, ao mesmo tempo, de suas características de classe. Por esta dupla razão, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes. Tomemos um exemplo: a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da ideologia dominante; ela realiza ‘a interpelação dos indivíduos em sujeitos’ através do Aparelho Ideológico do Estado religioso ‘especializado’ nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...) que, sob a figura da religião, intervêm, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização dessas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto

---

<sup>10</sup> Parafrazeando Lagazzi (2009).

<sup>11</sup> Doravante: FD quando utilizarmos no singular e FD’s quando, no plural.

componentes, combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado, a pregação camponesa reproduzida pelo ‘Baixo Clero’ no interior do campesinato, de outro o sermão do Alto Clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas, a primeira subordinada à segunda, de modo que se trata, ao mesmo tempo, das mesmas ‘coisas’ (a pobreza, a morte, a submissão etc...) mas sob formas diferentes (ex.: a submissão do povo aos Grandes/a submissão dos Grandes a Deus) e também de ‘coisas’ diferentes (ex.: o trabalho da terra/o destino dos Grandes). (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010a, p.164-165).

É pelo toque no *real*, pressuposto teórico advindo da articulação da AD com a teoria lacaniana, que são propostas, por Pêcheux, as formações imaginárias. Estas, segundo o autor, que se estabelecem em uma relação de determinação das formações ideológicas que permitem a configuração de várias FD’s. Configuração esta que, conforme afirmado, encontra-se determinada constituindo-se no que Pêcheux descreve e apresenta como um complexo de FD’s com uma dominante. Exemplificamos este ponto por percebermos, amparados em Pêcheux, que determinada *formação ideológica* configura diferentemente esta determinação, constituindo diferentemente uma FD da educação, outra da medicina, do direito ou da arte.

Tal entendimento nos leva à compreensão de que a configuração destas FD’s permite que os diferentes sujeitos ali inscritos encontrem-se diferentemente afetados pelas determinações que ali transitam, o que decorre na constituição de diferentes *posições sujeito*<sup>12</sup>. Desta maneira, é pela configuração das FD’s que torna-se possível a constituição das diferentes *posições sujeito*, as quais encontram-se inscritas e configuradas no/pelo *discurso* nas FD’s que as determinam e as constituem. Estas considerações são possíveis a partir da leitura de Pêcheux (1997), nesta em que nós compreendemos que o discurso é “efeitos de sentido entre interlocutores” e este efeito de sentido pode ser lido/descrito/interpretado quando o analista reconhece nos sentidos mobilizados pelo sujeito as determinações da FD nas quais este sujeito se inscreve e se posiciona.

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas: retomando os

---

<sup>12</sup> Se a *forma-sujeito* pode ser trazida de Pêcheux (2009, p. 271) como: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidencia primaria” e, a partir desta noção, Grigoletto (2005) exprime que: a “*posição-sujeito* é a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber”. Esta noção, a de posição sujeito, será mais detalhada em parágrafos subsequentes.

termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

O trabalho analítico também tende a ler/interpretar e descrever, nos dizeres deste sujeito, sentidos dissonantes à FD na qual este sujeito encontra-se inscrito, ou seja, cabe ao analista ler os atravessamentos de sentido que afetam os dizeres deste sujeito e o constituem em determinada posição. Conforme já afirmamos, cabe ao analista expor, através de seu gesto, o equívoco da língua. Equívoco que pode ser exposto e descrito teórico e metodologicamente alicerçado na concepção de que o processo de interpelação do sujeito é movente, a constituição do sujeito e do sentido é viva e processual, visto que as determinações alteram-se, transitam, atravessam, configuram-se diferentemente, desta forma, os limites e contornos das FD's constituem-se porosos. Ao dizer, o sujeito produz sentidos e significa-se sustentando-se, articulando-se e determinando-se diferentemente, mas não sem alguma determinação ou em quaisquer determinações aleatórias, e sim, marcadamente e materialmente determinado neste processo pela interpelação. A fim de nos firmarmos teoricamente, vemos a necessidade de trazer à baila as considerações teóricas que tornam possíveis as afirmações e compreensões anteriores.

Baseados na teorização de Pêcheux, podemos afirmar que as determinações ideológicas que afetam uma formação social são representadas no discurso por uma série de formações da ordem do imaginário, as quais configuram o lugar que o locutor e o interlocutor se interpretam mutuamente. Percebe-se aqui, uma compreensão que convoca a noção do *estádio de espelhos* lacaniana (conforme apresentada em parágrafos anteriores e apresentada na figura 1). O discurso convoca sentidos, muitos, mas não qualquer um, entre interlocutores e tais sentidos e discurso encontram-se dispersos pelo conjunto de elementos significantes presentes do e no laço social.

Notadamente, percebemos que nossa compreensão volta-se e associa-se a noção de “*formação ideológica*” (PÊCHEUX, 2010) a qual só pode ser identificada/lida pelo analista após descrição/interpretação do conjunto das “*condições de produção* do discurso”. Pêcheux apresenta as condições de produção do discurso como sendo descritas/interpretadas pelo analista como “um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente [...] e profundamente opaco” (PÊCHEUX, 2008, p. 19). Dito de outro modo: “As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de

produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico)” (FERREIRA, 2001, p. 13).

Orlandi (2012), ancorada em Pêcheux, afirma que as *condições de produção* são responsáveis por instaurar as relações de força no interior do discurso, são estas relações que mantêm e configuram na linguagem a possibilidade desta constituir/produzir sentidos. Segundo a autora, estas condições podem ser agrupadas em sentidos amplos ou estritos, gerais ou específicos, sentidos estes advindos tanto das circunstâncias de enunciação quanto do conjunto sócio-histórico-ideológico a ser lido e interpretado neste e deste enunciado.

Desta forma, partindo do conceito de *ideologia* como constitutivo do social mantido pelos AIE's, pressuposto teórico advindo da articulação da AD com a teoria althusseriana, a relação que os sentidos possíveis estabelecem com seus pré-construídos é chamada por Orlandi (2012) de “*interdiscurso*”. Os sentidos convocados à significação pelo sujeito, significam-se anteriores a esta convocação. O processo de produção do sentido, a significação, implica em relacionar às constituições anteriores que tornam possível o sujeito mobilizar determinados sentidos e não outros, a formulação do ‘seu’ dizer. Esta relação é possível considerando que os sentidos convocados são mobilizados a partir da relação do sujeito com os sentidos que se configuram interdiscursivamente, a partir da relação de sujeitos e sentidos com a memória discursiva. Esta relação só é possível de ser descrita e interpretada partindo das leituras possíveis traçadas pelas “condições de produção”, as quais são consideradas pelo analista como compostas: condições de produção imediatas e as condições de produção em sentido amplo e extenso, histórico e holista. No momento em o gesto analítico volta-se para a leitura do processo de produção de sentido, da significação, estes conjuntos retornam e tecem-se nesta leitura em forma de *pré-construído(s)*, este considerado constituinte da base do processo.

Os próximos passos abordam o conceito do *sujeito* para a AD, sua composição social e história e a complexidade das relações sociais, isto para permitir a demonstração/identificação/significação da existência do sujeito afetado pelo esquecimento, através das noções que a AD atribui aos denominados esquecimentos número 1 e 2, nos quais pretendemos nos deter teoricamente em parágrafos subsequentes desta sessão.

Os sujeitos e os sentidos, segundo Orlandi (2001), se constituem simultaneamente na relação de língua e história com a formação do imaginário e o ideológico. Este sujeito é uma posição dentre várias possíveis, é uma conjuntura de possibilidades singulares que o subjetiva ao discurso, lhe coloca em relação com a língua, história e ideologia. Importante salientar que a transposição do sujeito empírico, situação social singular, para a

discursividade, posição-sujeito histórico-social, é marcada pela predominância das diferentes combinações possíveis das diversas posições sujeito as quais este sujeito está exposto. Assim, o sujeito é um elemento de transição do indivíduo bio-psíquico para o indivíduo em sua forma social. O esquema elaborado por Orlandi (2001/2012) ilustra, com propriedade, esse movimento de constituição do sujeito e seus modos de subjetivação:

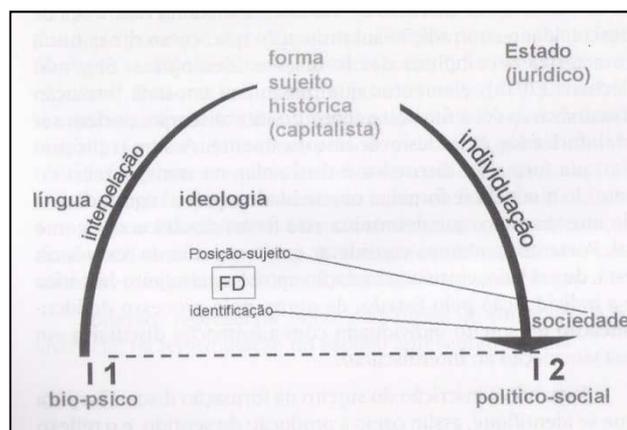


Figura 3 – Transição do indivíduo  
Fonte: Orlandi (2012a, p. 229).

O primeiro movimento do sujeito, representado na ilustração, configura-se na alteração da relação indivíduo/sujeito através da interpelação inconsciente/ideologia e o segundo, configura-se e estabelece-se quando este sujeito se individualiza afetado pela determinação do Estado. Essa individuação constitui um sujeito identificado e determinado na/da relação com as prerrogativas e obrigações as quais deve responder. Desta forma, o sujeito da AD é um composto das relações de significado atribuídas pelo histórico-social na maneira como este sujeito responde aquilo que lhe é esperado significar e compreender. Ou, dito de outro modo, produto/processo das relações propostas pelo conjunto das FD. Sujeito e sentido produzidos e interpretados encontram-se regidos pelas relações histórico-simbólico-ideológicas.

Os sentidos são configurados de acordo com as diferentes combinações de posições que os sujeitos podem tomar discursivamente, e estes sentidos são determinados pelo conjunto de memórias do sujeito. Percebemos a necessidade de reiterar a noção de *memória* com a qual trabalhamos “entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória do historiador” (PÊCHEUX, 2010b, p.50). A compreensão deste conceito torna possível podermos nos prestar a analisar o sentido como possibilidade diversa,

não apenas ligado à esfera mental cognitiva ou documental, mas também a uma memória volátil e falha, tanto em sua concepção quanto em sua descrição.

Conforme havíamos enunciado e previsto em parágrafos anteriores, um conceito que se faz necessário apresentar refere-se aos esquecimentos número 1 e número 2 (PÊCHEUX, 2009, p.164). Segundo Orlandi (2012, p. 35), Pêcheux, em 1975, atribuiu esquecimento, número dois, da ordem enunciativa, à forma que enunciamos - que poderia ser outra - o que nos leva a uma ilusão do referencial. O sujeito encontra-se afetado pelo efeito de que existe uma relação direta entre o que ele pensa e o que ele enuncia, e sofrendo este efeito o sujeito acredita que dará conta de produzir um enunciado que “traduza” o pensamento em sua completude.

[...] continuaremos chamando o esquecimento nº 2 sobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua “liberdade” de sujeito-falante. Isso permite — parece-nos — compreender que a tão famosa problemática da “enunciação” — que, com o subjetivismo que frequentemente a acompanha, se difunde hoje em dia nas pesquisas linguísticas — remete, na realidade, à ausência teórica de um correspondente linguístico do imaginário e do ego freudianos: fica por fazer a teoria do corpo verbal” que toma posição em um termo (modalidades, aspectos etc.) e em um espaço (localização, determinantes etc.) que sejam o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante. (PÊCHEUX, 2009, p. 164).

Tem-se aí, a configuração do efeito de “naturalização” dos sentidos, do efeito de correlação entre as palavras e as coisas. Pêcheux (2009) nos ajuda e sustenta teoricamente esta compreensão, além de acrescentar a esta discussão a relação constitutivamente contraditória entre consciente, pré-consciente e inconsciente.

O esquecimento número um, por sua vez, é da ordem do ideológico, pois não somos a origem do dizer, somos apenas repetidores criativos, e sem este processo não poderíamos enunciar. Imaginemos que antes de dizermos houvesse a necessidade de citar/retomar a última vez que este dizer foi discutido e como estes conceitos foram formados e quais argumentos estão sendo mobilizados. Através de uma sucessão/associação histórica gigantesca que remontasse o argumento dito, desde o momento em que o sujeito aprendeu este conceito, e/ou do momento que este dizer foi enunciado e assim sucessivamente, quase que de forma psicótica, quase esquizofrênica (em sua desorganização comunicativa verbal). Este processo impediria, virtualmente, a simples possibilidade do dizer do sujeito. Desta maneira, de acordo com a perspectiva discursiva, quando proferimos esquecemo-nos de tudo o que veio/foi dito antes e nos tornamos a origem deste novo dizer, ou melhor, somos afetados pelo efeito de que este dizer é por nós/sujeitos originado/criado.

Assim, significamos sujeitos à língua e a história e, conforme Orlandi (2012, p. 35) afirma, não pela a nossa vontade. Em Pêcheux (2009), obtemos aporte teórico para tal compreensão: “Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que — como vimos — esse exterior determina a formação discursiva em questão” (*ibid.*, p. 162). Ainda em Pêcheux podemos compreender a relação entre o esquecimento número 1 e o esquecimento número 2 no processo de produção de sentido:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequencias que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequencia, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2009, p. 161-162).

É detendo atenção neste movimento dos *esquecimentos* que Pêcheux (2010c, p. 51) formula e estuda o funcionamento das “*clivagens subterrâneas*”, formulação e estudo este em que o autor aponta a relação conflitante, e em algumas ocasiões contraditória, que se estabelece na leitura de um “arquivo”, este entendido por Pêcheux (2010c) no sentido amplo como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010c, p. 51). É nesta relação de contradição que o autor polemiza sobre as diferentes maneiras de que o espaço de tensão - que é a linguagem - pode ser recortado. Dito de outro modo, trata-se das diversas possibilidades de leitura.

No entanto, as possibilidades de leitura têm a ver com as formas/funcionamentos discursivos: autoritário, polêmico ou lúdico (ORLANDI, 2001), regulados do e no laço social. Como por exemplo, na Idade Média em que alguns seletos clérigos eram escolhidos para a leitura do arquivo/textos e, desta maneira, para que deles e por eles fossem produzidos gestos interpretativos sobre os textos, quando lhes era permitido que reescrevessem estes textos, ao ponto de que para grande maioria destes sacerdotes somente cabia o repetido gesto de grafar com exatidão.

Tais funcionamentos nos remetem incontornavelmente aos processos de *paráfrase* e a *polissemia*. Esses processos permitem tanto a estabilização dos sentidos (paráfrase) na repetição do mesmo, quanto à deriva do sentido (polissemia) sempre na possibilidade de vir a

ser outro (s) sentido (s). A importância destes processos está relacionada às construções/modificações e deriva de sentido em torno do laço social, deslocando os sentidos no movimento da história.

Teoricamente, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. Isto é, de um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é uma manifestação da relação homem e mundo (natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente da linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem que garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantindo, o sedimentado. (ORLANDI, 2011, p. 27).

Estes processos constituem-se e configuram-se nas distribuições sociais desuniformes (atribuídas ao funcionamento dos AIE's) das significações, ou seja, estes processos constituem-se no conflito que se estabelece no que Pêcheux denomina como a: “divisão social do trabalho da leitura” (PÊCHEUX, 2010c, p. 51). Este entendimento nos leva a refletir sobre o processo de legitimação e institucionalização dos sentidos sócio-historicamente constituídos. Compreendemos que a constituição que articula-se ao aspecto político do sujeito e dos sentidos, associado aos aspectos próprios do funcionamento da língua que podem incorrer no deslocamento dos sentidos.

Sendo assim, o processo de *paráfrase* trabalha definido pela tentativa de estabilização dos sentidos, e a *polissemia* trabalha atuando no campo do deslocamento significativo, abre outras possibilidades de significar (ORLANDI, 2012).

Orlandi (2012) estabelece paralelos entre os processos de paráfrase e polissemia e os aspectos da produtividade e da criatividade, conforme podemos observar nas considerações teóricas apresentadas a seguir:

A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. [...] Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (ORLANDI, 2012, p. 37).

Como estas relações de significação atuam entre interlocutores, elas podem apresentar aspectos em que o objeto sobre o qual se argumenta é passível de possibilidades interpretativas, ou uma tentativa de contenção dos sentidos. Sobre esta questão, afirmamos

que as formas com que os discursos podem ser apresentados dizem respeito ao grau de mobilidade significante entre os sujeitos. Estas formas são denominadas de: lúdica, autoritária ou polêmica. Estas se apresentam como predominantes quando estão em funcionamento. A forma lúdica é aquela que mantém o objeto do discurso como efêmero em seu significado sem qualquer preocupação com eventuais relações, de simetria ou assimetria, sem colocar em funcionamento a contenção dos sentidos advindas da possibilidade de alternância constante entre interlocutores. Esta forma, quando extrapolada indefinidamente em seu funcionamento, chega às raias do *non-sense* (ORLANDI, 2011).

Já na forma denominada autoritária predomina a impossibilidade de alteração entre interlocutores e, com isto, instaura-se a tentativa de contenção da polissemia a fim de que os efeitos de sentido reverberados do objeto do discurso não sejam passíveis de outra interpretação. Esta forma posta em funcionamento pode ser observada, por exemplo, no discurso militar, no qual se pode observar os efeitos de sentido produzidos numa relação assimétrica vertical entre os interlocutores. Os efeitos de sentido produzidos numa relação de contenção e imposição do gesto de interpretação, e desta maneira são produzidos nesta relação de poder determinada diferentemente entre os interlocutores que dela participam. Ou ainda, no discurso religioso em que não há contestação (ORLANDI, 2011).

Entre estes conceitos um discurso pode ser apresentado sob a forma polêmica que prevê um grau de polissemia controlada e uma relação de autoridade mediadora simétrica entre os interlocutores. Com relação, ao exagero desta forma polêmica posta em funcionamento é possível apontar a possibilidade dos sentidos mobilizados neste funcionamento instaurarem uma relação altamente ofensiva entre os interlocutores (ORLANDI, 2011).

As formas de assujeitamento marcam-se por dois efeitos de evidência: do bom e do mau sujeito (PÊCHEUX, 2001, P. 199). O primeiro quando existe um processo em que o sujeito toma uma “posição através do livre consentimento”, posição em que o sujeito apresenta e se constitui identificando-se aos sentidos propostos. O sujeito que movimenta-se e identifica-se neste funcionamento é considerado como “bom sujeito” (PÊCHEUX, 2001, p. 199). Pêcheux considera que este sujeito configura-se no processo de identificação com os sentidos por ele mobilizados, por ele significados. Este sujeito encontra-se no local de um exemplar movimento da força que o direciona a um sentido logicamente estável – o efeito de transparência da língua, história e ideologia.

Uma das críticas que podem ser compreendidas em Pêcheux, acerca deste processo de identificação do sujeito, através da leitura de Althusser é que os AIE's direcionam

e reforçam o quanto o laço social privilegia os sujeitos que nele se identificam. Como exemplo é possível citar o modelo escolar na forma discursiva autoritária dos AIE's que, em uma interpretação, avalia o sujeito pela capacidade de repetição e não pela produção crítica/interpretativa – em alguns modelos existe uma forma positivista e/ou determinista do interpretar.

Retomando a outra maneira “*evidente*” que Pêcheux aponta como o “*mau sujeito*” este que configura-se na direção oposta ao “sujeito universal” atribuída à *identificação*. Esta tomada de posição política do “*mau sujeito*” é marcada por elementos de distanciamento, segundo Pêcheux (2009, p. 199), o questionamento e a revolta marcam-se como elementos de contestação deste “*mau sujeito*”. Este sujeito, que se “*contra-identifica*” produz um esforço de negar a formação discursiva na qual encontra-se inscrito. Exemplos trazidos pelo autor são as marcas linguísticas que excluem este “*mau sujeito*” de uma possível relação de identificação – é o discurso contrário, aquele que poderia passar por “sarcasmo conotativo” (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Seguem-se demais exemplos apresentados pelo autor: “*Aquilo que você chama crise do petróleo*” (*Ibidem*, p. 199), “*suas ciências sociais*” (*Ibidem*, p. 199) marcam a relação de “*contra-identificação*” por parte do sujeito. Ou seja, para o sujeito em Pêcheux marcar esse outro no nível enunciativo seria por extensão marcar a posição de contra-identificação e desidentificação do/no discurso. Esta seria a marca da heterogeneidade

Acreditamos que Lagazzi faça uma leitura apurada desse processo nos mostrando a diferença do nível enunciativo e da ordem discursiva: “os processos de identificação do sujeito, [...]. Especificam que a identificação é um processo simbólico, que nos identificamos em relações significantes” (LAGAZZI 2013, p. 313). Desta forma, não acreditamos que possamos tomar que a *contra-identificação* ou a *desidentificação*, também estão para esta ordem simbólica. A autora nos diz que:

questão de localizar exatamente o “desidentificação” em *Les Vérités de La Palice*<sup>13</sup>, ao lado dos termos “identificação” e “contra-identificação”, para que seja possível ao leitor me acompanhar na necessidade incontornável de descolamento do termo “identificação” de suas contrapartes “contra-identificação” e “desidentificação”. (LAGAZZI, 2013 p. 328).

É sob o paradigma da retificação que Pêcheux (2009) no ‘Anexo III’ nos diz:

Gostaria de apresentar aqui para os leitores um esboço fragmentario dessa tentativa

---

<sup>13</sup> Título em francês do livro: Semântica e discurso de Pêcheux (2009).

de ajustamento<sup>14</sup> lançando mão de um ponto preciso, ao qual me restringirei. Na conclusão do texto redigido em 1975, encontramos a seguinte formulação resumida: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, **interpelação, identificação e produção de sentido**, realiza o non-sense da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira”. (PÊCHEUX, 2009, p. 270-271) (grifo nosso).

Desta forma acreditamos que Lagazzi (2013) aponta que o modo como é trazido o “bom sujeito/mau sujeito” e os processos de *identificação, desidentificação e contra-identificação* podem produzir uma leitura muito estrita do momento em que Pêcheux aborda estes pontos em seu “Semântica e Discurso”. Isso pode direcionar para uma compreensão que pode deslizar pela equivocidade, produzindo um efeito que possa derivar para o nível da intencionalidade do sujeito (eu me identifico / me desidentifico / me contra-identifico). O que acaba por puerilizar o conceito de *identificação* no seu refinamento teórico/simbólico.

No que diz respeito à contra-identificação, é importante que não deixemos de prestar atenção que o investimento de Pêcheux se faz focado no sujeito da enunciação especificar “modalidades discursivas do funcionamento subjetivo” [1988, p. 216]. E quanto à desidentificação, sua definição como uma “tomada de posição não-subjetiva” na “prática política do proletariado” em que “a ideologia funciona às avessas” não deixa dúvida de que ela é o ponto sobre o qual a retificação implacável de Pêcheux incide quando afirma ter chegado à “possibilidade de uma espécie de *pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra*, logo a possibilidade de uma 'interpelação às avessas' atuando na prática política do proletariado” [PÊCHEUX, 1988, p. 298-299], como já realçado pouco acima. (LAGAZZI, 2013 p. 328).

Compreendemos em Lagazzi (*ibid.*) que existe uma direção contrária a subdivisão utilizada nos textos Pêcheux. Dizer que a “identificação é uma questão simbólica” é compreender que o processo de *identificação* se dá pela via linguagem e acredita-se que Pêcheux reintera fortemente esse ponto tanto no ‘Anexo III’ quanto no ‘Delimitações, inversões, deslocamentos’. É só quando o significante produz sentido, outro sentido no sujeito, que temos qualquer chance de um deslocamento em termos de outras interpretações e

---

<sup>14</sup> Nota transcrita de Pêcheux (2009 p. 270-271): Esse trabalho de retificação implica outros, sobre a noção de ideologia dominada, e também sobre o termo “desidentificação”, que achei bom propor em 1975. Estou mantendo aqui apenas a questão da disjunção entre sujeito e ego na problemática da interpelação ideológica, em relação com a questão do sentido, portanto, com a questão da linguagem e especialmente a da metáfora. Esse estudo teria sido literalmente impossível - e isso não é uma frase de efeito - sem a contribuição de vários trabalhos recentes, sobretudo os de E. Roudinesco [...]; P. Henry [...]; J.-C. Milner [...]; F. Roustang [...]; [...]M. Plon [...] J.L. Houdebine [...] Enfim, o texto inédito de Althusser (1976), que acompanha a apresentação de seu artigo de 1970 '*Idéologie et Appareils Idéologiques d Etats*' para o público alemão [...] é evidentemente muito precioso neste trabalho, que tem realmente em seu "*very beginning*" justamente esse artigo de 1970.

outros posicionamentos. Isso significa dizer que o processo de *identificação* é um processo simbólico.

Tomando isso de forma assisada quando voltamos a esse ponto em ‘Semântica e Discurso’ em que Pêcheux começa falando do “bom e do mau sujeito” o que fica forte, no momento em que Pêcheux aborda a *contra-identificação*, esta noção está em um nível muito mais enunciativo e, portanto ligada a um sujeito que quase que “discorda” daquela posição. Parece ser uma relação muito mais argumentativo-enunciativa do que de fato uma questão de reconhecimento do sujeito em determinada posição.

Possuir um nível de ‘intencionalidade’ posto neste “bom/mau sujeito” e neste conceito de *contra-identificação* é que Lagazzi (2013) nos faz entender que existiria a perda do refinamento de pensar a *identificação* no nível do simbólico. Nesta linha pode incorrer em tomar este processo no nível intencional/argumentativo/enunciativo. Neste trabalho optamos perceber na *identificação* uma mobilização simbólica relacionada ao reconhecimento do sujeito – este processo estaria por apresentar a perspectiva de ser incontornável ao sujeito.

Partindo desta noção dos processos de *identificação* e *contra-identificação* Pêcheux ira puxar a questão para a *desidentificação*. Neste momento de escritura do ‘Semântica e Discurso’ Pêcheux ainda não havia escrito o ‘Anexo III’ e o ‘Delimitações, inversões, deslocamentos’. Este momento de Pêcheux apresenta muito mais fortemente sua filiação Marxista.

[...] fui mais longe investigando de que modo, no absurdo círculo de evidência constituído pela interpelação, “o sujeito é produzido” como historicamente capaz - sob certas condições essencialmente ligadas à aparição da teoria marxista-leninista - de se voltar contra causas que o determinam, porque ele as apreende teórica e praticamente: de bom ou mau grado, cheguei, assim, no fim de *Les Vérités de La Palice* a delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a “apropriação subjetiva da política do proletariado”. E, apesar de todas as precauções teóricas de que eu me cercava (em particular com a noção de “desidentificação” cuja discussão retomarei em outra parte), cheguei finalmente a um paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial com o sujeito da prática burguesa não era questionada! (PÊCHEUX, 2009, p. 274-275)

Ao ponto que seus textos posteriores mostram maiores inclinações com a relação da/na Psicanálise e esse investimento no significativo.

Quando Lagazzi (2013) no aponta que a dominação é:

é uma questão de linguagem: é necessário “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem sentido” (PÊCHEUX 1990, p. 17). Recorte tantas vezes repetido e nem por isso menos consequente! Pensar a quebra no ritual como uma questão simbólica, como uma transgressão na fronteira do sentido, é um ganho

inestimável para a compreensão dos processos de identificação do sujeito (LAGAZZI, 2013 p. 329)

E aponta em consideremos Pêcheux quando este nos aponta que:

[...] o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tomar-se discurso de rebelião o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

No esforço de Pêcheux explicitar o conceito de *desidentificação* produz um efeito de que ele – o sujeito da *desidentificação* - poderia ser dotado de intencionalidade e vontade<sup>15</sup>. Ou ainda, de dizer que, de alguma forma, que esse sujeito militante, do proletariado, seria a grande saída ao sistema capitalista – pois ele passaria pelo processo de *desidentificação* e, a partir deste processo, conseguiria dar um “salto” ideológico conseguindo colocar-se em outra posição.

No ‘Anexo III’ Pêcheux retifica o entendimento de que no ‘Semântica e Discurso’ ele “tivesse tentado empurrar esse sujeito iluminista pela porta e ele houvesse retornado posteriormente pela janela”. Podemos pensar que na medida em que qualquer sujeito fora a saída social, mesmo o sujeito do proletariado, ele, Pêcheux, se percebeu caindo no estratagema idealista. Se a saída fosse o sujeito, e, não o processo de *identificação* pelo simbólico; teríamos um indivíduo centro do mundo, o que acarretaria em uma disparidade teórica com a noção de sujeito tomada pela AD.

O intuito do conceito de *desidentificação* é justificar a saída pelo sujeito do proletariado e, por isso, é tão importante quando Pêcheux se aproxima da Psicanálise para falar da resistência através da relação com o chiste e o ato falho. Por isso que nos parece tão importante à ele [Pêcheux], abrir mão desta relação. Fugindo, assim, de qualquer perspectiva de um idealismo que venha a centrar no sujeito.

Ou seja, não se consegue ver o uso desse conceito, a *identificação*<sup>16</sup>, na dimensão enunciativo-argumentativo. Esse sujeito que porta a máscara e se filia a esse grupo, o

---

<sup>15</sup> Cabe marcar que: o sujeito é sempre dotado, nas relações imaginárias, de intencionalidade e vontade. A grande questão é que não iremos, como analista discursivo, nos guiar na intencionalidade e vontade como autocracias determinantes e contendedoras dos sentidos. Estes efeitos estão para a o inconsciente/ideológico.

<sup>16</sup> No capítulo IV desta dissertação esse é o movimento que pretendemos mostrar.

“*Anonymous*”<sup>17</sup> e/ou este anonimato, é um sujeito que está em um processo de identificação e de reconhecimento com esta memória ‘revolucionária’.

Podemos retomar a passagem onde Lagazzi (2013) aponta o processo de identificação:

Althusser vai chegar ao redobramento e à defasagem característicos tanto do discurso do inconsciente quanto do discurso verbal do sujeito, para pôr abaixo todas as interpretações filosófico-idealistas do inconsciente.

Volto a estes pontos que me ajudam a insistir sobre o processo da identificação na sua relação simbólico-ideológica. Falar de reconhecimento no (des)conhecimento é falar de ideologia e de inconsciente, do que se faz causa evidente a partir do que falha. Volto ao lapso, ao ato falho, ao sintoma, para melhor compreender o (des)conhecimento nas possibilidades de reconhecimento e novas identificações significantes que oferece ao sujeito. (LAGAZZI, 2013 p. 320).

Teorizamos que na perspectiva discursiva o aspecto simbólico não é mobilizado pela *contra-identificação* ou a *desidentificação*. Estas noções já estariam para o processo de *identificação* com outra ordem de formações discursivas. Sempre haverá uma *identificação*, pois não há como o sujeito contornar o simbólico. Formulamos que a *contra-identificação* e a *desidentificação* podem ser tratadas como processos diferentes do processo discursivo, eles estariam para o processo do enunciativo. Na enunciação o sujeito é a origem do seu dizer, então o sujeito decide, na enunciação, o que dizer. No processo discursivo o sujeito é determinado pelas condições de produção – pois, novamente, não há como contornar o simbólico.

É pelo processo de *identificação* e o funcionamento da linguagem, com a falha, que as barreiras dos sentidos podem ser transpostas e/ou transgredidas e em um horizonte de possibilidades significantes. Apresentamos, aqui, a citação de Pêcheux (2009) que aponta o laço teórico recorrente da AD e indica como os conceitos citados até aqui, em especial o de *identificação*, corroboram mutuamente com o pensamento de que somos sujeitos da/de linguagem:

[...] diremos que a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem indissociavelmente, **interpelação, identificação e produção de sentido**, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira. Estamos lidando com

---

<sup>17</sup> O grupo “*Anonymous*” se caracteriza por intitular-se uma rede internacional de ativistas associados, de forma não hierárquica ou imóvel, e *hacktivistas* – Um ‘*hacker*’ ativista seria alguém que exerce atividades de busca de falhas/fraquezas em sistemas computacionais e/ou redes de computadores para subsidiar/fortificar grupos/manifestações. O “*Anonymous*” enquanto grupo pode ser encontrado enquanto um conjunto de *sites* ou de sujeitos que se organizam por diversas redes – sempre de forma a negar uma identidade individual. Alguns dos funcionamentos desse grupo serão mais abordados posteriormente.

uma determinação que se apaga no efeito necessário que ela produz sob a forma da relação entre sujeito, centro e sentido, o que, de uma forma condensada, chamamos “efeito Münchhausen”. (PÊCHEUX, 2009, p. 243).

É diante deste cenário que Lagazzi (2013) aponta a amplitude teórica em que pode ser tomado o ‘Anexo III’ de Pêcheux (2009) “na afirmação de que ‘somos sujeitos de linguagem’” (LAGAZZI, 2013, p. 312) em parte pelo processo de desconstrução do sujeito como centro do sentido. Outro aspecto é parte pelo qual as relações de sentido do sujeito passam por um “(des)conhecimento” de que o sentidos permeiam o *non-sens* de maneira a “eternizar” o retorno do sujeito a sentidos constituídos pelo inconsciente.

É sobre este paradigma de contradição que a *contra-identificação* é focada no sujeito da enunciação. Esta *contra-identificação* negaria, da mesma maneira que se mantém presente na forma negativa, reitera e mostra que os sentidos encontram-se afetados pelo efeito do “consolidado”. Entre os exemplos apresentados por Pêcheux (2009), estão o forte apelo às revoluções como propostas por Marx que também seriam um local da luta de classe e como tal luta da/com a língua. Desta maneira, é possível compreender que é pelo processo de negar uma classe dominante que se atesta que esta classe é sim dominante.

Pêcheux continua seu raciocínio apontado que uma “tomada de posição não-subjetiva” pode ser conjecturada com o processo de “*desidentificação*”. Este processo, segundo Indursky (2000), ao estudar e repensar as formulações de Pêcheux (2009), não mais nega o sujeito dentro da *identificação*, mas parte para uma nova possibilidade de sentido.

Acreditamos que existe um interessante movimento de afastamento entre as formulações das referidas autoras - Indursky (2000) e Lagazzi (2013) - pode ser percebido, quando a primeira marca a existência de momentos distintos na concepção da AD nos conceitos de *identificação*, *desidentificação* e *contra-identificação* naquilo que parece estar em direção da produção de gestos de análise. Por outro lado, entendemos que para Lagazzi (2013), a consequência de que o processo de *identificação* é um processo de reconhecimento do/no simbólico na e pela linguagem tem um aspecto de desenvolvimento teórico e reflexivo dentro da AD.

Uma vez que apresentamos reflexões que permitem repensar a questão do processo de constituição do sujeito e sua relação com os sentidos, e, além disto, apresentamos a possibilidade em refletir acerca da permeabilidade do *sujeito*, podemos pensar que o sujeito ao estabelecer uma relação com a FD movimenta-se nesta relação inscrevendo-se em determinada *posição-sujeito*. Esta posição não está associada ao empírico, a realidade, mas sim, ao processo discursivo. Processo discursivo sustentado pelos efeitos de sentido, este(s)

efeito(s) relacionam-se com a pluralidade de *sujeitos* possíveis dentro de um sujeito empírico, estas possibilidades de diferentes sujeitos encontram-se em relação de articulação com as *formações ideológicas*. Segundo Orlandi (2001, p.123), existiria uma “invasão da posição sujeito por outras regiões de sentidos possíveis (diferentes formações discursivas no mesmo espaço significante)”.

As *posições sujeitos* estão em caráter predominante no sujeito – elas dividem e lutam por espaços ganhando ou perdendo força frente à interpelação das FD’s. É pelo processo de alternância de diferentes *posições sujeito* que as possibilidades do processo de *identificação*, têm seu movimento dentro do discurso – na linguagem.

O espaço teórico delineado e apresentado até este momento tem a finalidade de ambientar as noções mobilizadas no que pode ser chamado de “fio condutor”, o qual durante a apresentação do *corpus* e da análise discursiva proposta constituir-se-ão como elementos que buscam apontar uma direção para nosso gesto de leitura. Esta direção é o *anonimato* em especial como este pode ser lido e interpretado.

### 3 APRESENTAÇÃO DO CORPUS

A proposta central deste estudo é a de apresentar uma das possíveis leituras resultantes desse processo por meio de um gesto analítico discursivo da máscara do anonimato de Guy Fawkes. Conforme Orlandi (2012), a constituição do *corpus* requer recortes que são da ordem de gestos de leitura, desta feita, para que pudéssemos proceder tal recorte lemos, descrevemos e interpretamos os efeitos advindos e configurados do/no político desta máscara e os possíveis sentidos de anonimato que a contornam.

Uma das possíveis leituras é tecida neste trabalho ao tentarmos apresentar aquilo que consideramos, de acordo com nosso gesto de leitura, uma amostra de como a sociedade, em sua forma material capitalista e, conseqüentemente, nas relações que constituem-se e movimentam-se ali, impõem que os modos de subjetivação corroborem para a manutenção das relações sociais que são marcadas pelas formas de *identificação*: “bons” e “maus sujeitos” (PECHÊUX, 2009, p.199-200) como tomamos neste trabalho, visto no capítulo anterior. Desta maneira, atuando, representando-se e significando-se como sujeitos que antagonizam o discurso mas não o negam. Além destes, tem-se os sujeitos que denegam o Outro do discurso e portanto, assumem “uma tomada de posição não-subjetiva” (PÊCHEUX, 2009, p. 201) constituindo “um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples anulação” (PÊCHEUX, 2009, p. 201-202). Este processo marca o quão distantes, simbolicamente, o processo de *identificação* pode ser marcado na constituição dos sujeitos. É essa distancia que constitui as diferentes posições sujeitos.

Neste trabalho mobilizaremos o conceito de *identificação* no nível simbólico, do reconhecimento e filiação dos sujeitos – de forma não intencional – as memórias mobilizadas do anonimato como propostas no decorrer deste trabalho.

Acreditamos ser por esse movimento de contradição, inerente a linguagem, que configura-se na necessidade que os sujeitos possuem por negar o incompreensível. Necessidade esta, constitutiva do sujeito, um sujeito que se apega às ilusões, ilusões que discursivamente são compreendidas como determinações, tais como as que se configuram nos AIE's. Determinações em que nascem, esquecem-se, apagam-se, denegam-se, “jazem” sujeitos e sentidos, naquilo que pode ser descrito pelos termos pertinentes a AD como modos de subjetivação e processos de individuação.

Entendemos que os sujeitos configurados sustentados no movimento de contradição de ser único, porém, constitutivamente muitos e múltiplos, e faça par com a forma da articulação entre o próprio sujeito e o sujeito que existe no outro, uma projeção de

si/sujeito que existe no outro. Nesta esteira, e, amparados em Mittmann (2005), que efetuaremos um dos possíveis recortes teórico-analíticos no *corpus* de análise.

[...] por nosso objeto de análise ser um objeto teórico, é preciso ressaltar que a teorização determina o procedimento metodológico, e ambos levam à constituição do corpus, o que significa dizer que o corpus não está dado, mas é construído pelo gesto do analista de ler, relacionar, recortar e, novamente, relacionar. (MITTMANN, 2005).

Para tanto, apresentamos diferentes elementos sobrepostos e, também, esquecidos na máscara, estes em que é possível ler/interpretar, nesta máscara, às injunções das relações de força que derivam deste movimento de ser e/ou estar anônimo da/na sociedade na história.

Nosso *corpus* é constituído pela relação do anonimato, em seu funcionamento e deslizamentos de sentido, através das diferentes apropriações da máscara do personagem ‘V’. Ao recuperar as condições de produção desta máscara e seus meios de circulação foi possível compreender alguns dos elementos constitutivos da máscara. Dentre estes elementos serão mobilizados a história da conspiração da pólvora, a transposição do personagem Guy Fawkes para máscaras em festivais, a absorção e deslocamento criado pelo HQ e filme ‘V de vingança’ a apropriação e desapropriação da máscara pelo grupo “*Anonymous*” e o deslizamento produzido pela utilização da máscara durante protestos/manifestações. Importante, em nossa leitura, é sempre pensar na relação do anonimato condutor destes elementos.

Procuramos reunir uma série de materiais que mostrem o funcionamento do anonimato ao longo da história, recortado pela máscara de Guy Fawkes. Percorreremos história em quadrinhos, filmes, a máscara mesmo enquanto objeto, vídeos e fotografias do uso da máscara em protestos de rua (antes e durante junho de 2013), buscando por meio deste, processo mobilizar memórias da/na máscara. Injunções que derivam do(s) gesto(s) de interpretação circunscritos pela máscara e, constitutivamente, derivam do processo de produção dos sentidos de anonimato.

Este primeiro momento de apresentação do *corpus* aponta para questões interessantes, que buscaremos observar no conjunto do material selecionado.

Compreendemos que para a configuração do *corpus* é necessário pensá-lo em relação às condições de produção, e estas como “ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar no interior das quais se encontra inscrito o sujeito, e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, quer dizer, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo, etc [...]” (LAGAZZI, 1988, p. 56).

Neste entendimento, propondo-nos a debruçar-nos sobre o anonimato em uma perspectiva discursiva. Como um processo enunciativo/sequência discursiva escolhemos o vídeo (e que por ora apresentamos) serve como extrato de uma textualidade na qual acreditamos que seja possível iniciar o processo de mobilizar memórias da/na máscara, assim como, o processo de *ser/estar* anônimo.

A escolha do referido vídeo justifica-se pelo fato de que acreditamos que sendo o discurso relação de significância entre interlocutores, tal textualidade marca, com muita propriedade as diferentes posições discursivas desses interlocutores. É neste vídeo que observamos, em um primeiro momento, o movimento de ser e estar anônimo presentificado e materializado pela e na imagem da máscara. Além destes aspectos, o exemplo possibilita ao leitor desta dissertação compreender como esta máscara remete a uma posição que ocupa seu espaço no processo discursivo, a qual será o objeto de estudo neste trabalho.

Seguimos para uma breve descrição do vídeo. Trata-se de uma filmagem aparentemente anônima, ou seja não tem-se revelado quem realiza a filmagem ou designado quem posta o vídeo na rede *Internet*. Tem-se no vídeo um manifestante mascarado abordado por um representante do Estado (um policial militar). O manifestante protestava para que o prefeito de Belo Horizonte, Minas Gerais, vetasse o reajuste salarial de 61,8% da Câmara de vereadores da respectiva cidade.

Esta manifestação aconteceu no dia 22 de dezembro de 2011 e o vídeo foi postado num site de compartilhamento de vídeos enviados pelos usuários através da *internet*, o *Youtube*, no dia 26 de dezembro de 2012<sup>18</sup>. Percebe-se que o vídeo postado no *Youtube* é editado, já que o vídeo na íntegra é encontrado na reportagem do Jornal Estado de Minas, em sua versão digital<sup>19</sup>.

Neste primeiro momento de constituição do *corpus*, é o vídeo postado no *Youtube* que nos interessa, do qual selecionamos alguns frames/cenas que são apresentadas a seguir:

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tGbIhdPEru4>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/12/22/interna\\_politica,268762/moradores-de-bh-fazem-manifestacao-para-que-prefeito-vete-reajuste-de-61-8-dos-vereadores.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/12/22/interna_politica,268762/moradores-de-bh-fazem-manifestacao-para-que-prefeito-vete-reajuste-de-61-8-dos-vereadores.shtml)>. Acesso em: 07 abr. 2012.



Figura 4 – Cenas/frames do vídeo

Fonte: <<http://www.youtube.com/watch?v=tGbIhdPEru4>>.

Em um gesto de descrição dos frames apresentados anteriormente, as primeiras duas imagens apresentam um manifestante sendo imobilizado e revistado por um policial. Em seguida, dois policiais indagam o cidadão para que este se identifique (não o processo discursivo e sim a identificação jurídica, aquela que impõe responsabilidade), ação esta que é ‘pseudo’ atendida pelo cidadão quando este entrega o que parece ser uma carteira de identidade. As duas ilustrações finais do quadro tratam o embate particular entre as partes sobre a ‘validade’ de um documento sem a ‘conferência’ deste. Por fim, o portador da máscara aceita retirá-la, mas sendo alheio ao registro.

Neste vídeo, de acordo com nosso gesto de leitura, apresenta-se o embate entre duas posições sujeito, a *posição sujeito* manifestante anônimo e a *posição sujeito* autoridade policial.

A primeira, *posição sujeito manifestante anônimo*, constitutiva de um efeito de sentido constituído pelo anonimato. O sujeito representa-se como um alguém, mas não um

alguém em particular, e, sim, um que pertence a um grupo. Ou seja, esta posição tende a buscar o não reconhecimento, a não especificidade, a não identidade do um. Podemos dizer que este sujeito encontra-se em um processo de subjetivação que inscreve este sujeito num coletivo indistinto e anônimo, já que seu rosto encontra-se encoberto por uma máscara. Porém, conforme já afirmamos anteriormente, este processo encontra-se configurado na relação de contradição já que esta indistinção encontra-se sustentada por uma máscara distinta/específica/preenche de identidade: a máscara do anônimo de Guy Fawkes. O que nos aponta para o suspeito de que estar anônimo não é o mesmo que ser anônimo, muito menos se não há aí, uma tomada de posição. Estamos diante de uma impossibilidade discursiva: não há como não estar/ser/tomar uma posição no discurso.

A segunda, a *posição sujeito autoridade policial*, constitutiva dos efeitos de sentido inscritos e sustentados na/pela discursividade Militar, estes determinantes em um agente do Estado. Porém, não podemos esquecer que este sujeito está sendo filmado e demonstra estar ciente desta situação, daí nossa leitura de que esta posição sofre atravessamentos advindos deste efeito de sentido de “coação”, já que este sujeito reconhece que está sendo filmado e como agente do Estado reconhece as implicações de suas ações.

Cabe ressaltar que tanto a primeira posição quanto a segunda não são as únicas possíveis de serem lidas no vídeo em questão, assim como compreendemos que estas que descrevemos são atravessadas por muitas outras posições sujeito, incluindo o movimento do anonimato.

Estes atravessamentos das posições sujeito permitem ler na cena mostrada no vídeo como a relação de antagonismo/oposição se estabelece articulada pelas posições de poder entre o agente do Estado e o “mascarado”<sup>20</sup> e, neste movimento, torna-se possível configurar-se o deslize, a falha, o equívoco na ordem histórico social – que ocorre na/pela linguagem.

Este manifestante que está lá na rua e retira a máscara e se reconhece juridicamente para o policial, ele está anônimo, ele não é mais anônimo, então aí é que temos uma oposição. Ele se opõe até o momento que pode, depois ele culmina por ceder ao reconhecimento jurídico. Quando descrevemos a posição sujeito manifestante anônimo uma

---

<sup>20</sup> Importante salientar que durante a relação cronológica de produção deste trabalho a noção de “mascarado” possui deslocamentos de sentidos políticos antes e depois dos eventos de junho 2013. A figura do mascarado apresentou efeitos de sentido que se deslocam entre o “manifestante”, o “arruaceiro” e culminando como exemplar de cidadão a margem da sociedade: o “vândalo”. Tais deslocamentos de sentido ocorrem muito em função dos modos de operação de determinados coletivos, que incentivam a violência contra o Estado como forma de protesto. Pretendemos retomar esta discussão, mais à frente, durante a análise propriamente dita.

interpretação possível é que a relação de contradição constitutiva da configuração desta posição é mobilizada, sustentada pela máscara, não qualquer máscara, mas a de Guy Fawkes. E a contradição do *ser* anônimo não tem uma solução ‘fácil’ em somente retirar a máscara. Por ser constitutiva da posição sujeito anônima este anonimato não está impregnado e atravessando somente a máscara, mas atravessa também a posição sujeito, o *ser* anônimo.

Partindo dessa leitura preliminar é que, optamos, como segundo momento de constituição do *corpus*, em nos determos neste objeto: A Máscara e sua Imagem<sup>21</sup>. Tem-se nela a representação de feições compostas por pontos e linhas, curvas e cores. Nosso gesto de leitura nos remete a máscara que encontra-se apresentada em um filme que foi inspirado em uma revista de quadrinhos. O filme “*V de Vingança*”, análogo ao HQ, traz a história do personagem “V” que porta a máscara e em momento algum revela sua identidade.



Figura 5 – Máscara de Guy Fawkes  
Fonte: Filme *V de Vingança* (2006).

Este sentido de anonimato, configurado na/pela personagem, nos permite ler o anonimato configurado no manifestante, e outras leituras do efeito de sentido “anonimato” correlatas que serão por nós apontadas nos parágrafos que se seguem, e que são recorrentes a constituição histórica desta máscara. Tal consideração é possível ancorando-nos em Pêcheux (2010b) que, em suas teorizações, destaca a opacidade que constitui a imagem: “não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura” (PÊCHEUX, 2010b, p. 55).

---

<sup>21</sup> Desenvolveremos a descrição da análise da Máscara-Imagem, nos capítulos subsequentes.

Neste entendimento, quando nos referimos a constituição histórica desta máscara estamos buscando revelar a opacidade que lhe é inerente, a opacidade dos efeitos de sentido deste anonimato que atravessam e constituem esta máscara. Efeitos que reverberam das regularidades que se definem pela sua relação com a formação ideológica e constituem meios de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas deste sujeito nesta posição; desde o processo de *identificação* que passa pelo evadir-se de um reconhecimento, efeitos este constitutivo do “anônimo”, indistinto e distinguível. Efeitos de sentido, que de acordo com nossa leitura, movimentam-se neste sujeito quando este significa-se e é significado por e nestes gestos de interpretação gestados na/da máscara.

Para refletir acerca desta relação, necessitamos retornar ao vídeo o qual apresenta um sistema em que todos os participantes encontram-se afetados pelo gesto de interpretação que se configura no efeito de sentido de que estes/participantes podem ser identificados juridicamente. O primeiro, *o anônimo*, configura-se sustentado pela falta de identificação que se configura no interlocutor. Este sujeito anônimo só é reconhecido se não puder mobilizar o gesto de leitura de ser reconhecido no outro/interlocutor. Este sujeito significa-se no reconhecimento do outro/interlocutor afetado pelo efeito de que ele/outro não pode reconhecer o sujeito.

Desta forma, o anonimato se constitui em uma falha que somente se instaura mobilizada na/da relação de contradição que produz-se na materialidade da história, no social, e na materialidade da ideologia, ou seja, no discurso. Falha que se constitui em um local político de protesto e/ou luta de classes como proposto por Marx.

Retomando a constituição do *corpus*, voltamos atenção para as notícias veiculadas nos meios de comunicação as quais têm-se a referência aos manifestantes utilizando a mesma máscara em protestos de diferentes naturezas, manifestações estas ocorridas em diferentes países em 2013. Estes protestos pretendem, em parte, criticar ações/decisões dos Aparelhos Ideológicos do Estado ou buscam defender estes aparelhos de outras formas, quase com um senso “obscuro” de justiça. Mais do que protestar estes grupos de mascarados realizam ações, algumas contrariando as leis, em prol das causas que defendem. Este é um primeiro ponto a reter para a composição da filiação do processo de identificação no sujeito trespassando a posição anônima.

Apesar de descentralizadas, as manifestações (ou melhor, as imagens das manifestações ancoradas na máscara) a que nos detemos neste estudo, contam com “patrocínio” e chancela da organização que se intitula “*Anonymous*” (Anônimos) esta que se inclui em protestos ou os organiza em favor de uma causa ou contra diversos temas,

acontecimentos e fatos sociais, dentre eles, é possível citar: a pedofilia na *internet*, o trabalho infantil, o sistema financeiro, governos, regimes políticos, causas animal/socioambientais, segregação em diversos níveis, etc. Este grupo utiliza-se temporariamente da máscara de Guy Fawkes como símbolo de sua organização. Em suas mensagens convocatórias, o grupo tem predileção por usar apenas sintetizadores de vozes, mas quando participam de manifestações que se caracterizam por concentrações ou passeatas públicas a máscara é utilizada.

Nas anteriormente mencionadas notícias, temos percebido que tais manifestantes utilizando a máscara têm sido intitulados ativistas políticos, não em um sentido de política partidária, mas sim, ativistas voltados a uma crítica civil. Conforme podemos observar no trecho: “*Russell Brand joined protesters last night in a ‘Million Mask March’ against cuts, corruption and an increase in state surveillance. [...] was one of thousands to protest wearing a Guy Fawkes mask, designed to ‘unite activists’*”<sup>22</sup> (WYATT, 2013) do “*The Independent Digital Edition*”, versão digital do jornal diário britânico de 06 de novembro de 2013 em que tem-se a notícia intitulada: “*Russell Brand joins thousands to protest for Anonymous Million Mask March*”<sup>23</sup> (WYATT, 2013).

A imagem/cena/frame a seguir foi retirada do vídeo *The Million Mask March 2013* que encontra-se no corpo da respectiva matéria do “*The Independent*”:



Figura 6 – Manifestantes utilizando a máscara  
Fonte: WYATT, Daisy. *The Independent* (2013).

Tal trecho de notícias sobre as manifestações, e principalmente as imagem destas, são apresentados como parte das textualidades que compõe nosso *corpus* de análise. Cada uma delas, marca, a sua maneira, os deslizamentos de sentido do movimento de ser e estar anônimo. Tal constructo analítico nos permite refletir acerca da leitura/interpretação que nos parece possível de ser depreendida destes textos (acima enunciados: notícia e imagem), o qual

<sup>22</sup> “Russell Brand se juntou a manifestantes na noite passada na ‘Marcha de Milhões de Máscaras’ contra os cortes, a corrupção e um aumento na vigilância do Estado.[...] foi uma das milhares de pessoas a protestar usando uma máscara de Guy Fawkes, destinadas a ‘unir ativistas’” (WAYTT, 2013) (tradução nossa).

<sup>23</sup> “Russell Brand se junta a milhares de pessoas no protesto dos *Anonymous* a Marcha de Milhões de Máscaras” (WAYTT, 2013) (tradução nossa).

configura a relação sustentada pela contradição que a máscara mobiliza no processo de produção de sentido do anônimo, já que uma pessoa identificada em específico trata-se do comediante, ator, colunista e apresentador de rádio e televisão inglês Russell Edward Brand.

Dito de outro modo, uma celebridade britânica, é tema de matéria justamente por ser reconhecido quando participava de uma manifestação que se caracteriza justamente pelo fato de que os participantes que a compõe sejam/estejam anônimos por intermédio do uso da máscara.

O trecho do vídeo que compõe a notícia que selecionamos e coletamos a cena/frame apresentada anteriormente também apresenta um grupo de manifestantes usando a máscara em uma situação de conflito com policiais, uma das razões que resulta no conflito é uso da máscara e a impossibilidade dos policiais reconhecerem juridicamente os manifestantes, daí servimo-nos destes textos (trecho da notícia e trecho do vídeo) visto, neles, ser possível ler/interpretar um funcionamento semelhante ao observado no vídeo anterior, no que diz respeito à relação entre o sujeito e produção do efeito de sentido ser/estar anônimo e as respectivas modalidades de tomadas de posição deste sujeito. E, nesta relação, perceber que não compreendemos uma forma sujeito como configurada e dotada de unicidade e sim, “diferentes posições-sujeito, que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia” (INDURSKY, 2000, p.76)<sup>24</sup>.

Desta maneira, neste movimento de constituição do *corpus*, apresentamos textos exemplares que nos permitem ler/interpretar as condições materiais, ideológicas e políticas deste sujeito nesta posição de ‘*ser*’ anônimo; de se “*identificar*”, e de *estar* “*reconhecido*” /*não estar* “*reconhecido*” efeitos estes constitutivos do “*anônimo*”, *indistinto e distinguível*<sup>25</sup>. Nessa leitura e interpretação, focamos nas propriedades discursivas desta máscara de Guy Fawkes que textualizam-se nos enunciados selecionados acima. Propriedades estas que mobilizam, sustentam e tornam possível este gesto de leitura que configura nosso gesto analítico.

---

<sup>24</sup> Cabe aqui ressaltar que trazer tais textos (trecho da notícia e imagem retirados do *The Independent*) sem nos aprofundar-nos nas condições de produção destes e, conseqüentemente, não trabalhá-los mais detidamente pelo gesto analítico nos capítulos subsequentes, trata-se de uma opção metodológica que objetiva possibilitarmos uma relação aproximativa com o corpus identificando os trajetos de memória do discurso que constituem o efeito de sentido ser/estar anônimo mobilizado na/pela máscara já que um dizer encontra-se sempre inserido em uma filiação de dizeres.

<sup>25</sup> Neste trabalho a relação do ‘*ser*’ anônimo esta direcionada a uma relação com a noção de identificação. O ‘*estar*’ anônimo aproxima-se de um não reconhecimento jurídico. Estes aspectos serão mais profundamente abordados posteriormente.

Esta máscara reclama sentidos aos interlocutores e sentidos que se constituem dependendo/em relação das/às formações discursivas e, conseqüentemente, dos efeitos de sentidos inscritos nestas que atravessam o gesto de interpretação destes interlocutores. Efeitos de sentido que constituem e são constitutivos das tomadas de posição destes sujeitos em relação à(s) discursividade(s) que se textualiza(m) na máscara, retomando assim a configurando da relação de *identificação*.

Imbuídos deste entendimento que buscamos compreender, nos parágrafos que se seguem, como estes efeitos de sentidos reclamados são possíveis e, para tanto, continuaremos a descrição das condições de produção compreendendo-as como compostas de várias camadas, as quais nos permitirão compreender os gestos interpretativos que observamos no vídeo/reportagem postado no *Youtube* e discutidos até aqui. Porém, é na/pela Máscara que eles significam. Para tanto, propomos um percurso pelas condições de produção desse objeto: a máscara.

### 3.1 CONDIÇÕES “GERAIS” DE PRODUÇÃO DA MÁSCARA

A máscara em si, como objeto empírico, é uma peça que resguarda o rosto e, de acordo com perspectivas contemporâneas, pode ser um objeto de disfarce, identificação entre membros de um grupo, adereço ritualístico, objeto artístico ou, até mesmo, acessório para proteção. A evolução histórica deste objeto data dos tempos pré-helênicos (século VI a.C.) com sua utilização marcada pelos teatros litúrgicos, em especial, ao retratar a imortalidade da alma, da essência, de uma ideia.

Em culturas não descendentes da eurocêntrica, as máscaras também se fazem presentes, tais como as máscaras teatrais asiáticas ou as máscaras cerimoniais indígenas.

De acordo com os escritos do antropólogo Marcel Mauss (2003), é possível estabelecer relações entre a máscara e as técnicas corporais tanto teatrais, quanto ritualísticas (corpo disponível no espaço) com a noção de “pessoa” pela qual as sociedades delimitam o indivíduo, assim, o assujeitando. O referido autor frisa a ideia de que o uso deste corpo e máscara pode ser rigorosamente institucionalizado pelo/no laço social, este corpo/máscara está sujeito a seu ambiente e a seu inconsciente.

É apropriando-se do ideal grego de *persona* que Mauss (2003) desenvolve o pensamento de que são pelas máscaras sociais que cobrem e tapam o indivíduo que a

*persona*<sup>26</sup> apaga a existência deste e o marca como sujeito (uma *persona*<sup>27</sup> disponível em um espaço social).

Este processo de apagamento, no sujeito, de uma existência que seja estável em virtude de uma máscara social pode acontecer pela necessidade que a estrutura social requer para seu funcionamento. O laço social e as relações com o inconsciente impulsionam os sujeitos a utilizarem *personas*. Estas que se configuram mudando, metaforicamente a máscara, esta que “porta” estes sujeitos. Ao se utilizarem/envolverem-se destas *personas* os sujeitos produzem um efeito de paridade com o movimento da *identificação*. Estas “trocas” de máscara podem ser compreendidas nos atos falhos, por exemplo, quando tentamos retificar aquilo que não produz exatamente o efeito “ansiado”. Ao percebermos uma falha em nosso reconhecimento nossa *persona* é ameaçada e nos movimentamos no processo de identificação para tentar nos agarrar a algo que produza o ‘sentido desejado’.

Esta noção de “*pessoa*”, que se aproxima do sujeito no processo de identificação da AD, é originária da associação com a “máscara do teatro” e a aproximação com o termo latino *persona* que aponta para a máscara teatral como exemplo de uma dualidade da “verdadeira natureza do indivíduo” (MAUSS, 2003, p. 369-371). Courtine e Haroche (1988) teorizam que esta máscara do indivíduo pode ser considerada como estabelecida pela formação do sentido jurídico, através da “exigência” da unidade pessoal (entre corpo e sua natureza motivadora), em detrimento a uma dualidade proposta pela esfera religiosa, dualidade a qual é tratada como psicopatia pela medicina (transtorno bipolar por exemplo). É esta *persona* que enfrenta, mascarada para cada ocasião, as diversas exigências sociais de um

---

<sup>26</sup> Esta *persona* é a “ideia de ‘pessoa’, a ideia do ‘Eu’. [...] a consideram natural, bem definida, perfeitamente equipada no fundo da moral de que se deduz.” (MAUSS 2003 p. 369). Mauss teoriza de que a noção de ‘pessoa’ é particular a descendência latina (diferente da hindu e chinesa, por exemplo) e remota desde os gregos o processo desta de constituição desta *persona*, desta máscara social, em especial na observação e conceituação da esfera jurídica. (MAUSS, 2003, p. 385).

<sup>27</sup> Etimologicamente, Mauss nos conta que: “Com alguma ousadia, eis como posso conceber essa história. Tudo indica que o sentido original da palavra fosse exclusivamente ‘máscara’. Naturalmente, a explicação dos etimologistas latinos —*persona* vindo de *per/sonare*, a máscara pela (*per*) qual ressoa a voz (do ator) - foi inventada logo em seguida. (Embora se distinga entre *persona* e *persona muta*, o personagem mudo do drama e da pantomima.) Na verdade, a palavra não parece ser exatamente de origem latina, mas sim etrusca, como outros nomes em na (Porsenna, Caecina etc.). Meillet e Erriout (*Dictionnaire Etymologique*) comparam-na à palavra mal transmitida farsu, e Benveniste disse-me que ela pode vir de um empréstimo tornado pelos etruscos do grego πρόσωπον (*perso*). O fato é que, materialmente, mesmo a instituição das máscaras, e em particular das máscaras de ancestrais, parece ter tido por núcleo principal a Etrúria. Os etruscos tinham uma civilização de máscaras. Não há comparação entre a quantidade de máscaras de madeira, de terracota - as de cera desapareceram -, a quantidade de efígies de ancestrais adormecidos e sentados que se encontraram nas escavações do vasto reino tirreno e as encontradas em Roma, no Lácio ou na Magna Grécia - aliás, em minha opinião, em sua maior parte de fatura etrusca. Mas, se não foram os latinos que inventaram a palavra e as instituições, ao mesmo foram eles que deram o sentido primitivo que veio a ser o nosso.” (MAUSS, 2003, p. 385-386).

estado de direito que media a relação com o laço social através das privações pessoais dos desejos e pulsões de seus integrantes.

Sob uma perspectiva de enfrentar a interpelação da *ideologia*, por um efeito de unicidade estrutural entre sujeitos e sociedade, é que a *persona* resguarda na máscara a possibilidade de ser “outro”. Courtine e Haroche (1988) indicam que este(s) outro(s) é(são) a(s) adaptação(ções) do sujeito, sua dualidade de movimento no efeito de sentido, quando interpelado pelo jurídico, político ou pela língua(gem).

O sujeito social é cindido entre o ser e o estar, sendo que ao último aspecto está ligado o laço social, a prática, é a vida social que ‘consagra o sujeito a uma forma separada dele mesmo, a uma máscara’. Esta máscara (social, a *persona*) que pode produzir um efeito de ‘exteriorizar sua submissão ou sua resistência, sua impassibilidade ou sua emoção’. É além da máscara, das aparências, do jogo entre a dualidade da *persona* que o sujeito considera ter encontrado a explicação ao que é “real” deste sujeito.

- a) A máscara, neste trabalho, pode ser entendida como um lugar político. Lugar este em que, uma vez estabelecida às regras do jogo, as posições sujeito podem ser marcadas pela dominação, aceitação, servidão e/ou resistência. É através da pergunta: “*Como incorrem os efeitos de sentido que esta máscara produz?*” que existe a possibilidade de: Ao se “apoderar” da máscara e velar sua própria *persona* o sujeito desloca-se, para em/no outro, produzir efeito de sentido.
- b) É a máscara o objeto/meio e forma de, através da *complacência* ou *arrogância* de um sorriso estático, ser/estar em uma posição anônima. O *ser* esta relacionado a uma mobilização de memórias e filiações a estas memórias. O *estar* pode ser descrito como relacionado a prática.

É pela relação de *identificação* com o rosto humano que se apoia a posição política do sujeito em cessar, com a máscara, sua própria relação de produzir efeitos de sentido com seu rosto no outro interlocutor, ou seja, para modificar o gesto de interlocução – para também pelo rosto produzir discursos. Desta maneira, é na esfera do simbólico que o agora signo é levado a produzir novas discursividades. É sobre a discrepância em parecer e ser que a máscara permite o apagamento de um sujeito, profundo e singular e o transmuta em um desconhecido social (COURTINE; HAROCHE, 1988).

Neste entendimento, selecionamos e apresentamos alguns exemplos de máscaras ao longo da história, nos apropriando, em grande parte da história da arte:

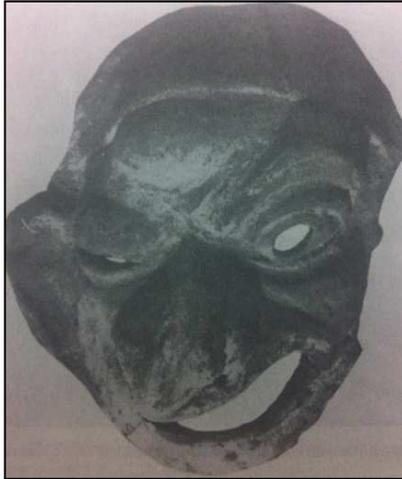


Figura 7 – Máscara teatral atelana (Século II A.C)  
Fonte: Berthold (2001).



Figura 8 – Máscara teatral asiática (Autor e ano desconhecidos, provável do século XVII)  
Fontes: Museu do Oriente (2008).

Os exemplos acima apresentados corroboram o que afirmamos anteriormente que a máscara esteve presente em manifestações espetaculares no Oriente e desde o início do teatro grego, com Aristóteles. Neste teatro em que nas formas cênicas então conhecidas: o drama, a tragédia e a comédia, as máscaras passam a apresentar/representar em suas expressões os sentimentos característicos dos personagens que as portavam. Desde a Era Clássica, passando pelo Renascimento, nos séculos XIV a XVI até o século XX, as máscaras tiveram um papel artístico, religioso e político na sociedade. Um de seus momentos de maior importância foi durante os bailes de carnaval na cidade de Veneza, durante os séculos XVII, na Itália, bailes estes em que as máscaras expressavam a proteção da verdade sobre a origem e os propósitos dos participantes nos bailes. Era também durante os processos de acusações, de

denúncias de crimes e desavenças que os participantes utilizavam máscaras teatrais para produzir um efeito de segurança e imparcialidade sobre aquilo que se debatia, um apontamento de que não deveriam ser observadas as pessoas enquanto indivíduos, mas os ideais que os colocavam naquele local do estado de direito (AMARAL, 2004).

Para aprofundarmos nossa reflexão acerca do contexto histórico-social e as condições de produção da máscara, apresentamos a seguir dois exemplos de máscara, exemplos estes que permitem a produção de uma provocação que se constitui do contraponto e contraste entre esses dois tipos de máscara.

Provocação esta que é mobilizada pelo funcionamento dos gestos de leitura/interpretação destes sujeitos que significam-se e são significados da/na máscara, marcando os deslocamentos de sentido que a máscara carrega, pontos de deriva, incidindo em outros discursos, desta maneira, presentes na *materialidade significativa* “máscara”, esta que pretendemos compreender nos parágrafos subsequentes:



Figura 9 – Máscaras de Veneza (Veneza, Itália, Festa comemorativa de rua no ano de 2010)  
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 10 – Máscara contra gases (2014)  
Fonte: Blog Peixe Guerrilha Urbana (2010)

Como podemos perceber, visto os exemplos anteriormente apresentados, as diferentes máscaras existentes e a eventual provocação produzida ao trazermos a máscara contra gases entres estes exemplos, corroboram com as considerações apresentadas no parágrafo anterior de que a “máscara” pode ser compreendida como uma *materialidade significativa*, noção que é teorizada segundo Lagazzi como:

Assumindo que o discurso se constitui na relação entre a língua e a história, propus falar do discurso como a relação entre a materialidade significativa e a história para poder concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história. Materialidades prenes de serem significadas. Materialidade que compreendo como o modo significativo pelo qual o sentido se formula. (LAGAZZI, 2011 p. 401).

Além desta leitura, podemos refletir que ao causar estranhamento, pelo contraponto e contraste entre dois tipos de máscara, é possível uma compreensão de que o(s) efeito(s) de sentido desloca(m)-se (apontando para o deslize, a falha, o equívoco) de um sentido tomado como mais ‘evidente’ para um outro sentido também possível. Considerações teóricas que permitem compreender este/deste deslizamento como revelador da opacidade que é inerente à língua(gem) e perceber as diferentes formações discursivas em que cada sujeito leitor pode inscrever seu gesto de leitura. Estas diferenças podem produzir na utilização da máscara de Guy Fawkes com a derivação do sentimento de espetacularização remetida pelas máscaras de Veneza.

É neste/deste processo mobilizado pelo atravessamento das FD’s que o sujeito que se coloca como ‘mascarado’ passa a ser lido/interpretado como ‘vândalo’<sup>28</sup> em uma leitura afetada pelos efeitos de sentido constituídos/configurados na concepção política do gesto de protesto – a máscara de Guy Fawkes quando utilizada próxima a outras em protestos que possuem ações mais violentas podem impregnar o vandalismo (com ou sem razão) no símbolo efêmero do grupo “*Anonymous*”. Dito de outro modo, esta irregularidade nos gestos de leitura configurados no termo “mascarado/o que usa máscara” desloca-se produzindo diferentes efeitos de sentidos, dentre eles: “vândalo”. E, conseqüentemente, diferentes relações de

---

<sup>28</sup> Este ‘vândalo’, durante os protestos que iniciaram no ano de 2013 no Brasil, tem muito atrelado a sua constituição o discurso jornalístico, que após alguns incidentes aplicou o termo quase que de maneira a priori a todo aquele que usava uma máscara. Interessando, talvez para um momento futuro, pensar na relação da máscara do anonimato enquanto estando associada a posição manifestante e seus deslizamentos de sentidos quando associada ao agente do Estado (a polícia em suas máscaras negras/de proteção contra gases).

constituição de sujeito e sentido, e esta produção de diferentes efeitos e relações como sujeitos e sentidos se constituem revelando como estamos sujeitos de/da linguagem.

Se pelo aspecto do objeto empírico temos um amplo espectro de dados, devemos também permitir que a imagem, o bigode, as sobrancelhas, bochechas e afins, que essa máscara traz, sejam explorados.

É certo que, em uma perspectiva discursiva, as condições de produção são imprescindíveis para a compreensão do *corpus* em sua constituição/espessura histórica. Acreditamos que até agora, em nosso texto, delineamos tais condições. Porém, há no entanto um contraponto teórico que gostaríamos de explorar, justamente por acreditar que tal contraponto permita uma aproximação com as teorias das imagens, em especial com uma teoria que trate acerca da significação da imagem pelo seu viés compositivo. Viés este que, embora não especialize um gesto de interpretação em sua dimensão política, ajuda a compreender como tais sentidos podem ser “naturalizados” e tantos outros rechaçados.

Nossa opção de escuta teórica a respeito da teoria das imagens se dá pela Semiótica de linha peirceana. Mesmo compreendendo que se trata de epistemologias distantes (uma filha da lógica e da filosofia e outra da linguagem e do social), ainda assim, observamos muitas contribuições a respeito do funcionamento do signo-imagem na construção de sua significância.

Desta forma, no próximo subcapítulo, pretendemos promover e apresentar as considerações teóricas frutificadas nesta/desta aproximação.

Compreendemos que tal procedimento será teoricamente e metodologicamente tracejado pelo objetivo de promoção de escuta teórica e interlocução com e destas noções e reflexões delineadas em outra perspectiva teórica guardando as devidas particularidades e especificidades próprias do gesto analítico discursivo. O efeito desta escuta teórica advinda desta aproximação não é determinante, mas constitutivo e consequente, quando frente ao objeto de estudo, a máscara/imagem. No entanto temos o discernimento de compreender que tal contorno não responde diretamente nossas indagações acerca propriedades políticas do anonimato.

### 3.2 ESCUTA TEÓRICA: A SEMIÓTICA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO MÁSCARA

A AD, conforme proposta por Pêcheux, pode ser pensada em não se realizar de forma hermética, a este processo tratamos como *escuta teórica*, pois quando nos prestamos a trocar proposições com outras disciplinas que observam o mesmo objeto de análise, ganhamos em compreensão do mesmo.

Como escuta teórica, os próximos parágrafos abordarão a teoria semiótica<sup>29</sup> de Charles Sanders Peirce. Embora pareça existir, como dissemos, uma distância teórica devido a suas epistemologias distintas, uma de origem filosófica/lógica e de filiação anglo-saxônica e a outra, de ordem social que parte da tradição linguística saussuriana com influência da Psicanálise e do Materialismo histórico de corrente do pensamento francofônico, é crível uma aproximação dentro dos termos descritos na sequência.

A respeito da escolha da disciplina de Semiótica existe a proposta em aproximar as linhas, AD de origem francesa e a Semiótica de origem anglo-americana, pois existem entusiastas que acreditam que elas não sejam tão distantes quanto aos seus objetos de análise, embora, quanto à origem de suas linhas de estudo – as próprias tradições epistemológicas possuem suas divergências.

Guardadas as devidas ressalvas, um primeiro ponto que gostaríamos de ressaltar é o esforço comum de ambas as teorias em evitar os atomismos. Tal esforço teórico consiste em afastarem-se da procura e observação apenas de pontos isolados e “centrais” de acordo com a percepção do analista, como também, afastarem-se das dicotomias separatistas entre “certo” ou “errado”. Estas posições, para ambas as teorias mencionadas, decorrem em simplificar ao extremo as relações de interpretação e significado, daí o conseqüente esforço teórico em assumir uma perspectiva mais holista quanto possível.

Tal assunção resulta em que semioticistas e analistas do discurso observem a maior quantidade de elementos possíveis (uns mais abertos aos aspectos da exterioridade que outros), observação esta advinda da concepção de que o simples é de difícil existência, e assim, este talvez exista somente para fins de análise. Sendo esta, a análise, sempre provisória.

---

<sup>29</sup> Uma ressalva: a escolha da semiótica como disciplina se dá por uma opção. Esta disciplina como escuta teórica não é imprescindível para a descrição discursiva analítica a qual nos propomos a realizar nos capítulos posteriores. Trouxemos esta opção por acreditar que ela dá possibilidades de uma descrição mais apropriada para imagem e os sentidos produzidos por ela. A respeito de uma escuta teórica, outras poderiam ter sido realizadas, tais como: A semiótica como teoria advinda de Algirdas Julius Greimas, os estudos de Deleuze em *A imagem-tempo* (1990) e *aimagem movimento* (1995) dentre tantos autores que abordam perspectivas teorias sobre a imagem.

Na AD, materialidade significativa, e, como um fragmento desta, temos o signo, para a Semiótica, o que no dispositivo de análise são recortes com efeito de fim. Tais significantes continuam a se movimentar – seja na cadeia semântica, social ou sígnica – e possibilitam novos efeitos de sentidos em diferentes interpretações.

Um aspecto particular, e que pretendemos demonstrar, é que as referidas disciplinas oferecem um prisma para a observação e interação com o social, prisma este que pode ser considerado como produtivo.

Cabe aqui salientar que é necessário apontar, concomitantemente as considerações acima enunciadas, a contribuição que uma análise semiótica possibilita para a compreensão imagética do fenômeno que incorre sob esta máscara. A Semiótica possui, em seu arcabouço analítico, materiais voltados para a análise de objetos empíricos, o que outras disciplinas que analisam imagens, em sua maioria, não dispõem.

A mencionada possibilidade teórico-analítica constitui-se pela relação *triádica* a partir da desconstrução do objeto pelo próprio objeto, e não a partir de um texto escrito sobre o objeto. Esta relação triádica é caracterizada pela necessidade da existência de todos os elementos da cadeia como é ilustrado a seguir:

Assim como o mundo não se divide em coisa, de um lado, e signos, de outro, mas vive da mistura das coisas que, sem deixar de ser coisas, são também signos, e dos signos que só podem ser signos porque são também coisas, as ações, que movem o mundo, são de duas ordens irreduzíveis, mas inseparáveis e superpostas: a ação diádica, embutida dentro da ação [triádica] do signo, ação inteligente ou semiose. Uma não pode ser concebida sem a outra. (SANTAELLA, 1992, p. 77).

Outro ponto importante da teoria é o primado da *terceiridade* que trabalha na abertura da recontextualização do objeto e seus contextos (dentro da teoria da semiótica) para um *interpretante*. É preciso ressaltar que tomamos a análise semiótica como uma escuta teórica na descrição do objeto “máscara” enquanto estrutura empírica e visual e seus funcionamentos, como os elementos visuais que a compõem.

Deste momento teórico em diante, a partir do funcionamento da máscara, existe a abertura para uma perspectiva que leva em conta a memória histórica e social como constitutiva deste funcionamento e é, nessa esteira, que a perspectiva discursiva “assume” o gesto de análise e especializa a compreensão da máscara enquanto *materialidade significativa*. Já que a AD por se preocupar com os conceitos que lhe são próprios, tem interesse nos aspectos para além da estrutura, ponto de observação pertinente a Semiótica não parte para

uma análise do sujeito-político-ideológico, ou seja, não é seu intento perguntar-se sobre o político da/na linguagem.

A AD, por sua vez e segundo nossa leitura, busca no “final” desta relação *triádica* a potência necessária para apontar a relação entre as estruturas e acontecimentos discursivos, sob o qual se desdobram seus gestos de análise, estes que, no presente estudo, servem-se e são mobilizados quando estivermos frente ao *corpus*, questionando a máscara e a seu anonimato pelos elementos que marcam o político da/na linguagem.

Para continuar nossa reflexão é necessário retomarmos algumas das teorizações de Peirce quanto ao signo, quando este teórico considera o signo como qualquer coisa que representa outra entidade, além de si mesmo. Daí podermos considerar que a imagem na máscara sendo composta de imagens menores, um conjunto de signos, ordenados e sobrepostos, por meio de processos de informação e comunicação, compõe um conjunto significante que visa sustentar, ao interlocutor, ideias referentes à máscara, as imagens, que estão ‘ausentes’.

Ao observar a máscara como imagem pela via semiótica *peirciana*, é possível supor que esta significa algo, construído de forma sinuosa para um significado em sua conjuntura total maior que seus elementos individuais. Os argumentos seguintes são propostos de acordo com a teoria da semiótica e visamos apresentá-los provisoriamente enquanto escuta teórica às bases da AD, ou seja, relacioná-los (os elementos visuais) à forma material histórica capitalista, à linguagem e às perspectivas da Psicanálise.

Descrevendo o objeto empírico na figura apresentada anteriormente, a máscara, temos que esta é feita de plástico ou porcelana e tintas de colorações específicas. Possui elementos vazados para permitir a melhor função possível dos sentidos da visão, olfato e transmissão da voz, e possui uma fisionomia ergonômica tridimensional elaborada para o uso humano em caráter individual. É, presumidamente, uma figura masculina, um rosto, caracterizado pelo bigode e cavanhaque tipicamente utilizados por este gênero durante os séculos XVI e XVII da Europa.

Mobilizando um gesto de análise depreendemos os “movimentos” pertinentes à construção da imagem, como por exemplo: as sobrancelhas arqueadas e o franzir da testa; as maçãs do rosto em uma posição que somente pode ser alcançada ao efetuar-se um sorriso; o franzir dos olhos e os lábios plácidos em posição de relaxamento; a barba que acompanha o traçado da musculatura facial, paradoxalmente “sorridente” e o cavanhaque. Como elemento importante, existe o efeito de maquiagem nas bochechas da máscara.

Estes elementos, por contraposição a um ser humano, contém traços de emoções antagônicas que corroboram para que esta imagem seja única, tanto pela referência histórica quanto pela construção do intérprete que a ela dirige sua atenção. Empiricamente, ainda existem especificações como: os passadores de uma tira que serve a fixação da máscara, entorno do crânio. Esta imagem da máscara contém os arquétipos necessários para considerarmos a mesma como um objeto simbólico. A Semiótica de Charles S. Peirce aponta o símbolo como um tipo especial de signo e a teoria busca explicá-los.

Um símbolo, ao se constituir como tal, se dissemina entre as pessoas. Ao ser usado e experimentado, tem seu sentido amplificado. Palavras como *força, lei riqueza e casamento*, para nós, remetem a significados bem diferentes daqueles a que elas remetiam para nossos ascendentes. (PEIRCE, 1958, nota do autor nº 2.302. *tradução nossa*)

O signo é algo que, representa outra coisa para um interlocutor qualquer, essa outra coisa representada pelo signo é seu objeto. O signo é composto por uma tríade solidária de elementos e apresenta, pelo menos, um *representamen*, um *objeto* e um *interpretante*. Todos estes elementos estão, necessariamente, interligados às categorias denominadas de: (1) qualidade ou *primeiridade*; (2) reação ou *secundidade*; (3) mediação ou *terceiridade* (SANTAELLA, 1983)<sup>30</sup>.

Faremos um breve paralelo para trazer estes conceitos, que auxiliam na descrição do objeto. Este signo media a relação entre o *objeto dinâmico* e o *interpretante*. Segundo Santaella (2012), o conceito de *primeiridade* é aquilo que emana do *objeto dinâmico*, suas qualidades referem-se a algo que seria possível apreender antes das reflexões. A *primeiridade* refere-se à relação com o ingênuo o simplório, ou seja, aquilo que está no âmbito do sensorial e/ou sentimental, desta maneira, a *primeiridade* é fugaz quando atinge a consciência.

Consciência em primeiridade é qualidade de sentimento e, por isso mesmo, é primeira, ou seja, a primeira apreensão das coisas, que para nós aparecem, já é tradução, finíssima película de mediação entre nós e os fenômenos. Qualidade de sentir é o modo mais imediato, mas já imperceptivelmente medializado de nosso estar no mundo. Sentimento é, pois, um quase-signo do mundo: nossa primeira forma rudimentar, vaga, imprecisa e indeterminada de predicação das coisas. (SANTAELLA, 2012 p. 71).

---

<sup>30</sup> Os conceitos das divisões triádicas possuem uma complexidade considerável. Ressaltamos que, como a Semiótica, neste estudo, é inserida mais como uma “ferramenta” para a descrição do objeto *máscara* do que um escopo teórico propriamente dito não nos deteremos em um levantamento teórico mais amplo, uma vez que nossa filiação para a análise será na AD. Momentaneamente, o que nos interessa é um mergulho na compreensão dos elementos de visualidade que compõem a máscara, por isso, esse breve contorno teórico.

A *primeiridade* não presume ou permite desenvolver análises, combinações ou mediações. Ela está dispersa a perceber as sensações, como, por exemplo, a sensação produzida quando tem-se um pequeno ponto no horizonte do mar e este ponto se aproxima, quando o ponto se torna um barco a *primeiridade* já colocou o signo em função de outra parte da consciência.

A *secundidade*, por sua vez, está em direção aos fatos, quando e no momento em que existem e não presumem motivos, apenas a direção antagônica, quase que da ordem da lei da física, de ação e reação ou causa e efeito. A *secundidade* não prevê as relações com hábitos do laço social, intencionalidade ou a forma das leis gerais - ela somente existe quando 'está acontecendo'. Retornando ao exemplo anterior, quando se identifica que o ponto se tornou barco a *terceiridade* já se coloca. Esta relação com os fatos pode ser lida nas considerações de Santaella:

Certamente, onde quer que haja um fenômeno, há uma qualidade, isto é, sua primeiridade. Mas a qualidade é apenas uma parte do fenômeno, visto que, para existir, a qualidade tem de estar encarnada numa matéria. A factualidade do existir (secundidade) está nessa corporificação material. (SANTAELLA, 2012, p. 73).

Por sua vez, a *terceiridade* amplia a relação da potência de ser, a relação de uma previsibilidade, um argumento – lógico, daí considerarmos que a *terceiridade* configura-se na relação entre a qualidade (*primeiridade*) e o fato (*secundidade*). Desta maneira, *terceiridade* inclui, necessariamente, suas antecessoras. Novamente, retomando o exemplo dado, a *terceiridade* refere-se a interpretação de um fenômeno – o interpretar o ponto como barco.

Finalmente, *terceiridade*, que aproxima um primeiro e um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo. Por exemplo: o azul, simples e positivo azul, é um primeiro. O céu, como lugar e tempo, aqui e agora, onde se encarna o azul, é um segundo. A síntese intelectual, elaboração cognitiva — o azul no céu, ou o azul do céu —, é um terceiro. (SANTAELLA, 2012, p. 79)

Apresentados estes postulados teóricos<sup>31</sup>, sentimos a necessidade de relembrar ao leitor desta dissertação que este exercício em particular e a síntese de uma tentativa, que

---

<sup>31</sup> Isto feito, podemos continuar nosso texto o qual apresenta como base teórica a observação dos diálogos entre diversos autores referência sobre o tema, desta feita, os parágrafos que se seguem são, em síntese, a análise com base nas seguintes leituras: Peirce (1980), Kant (2012), Nöth (2003), Deely (1990), Peirce (2010), Bense (2009), Assad (1992), Descombes (1996), Santaella (2012) (2012<sup>a</sup>) e (2012b), Santaella e Nöth (2012), Eco (2012), Barthes (1984), Tacca (1987), Foucault (2007), Derrida, (2011) e Deleuze (1969).

consiste em analisar um objeto do empírico, utilizando como ferramenta a Semiótica, e foca-se na máscara do personagem “V” concebida na revista em quadrinhos e filme homônimo “V de Vingança” criados por Alan Moore e David Lloyd.

As figuras a seguir apresentadas permitem observar os aspectos salientados nas considerações anteriores:



Figura 11 – Exemplos das variações da máscara

Fontes: <http://jacarezinhorj.blogspot.com.br/2013/06/mascaras-de-v-de-vinganca.html> (2013)

Retomando as considerações a respeito da análise do ponto de vista da disciplina da Semiótica, esta que remete o signo e o circunscreve no conceito de “algo que significa alguma coisa para alguém” (PEIRCE, 1958, nota do autor nº 5.228. *tradução nossa*), considerando neste conceito que “algo” não necessariamente signifique um objeto e “alguém” não necessariamente signifique uma pessoa. Aquilo que é signo é, necessariamente, composto por um conjunto de *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. Sendo estes inicialmente identificados, pela respectiva teoria, como um *meio*, um *objeto* e um *interpretante* do signo e cada um destes possui uma divisão *triádica* sob si mesmo, ou seja, o *meio*, o *objeto* e o interpretante se dividem, cada um, em três:

- a. O *meio* é composto pelo conjunto dos *quali-signos*, *sin-signos* e *legi-signos*.

- b. O *objeto*, por sua vez, é composto pelo conjunto do *ícone*, *indicie* e *símbolo*.
- c. E o *interpretante* pelo *rema*, *dicente* e o *argumento*.

Ao postular de que estes estados também estão sujeitos às leis de *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade* Peirce (2010) teoriza de que: a *primeiridade* do signo, seu meio, pode ser classificada em quali-signo, sin-signo ou legi-signo. A *secundidade* do signo, seu objeto, pode ser classificada em ícone, indicie e símbolo. E o interpretante do signo, em rema, dicente ou argumento. Todos em *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade* respectivamente. É através de um processo lógico que Peirce relaciona as dez categorias dos signos de forma que uma idade mais avançada não pode regredir para uma primária, mas a evolução ou paridade é possível. Segundo o autor, estas são as 10 categorias possíveis para classificar um signo, podendo as palavras em negrito serem consideradas dispensáveis para os fins objetivados neste estudo:

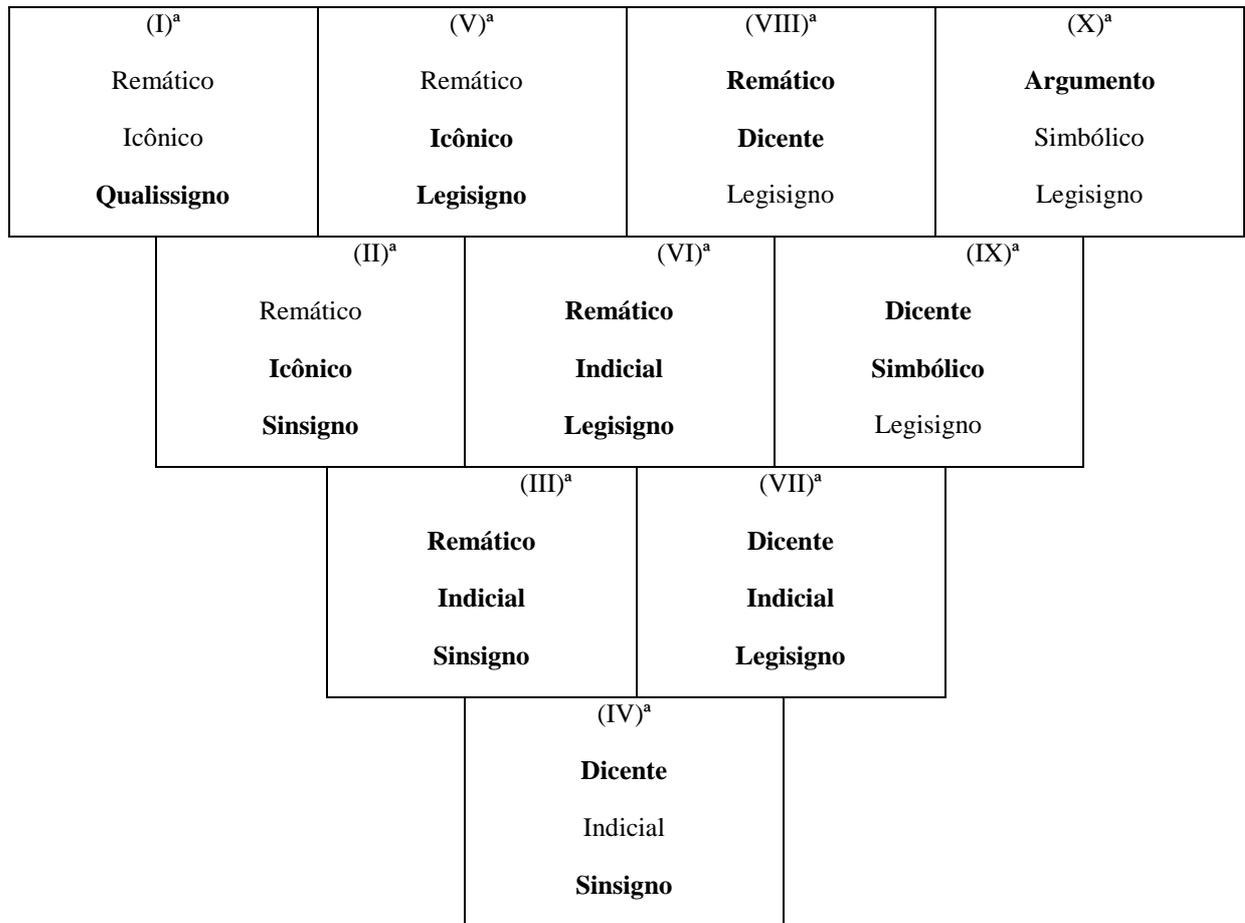


Figura 12 – Categorias dos signos  
Fonte: Peirce (2010, p. 58).

Ao considerar os signos da máscara, os aspectos primários são as qualidades presentes nesta que emanam para o interpretante, seus *quali-signos*, signos totalmente em *primeiridade*. Estas qualidades são sensações que, ao serem transpostas, fazem com que possa existir a busca por relações *sígnicas*. No caso do objeto, a sensação de um rosto é associada a sensação das cores individualizadas na composição dos elementos básicos do objeto. Isso permite que se explique da seguinte maneira: ao desmontar os elementos, as formas exacerbadas pelas cores são as possibilidades de diferença, então, suas sensações permitem a composição *sígnica* básica da máquina classificatória interpretante. Na sequência, apresentamos um recorte dos elementos compositores do complexo. O exemplo permite a observação dos elementos isolados, suas formas “simples” existentes apenas no conjunto complexo vejamos:

As sobrelhas que arqueadas permitem a associação com o “V”, entre elas e nelas, quanto invertidas na vertical:



O local dos olhos, vazados, ressaltando que no filme a abertura não permite a observação dos olhos, e ao redor deles, as rugas que também permitem que exista um movimento em um “V” lateralizado:



As bochechas, que podem ser compreendidas com construídas sob arcos em “V” aberto:



O nariz que também aponta para construções entorno da letra que é homônima a personagem:



O bigode composto de “V”s estes associados a um possível exemplar invertido da letra:



A boca que, de forma mínima, pode retomar o elemento triangular característico:



E, finalmente, a barba que em um arranjo peculiar por sobrepor o elemento triangular marcante na constituição do conjunto:



Das ampliações das sensações e suas relações anteriormente descritas é possível perceber que o objeto é primeiro um símbolo *remático*, por ser como um conceito geral das máscaras. O conjunto das sensações que dividem as formas e remontam este objeto como singular, a máscara do personagem “V”, permite recortá-lo com um *sin-signo icônico*. A organização dos elementos, por ser interpretada como um diagrama geral de um rosto, possibilita categorizá-la como *legi-signo icônico*.

Os elementos simples compositores também se comportam, inicialmente, como *legi-signos icônicos*: o olho, sobrancelha, nariz, bigode, lábio, barba e sua organização social permitem o movimento *sígnico* de sua conceituação, reflexo disto, é o comportamento destes como símbolos *remáticos* como, por exemplo o “V” transmutados em número romano no filme “V de Vingança”. Rema, porque parte da qualidade visual da letra “V”.

Importante marcar que a síntese de outros exemplos destes elementos não caracteriza este objeto complexo. A união dos elementos fora deste conjunto não necessariamente os caracteriza. Suas relações como signo passam pela categoria de símbolo *dicente*, pois, permitem o deslocamento da máscara para o equivalente a um enunciado que mobilize a semelhança entre o portador e o personagem. Mas, tais relações direcionam o símbolo para o nível argumento, signo totalmente em *terceiridade*, sendo que este só é possível quando os interlocutores têm uma base sócio-histórica-cultural compatível para este entendimento. Ou seja, sentidos sempre convencionados, tal como o funcionamento de um signo linguístico, por exemplo.

Uma possibilidade de compreensão é a que transita pelo *sin-signo indicial dicente*, um signo totalmente em *secundidade*, que torna o objeto em veículo e o interpretante uma relação de apenas indicar um significado.

Neste momento, podemos afirmar que a Semiótica dá conta do objeto em si, compreendendo-o dentro de um sistema *sígnico*. Isto, contudo não responde a pergunta discursiva a qual este trabalho se propõe a discutir. É por percebermos que Peirce tece considerações que apontam que o interpretante final é sempre “aberto” que percebemos a necessidade de ir além de regularidades lineares do signo. É só ultrapassando essa linearidade que podemos pensar no perceber que o sujeito cindido pelas falhas da língua, história e

ideologia é dotado do político. Portanto, esse recuo ao signo, apenas nos auxilia a compreender a máscara em sua composição visual, mas não em sua dimensão política.

Assim podemos aproveitar essa instância do trabalho para falar do que é o igual e o que é o diferente, porque ela, a máscara, se conserva, mas ao mesmo tempo se transforma. Do ponto de vista do objeto, é o mesmo objeto, mas se você olhar do ponto de vista discursivo já não é o mesmo. É interessante pensar posteriormente no objeto como dotado de qualidades que funcionam *parafrasticamente*. Mas o mesmo objeto deslocado, em uma cadeia significativa, tem outra dimensão que o acontecimento vai trazer para este objeto. É enquanto *paráfrase* que podemos pensar na semiótica. Frente a esta inquietação não dissolvida na *paráfrase* é que podemos apontar o efeito de sentido de que é a passagem do igual ao diferente, essa relação *paráfrase-polissemia*, que modifica o efeito de sentido do/no objeto, do/no discurso.

Acreditamos que só conseguiremos perceber quais são os elementos relevantes na máscara, ou na formulação a ser descrita, no jogo com a memória, no jogo com a história e as relações de produção.

Como consequência, é necessário o prisma da AD para que possamos refletir sobre tal questionamento. Nos próximos passos, apontaremos os alicerces que permitem sustentar e mobilizar algumas possibilidades de sentidos para esta máscara. Pois, já consideramos e demonstramos que a Semiótica debruça-se na estrutura visual da máscara enquanto descrição. Já a AD especializa o gesto de compreensão dos efeitos de sentido desta máscara. A Semiótica não se dedica a especializar a compreensão deste objeto simbólico no laço social, no político. Para tal compreensão, é necessário que conheçamos as condições de produção sócio-histórico-ideológicas da máscara.

### 3.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO “ESPECÍFICAS”

Este subcapítulo apresenta o trajeto de leitura por nós percorrido quando nos propusemos a conhecer as condições de produção da imagem que a máscara traz.

A pessoa representada pelo objeto artístico é, por referência, relacionada ao personagem do filme e da história em quadrinhos, o inglês Guy Fawkes, nascido em York em 13 de abril de 1570 e falecido em 31 de janeiro de 1606. Guy Fawkes participou da

“Conspiração da Pólvora”, conspiração que consistiu no planejamento do atentado que objetivava explodir o parlamento inglês. A explosão seria efetivada utilizando pólvora oriunda de fogos de artifício e o atentado se realizaria durante o discurso do rei James I em 5 de novembro de 1605. Tal conspiração e atentado resultariam no assassinato do monarca, de membros de sua família e grande parte de seus associados.

De acordo com Haynes (2005, p. 12), as tensões que impulsionaram esta conspiração iniciaram quando o rei Henrique VIII, entre os anos de 1533 e 1540, retirou de Roma o poder da Igreja Católica Romana em territórios ingleses. É, nesse momento histórico, que Henrique VIII institui a Igreja Protestante Inglesa. Esse gesto, do então rei, é historicamente apontado como um esforço em romper com as relações de poder do Vaticano na Inglaterra. Enquanto vivia, mesmo tendo criado outra denominação religiosa, o rei pouco alterou os dogmas religiosos propostos pela Igreja Católica Romana. Todavia, após seu falecimento, houve um movimento de reforma nos valores religiosos que mobilizou e influenciou diversas denominações religiosas, entre elas, as igrejas Anglicana, Presbiteriana, Batista, Puritana, Metodista, entre outras.

Em contrapartida, devido ao referido rompimento do rei Henrique VIII, os católicos em favor da autoridade religiosa católica romana e motivados pela crença de encontrarem-se cometendo heresia, iniciaram manobras de protestos públicos e manobras políticas.

Após a morte do rei Henrique VIII, sua filha Elizabeth I assume o posto de chefe de estado e inicia ações que cerceiam seus opositores, uma delas é a de tornar-se chefe suprema da Igreja na Inglaterra e das terras inglesas. Dentre as medidas de cerceamento, estavam sanções como: a obrigatoriedade de jurar aliança e fidelidade ao novo chefe da igreja inglesa, esta obrigatoriedade é considerada um dos principais motivos para que se instaurem as tensões. Aliada à imposição de multa, além da imposição de penalidades no caso de recusa ou no caso em que se contatassem ações que repetissem as ofensas, aqueles que não tomassem o juramento se arriscavam à prisão ou sentença de execução (BRICE, 1994).

A gestão de Elisabeth I foi tumultuada por sua recusa em indicar um sucessor, pelo fato de não estar casada e não possuir filhos. Através de manobras políticas, o então secretário de estado Robert Cecil negociou com sobrinho de Elizabeth I a legítima sucessão do trono. Essa negociação consistia na passagem do trono para James VI da Escócia.

Na perspectiva de Fraser (2005), a transição de governo foi dita com estável, pois o agora rei James I apresentava declarações e ações de tom moderado, talvez, até mesmo tolerante, a respeito dos católicos. Todavia, essa postura se alterou ao longo dos anos, o que

permitiu que existissem tentativas de assinar do regente por parte de católicos, culminando com a tentativa de instauração de uma monarquia católica através de uma invasão da Espanha (MARSHALL, 2006).

Porém, existem versões que diferem da anterior, as quais relatam que a comunidade católica inglesa respondeu com choque as acusações de responsabilidade pelos atentados à monarquia se eximindo da culpa através da falta de provas, que não foram apresentadas ou eram de natureza circunstancial e que não obtiveram tréplica por parte dos acusadores (MARSHALL, 2006).

O que nos interessa, no presente estudo, é a versão que descreve que a referida conspiração foi liderada por católicos descontentes que ansiavam por restaurar os poderes da Igreja Católica na Inglaterra, o que decorreria no término das perseguições aos crentes católicos pelos protestantes. Essas perseguições ocorreram quando o recém-coroadado rei, James I, determinou sanções aos católicos, tudo em virtude das tensas relações com a Igreja Católica ao longo dos anos anteriores. Dentre elas, está a tentativa da invasão naval pela armada católica espanhola com o apoio do Vaticano. A mãe, a irmã e a esposa do rei James I eram seguidoras da religião católica, portanto esses aspectos deveriam inspirar uma melhora nos conflitos. Porém o rei, após ser pressionado por seus conselheiros, em especial por Sir Robert Cecil que, na época, era promovido ao cargo de alta nobreza de Espião Mestre, resolve tomar medidas que visavam aplacar os manifestantes mais radicais, como os puritanos, o que levou a um aumento das sanções aos que praticavam a religião católica.

Tais fatos intensificam a ideia de se efetivar uma conspiração e essa idealização parte de Robert Catesby, um cavaleiro, que junto com Guy Fawkes e outros três conspiradores pretendiam, com a morte do rei, coroar sua irmã, Elizabeth, tornando assim, a Inglaterra um país católico. Fawkes era o responsável por adquirir a pólvora, visto sua experiência de 10 anos como militar durante a revolta holandesa nos países baixos (Holanda e Espanha). Os demais elementos da conspiração eram responsáveis pelo aluguel da adega sob a Casa dos Lordes, local que se localizava diretamente abaixo do Parlamento. A escolha dessa localização justificava-se visto que neste local, no dia 5 de novembro de 1605, o rei e seus associados mais prestigiados estariam presentes, dando assim, a oportunidade de matá-los com a explosão.

Para alertar seus familiares e pessoas próximas, os conspiradores remeteram cartas anônimas com a informação sobre o perigo de estarem presentes na abertura do Parlamento no dia 5. Tais ações tinham como finalidade evitar danos e fatalidades a civis que os conspiradores julgavam inocentes. A conspiração foi revelada através de uma carta, também

anônima, enviada a William Parker, o 4º Barão de Monteagle. Este, por sua vez, entregou a referida carta para Robert Cecil que tomou precauções para evitar o atentado revistando o Parlamento na noite anterior.

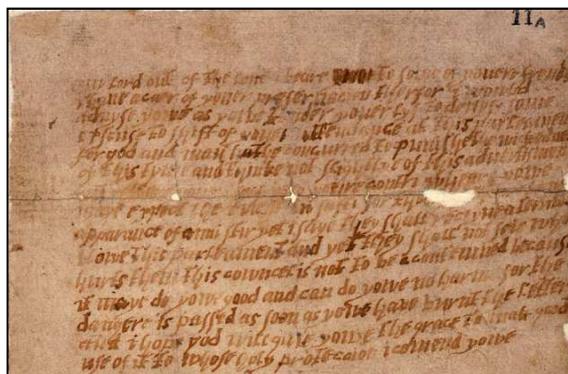


Figura 13 – Carta anônima enviada a William Parker (1605)  
Fonte: BBC (2012).

Segue-se a transcrição da mencionada carta<sup>32</sup>:

My Lord, out of the love I bear to some of your friends, I have a care of your preservation. Therefore I would advise you, as you tender your life, to devise some excuse to shift your attendance at this parliament; for God and man hath concurred to punish the wickedness of this time. And think not slightly of this advertisement, but retire yourself into your country where you may expect the event in safety. For though there be no appearance of any stir, yet I say they shall receive a terrible blow this Parliament; and yet they shall not see who hurts them. This counsel is not to be condemned because it may do you good and can do you no harm; for the danger is passed as soon as you have burnt the letter. And I hope God will give you the grace to make good use of it, to whose holy protection I commend you. (HAYNES, 2005. p. 85-86).

No dia 4 de novembro de 1605, em uma busca na Casa dos Lordes, Fawkes foi preso próximo à adega com 36 barris de explosivos. Ele estava vestido com roupas para fuga e, após dois dias de tortura, embora a prática de tortura estivesse proibida, confessou a conspiração (FRASER, 2005).

---

<sup>32</sup> Meu Senhor, por causa do amor que eu carrego para alguns de seus amigos, eu tenho uma estima pela sua preservação. Por isso, eu aconselho que você, como você valoriza sua vida, para elaborar uma desculpa para a sua não presença neste Parlamento, porque Deus e os homens têm concorrido para punir a maldade deste tempo. E pense como leviano para com este anúncio, mas retirar-se para o campo, onde você pode esperar que o evento em segurança. Pois, embora não haja aparência de qualquer espécie, mas eu digo que eles devem receber um golpe terrível neste Parlamento, e ainda eles não devem ver que os fere. Esse conselho não deve ser negligenciado porque ele pode te fazer bem e não pode lhe mal nenhum, porque o perigo é passado logo que você queime a carta. E eu espero que Deus lhe dê a graça de fazer bom uso dela, a cuja proteção sagrada vos peço. (BBC, 2012) (tradução nossa)

Este tempo foi “ganho” para que os demais conspiradores conseguissem escapar. Houve ainda, a seguir, uma tentativa de revolta dos católicos, mas sem consistência. Revolta que resultou na morte de alguns membros em tiroteios com os agentes do rei, todavia os sobreviventes foram julgados e presos. Até hoje, no dia 5 de novembro, são feitas revistas nos porões do Parlamento. Homonimamente, existe um festival na Inglaterra em comemoração à Conspiração da Pólvora.

Retornando ao século XVII, as ações descritas anteriormente, indispueram o rei James I ainda mais com os católicos, culminando com leis que removiam os direitos destes ao voto e restringia seus papéis na sociedade inglesa. Essas ações somente foram revogadas aproximadamente 200 anos depois.

Fawkes é historicamente declarado como um vilão na Inglaterra por se opor de forma drástica e violenta (BBC, 2012) ao regime; mas também, paradoxalmente, é considerado um herói popular antiautoritário que luta contra a arbitrariedade e tirania daqueles que deveriam guiar-se pelo exemplo da esperança e respeito, além disso, é ele quem recebe homenagens no dia 5 de novembro com a queima de fogos de artifício (HAYNES, 2005).



Figura 14 – A Conspiração da Pólvora (1605, artista desconhecido)  
Fonte: National Portrait Gallery (2012).

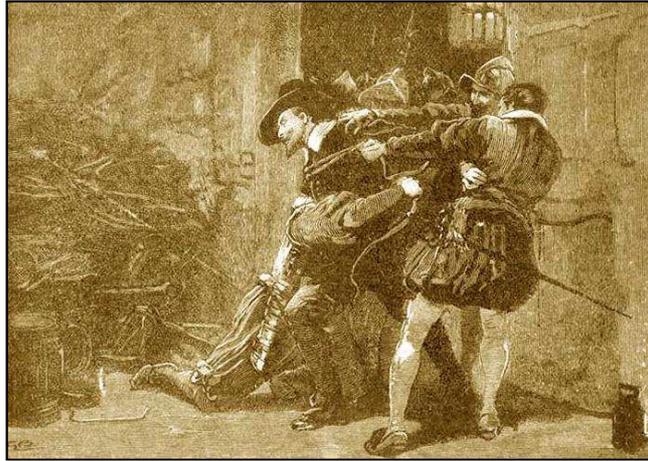


Figura 15 – A prisão de Guy Fawkes (1605, artista desconhecido)  
Fonte: Parlamento Inglês (2012).

São as considerações anteriores que nos fazem rememorar, neste momento, as teorizações que a AD tece a respeito do *equivoco* da história, do qual a contradição é constitutiva, desta maneira, podemos refletir que parte do “fato” é repartida em divergentes versões, tais como as versões que se configuram a partir da leitura dos atos de Fawkes.

É importante perceber que o discurso historiográfico pelo qual a história chega até nós, apresenta um ‘relativo distanciamento’, mas que não é de forma pueril que percorremos estas tramas. É entendendo que a historiografia é plena de posições políticas dispersas e divergentes que discursivamente observaremos o funcionamento do movimento histórico associado à máscara e suas ligações com Guy Fawkes. É um empreendimento de possibilidades de interpretação pela perspectiva discursiva que não é fechada pela historiografia.

Na descrição da Conspiração, percebemos a frequente regularidade do aspecto *anonimato*, seja pela natureza da Conspiração que se esforçava em se manter anônima nas cartas sem assinatura ou remetente que alertavam a população. Ou seja, pelo que atestam estudiosos, como Haynes (2005) ou Fraser (2005), ambos os autores percebem nas ações de Robert Cecil uma natureza anônima à história, algo que o coloca como um astuto estrategista títereiro, que se inscreve em uma posição sujeito que se sustenta pela necessidade de negar o nome. Lembramos aqui que Robert Cecil exercia a função de Espião Mestre, função que afeta este sujeito de maneira determinante.

### 3.3.1 Desenvolvendo a historicidade da máscara do personagem “V”

Neste momento é necessário que nos detenhamos sobre como esta máscara, a máscara utilizada na revista em quadrinho/filme pelo personagem e seu *souvenir* como objeto em protestos, em especial é concebida/produzida.

De acordo com Walter (2010), os primeiros registros da utilização da imagem de Guy Fawkes como máscara são datados do final do século XVII, quando crianças inglesas a utilizavam para pedir dinheiro. Essas máscaras eram produzidas de forma rudimentar em papel e tinham como base a imagem histórica de Guy Fawkes.

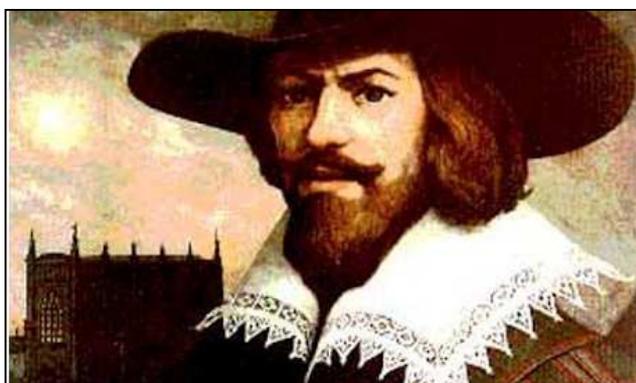


Figura 16 – Imagem Histórica de Guy Fawkes (1605, artista desconhecido)  
Fonte: Parlamento Inglês (2012).  
<http://images.dazedcdn.com/786x700/dd/1030/7/1037727.jpg>

Walker (2010) nos diz que, na década de 80, a máscara possuía versões distribuídas ‘gratuitamente’ em HQs, passando por uma restauração em 1983 (fig.17) nos jornais ingleses que passaram a colori-la. Também existem registros de que, nessa mesma época, a máscara começou a fazer partes das fantasias de *Halloween*.

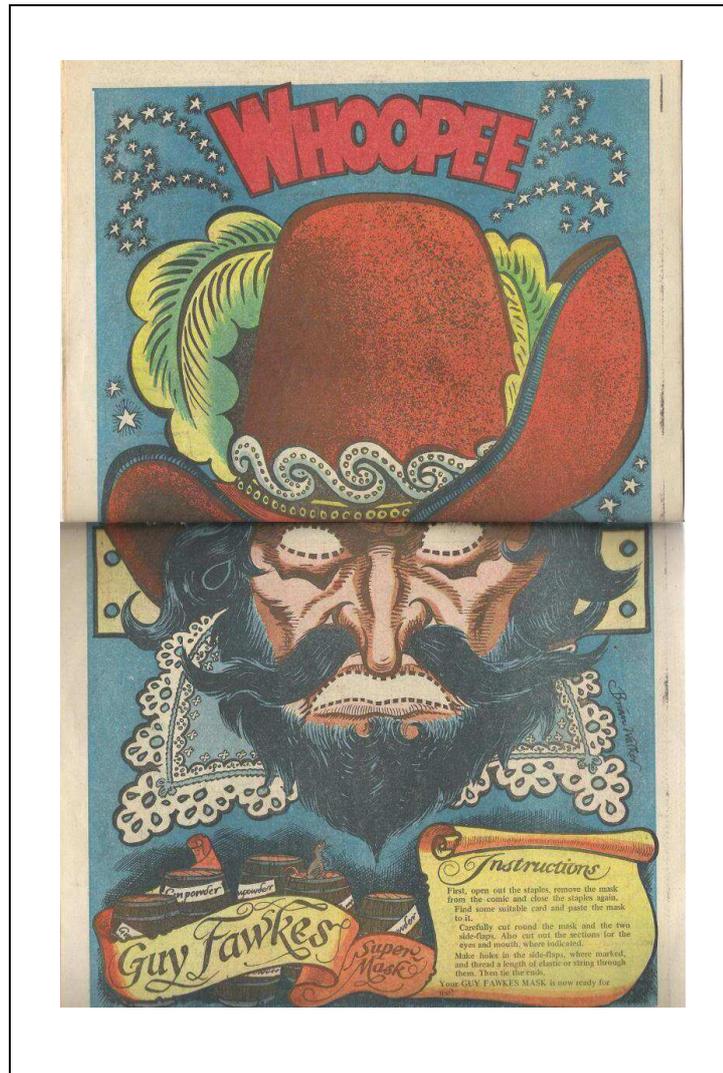


Figura 17 – Réplica restaurada da máscara de Guy Fawkes (1983, artista desconhecido)  
Fonte: WALKER, 2010.

A máscara que conhecemos hoje é derivada das ilustrações de David Lloyd para o HQ “*V for Vendeta / V de Vingança*” (tradução nossa) e de sua adaptação para o filme homônimo. A máscara foi desenvolvida primeiramente para o filme e depois vendida como artigo de colecionador na aquisição de uma ‘edição de colecionar do HQ, um *souvenir*.

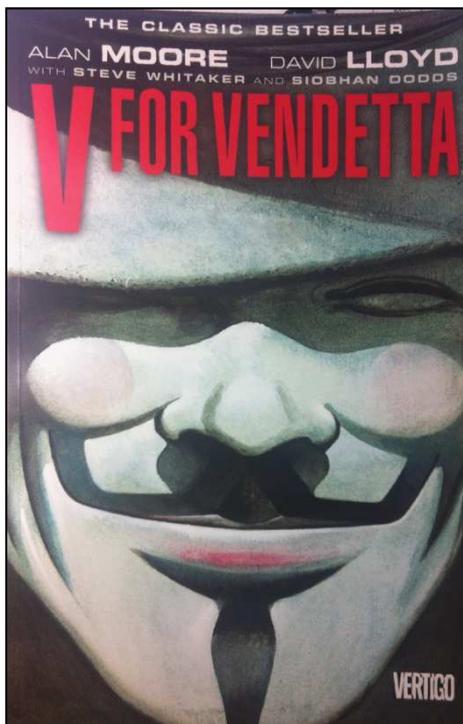


Figura 18 – Capa “V for Vendeta”  
Fonte: MOORE e LLOYD, 2005.

Após a possibilidade de utilização dessa máscara e de sua popularização pelo processo regido através do discurso midiático produzido pelo cinema é que, por volta do ano de 2006, através do *site* 4chan.org<sup>33</sup> surge então a primeira utilização da máscara do filme “V de Vingança”. Essa apropriação trata-se de uma animação rudimentar, em tom de paródia, apresentando o personagem “*Epic Fail Guy*”<sup>34</sup> / “*cara das falhas épicas*” [tradução nossa]. Essa animação aborda em tom de uma anedota a relação entre a palavra “*guy*”/“*cara*” em inglês e o nome da Guy Fawkes em um personagem que falha de maneira “épica” em tudo que tenta realizar. Em um gesto de interpretação ligado também à ‘falha épica’ na tentativa de explosão do parlamento inglês. Este efeito de associação pode ser entendido como produzido em especial pela utilização da ilustração/imagem criada por David Lloyd, à imagem da máscara do personagem ‘V’.

<sup>33</sup> *Site* que armazena imagens com a finalidade de compartilhamento destas entre usuários.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://knowyourmeme.com/memes/epic-fail-guy>. Acessado em 20/04/2012.

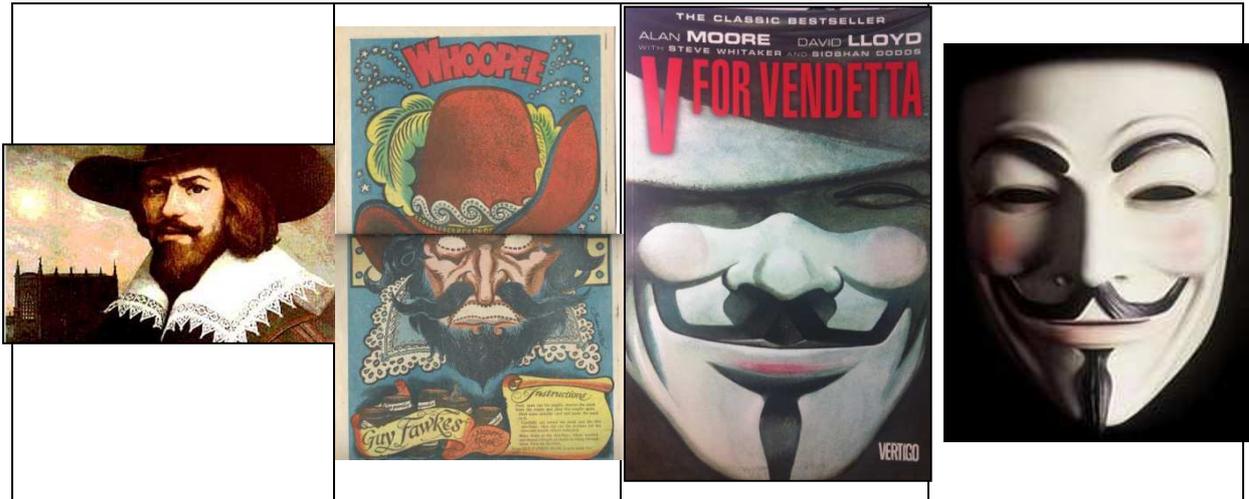


Figura 19 – Evolução da imagem da máscara  
Fonte: (ibid.)

De acordo com Bilton (2011) após este uso da imagem na *internet* a máscara foi utilizada em protestos por grupos rivais na frente do escritório da DC Comics, produtora do HQ. Um grupo protestava contra o filme/quadrinho e o outro grupo, subsidiado pela Warner Brothers, utilizava as máscaras em um contraprotesto.

Nesta linha cronológica, Forrester (2008) afirma que o grupo “*Anonymous*” utilizou oficialmente pela primeira vez essa máscara durante um protesto em 2008. Na ocasião, a manifestação foi denominada como “Projeto Chanology” e protestava contra a tentativa de remoção de um vídeo da *internet*<sup>35</sup> por uma igreja. Nesta ocasião, o grupo “*Anonymous*” se manifesta contrário às afirmações da referida igreja. É a partir desse momento que o “*Anonymous*” passa a utilizar a máscara como símbolo tanto nas manifestações como no ambiente virtual. O frame do vídeo na sequência exemplifica a utilização da máscara durante os comunicados do grupo.

<sup>35</sup> O vídeo se trata de uma entrevista com o ator Tom Cruise na qual ele aborda aspectos sobre a igreja denominada Cientologia. No vídeo o ator parece polemizar aspectos teológicos estritos entre religiões e entre suas declarações estão que a cientologia seria “o único caminho para a felicidade”. Após a polêmica gerada pelo vídeo a pessoa que o publicou tentou retirá-lo do ar, mas neste momento outras cópias já transitavam pela *internet*. A igreja cientologia tentou oficialmente, através da esfera jurídica, remover o vídeo da *internet*. Isso foi considerado como uma violação dos direitos das outras pessoas que republicaram o vídeo e isso se tornou motivo de protestos.



Figura 20 – Grupo “Anonymous” utilizando a máscara de Guy Fawkes.  
 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=CwEyB42swMU>. Acesso em 16/11/2013.

O próximo momento referenciado por Kwek (2011) da utilização foi durante protestos contra o sistema capitalista/financeiro em Nova Iorque (EUA) e Sidney (Austrália), em setembro de 2011, nos quais grupos realizavam manifestações com seus “líderes sem face” (utilizando a máscara). Neste momento o grupo cria ligações com frases utilizadas no âmbito dos protestos à máscara de Guy Fawkes. Alguns enunciados:

- “Não é sobre explodir nada; é sobre ser anônimo – e pacífico”;
- “[...] é sobre ser contrário aos ‘homens do sistema’ [*The Man*] – o poder que nos mantém [o povo] para baixo.”;
- “Você pode se apoderar dela [a máscara] para qualquer propósito político que quiser – este é o poder dela”;

Alguns manifestantes atribuem que a máscara é o “símbolo do movimento” – ela passa a ser reconhecida como símbolo do grupo “Anonymous” em especial durante protestos e no ambiente virtual da *internet*.

De acordo com Waites (2011), um mês depois um dos criadores do Wikileaks<sup>36</sup>, Julian Assange, utilizou essa máscara durante um protesto em Londres (Inglaterra) e foi forçado, pela insistência policial, a retirar a máscara. Acredita-se que neste ponto o grupo “Anonymous” agrega o efeito de ‘símbolo da rebeldia e revolta’ a máscara. Este posicionamento dissemina o efeito interpretativo apresentado pelo grupo “Anonymous” através de suas dissidências em torno do planeta e seus efeitos são parafraseados por outras

---

<sup>36</sup> Disponível em <https://wikileaks.org>. Trata-se de um portal que disponibiliza arquivos considerados sigilosos por governos e grandes companhias. Os conteúdos são obtidos de forma considerada irregular e em mais de uma ocasião geraram tensões diplomáticas entre países e prejuízos a companhias por exporem assuntos de “natureza delicada”, exemplos disso são os mais de 250 relatórios sobre a guerra Afeganistão e as publicações das incursões da NSA contra a privacidade de vários líderes mundiais. A *Wikileaks* foi inicialmente fundada na “*DeepWeb*” e após alguns anos seus criadores ampliaram seu acesso.

entidades manifestantes. Temos com exemplo: No mês de junho de 2012, na Índia, em protestos contra o regime de censura da *internet* de Azad Maiden; Em Bahrein (estado no Golfo Pérsico) houve regulamentação de legislação que baniu a utilização desta máscara após protestos; Em 15 de outubro de 2011 na Argentina manifestantes utilizaram a máscara em protestos em frente à Casa Rosa, dentre outros.

O criador da ilustração, David Lloyd (LLOYD *apud.* WAITES, 2011), que foi utilizada para a criação da máscara afirma que “o grupo precisa de uma imagem que esconda suas identidades individuais, mas que simbolize sua posição como um coletivo (no evento de protesto de Nova Iorque as principais reivindicações eram o fim da corrupção e das injustiças sociais) e “V de vingança” é a história sobre um homem contra o sistema”.

No Brasil, existem como exemplos o protesto de Belo Horizonte em 2012 e os protestos de junho de 2013 em grande parte nos centros urbanos – ambos abordados no presente estudo.

O grupo “*Anonymous*”, no início de 2014, através de discussões em fóruns na “*Deep Web/TOR*” recupera um posicionamento contra grandes corporações e se percebe no engodo de estar utilizando (comprando) um produto produzido por uma de suas antagonistas. Inicialmente o grupo incentiva (naquilo que pode ser interpretado com um gesto na direção de afirmação em ser contrário a grandes corporações) a utilização de versões de papel da máscara (impressas pelos manifestantes). Percebendo um eventual aumento de movimentos homônimos que utilizam a máscara (em sua versão ‘oficial’) o grupo, no final de 2013, deixa de utilizá-la para minimizar o enriquecimento de uma grande corporação. Posição pouco difundida por grupos que utilizam nomenclaturas similares, como por exemplo, as comunidades da rede social *facebook* que também se intitulam “*Anonymous*”.

A imagem difundida atualmente (2014) em vídeos do grupo pelo *site Youtube* é a seguinte:



Figura 21 – Um dos símbolos do grupo “*Anonymous*”

Fonte: <https://www.youtube.com/user/AnonymousWorldvoce/about>

A relação do “*Anonymous*” com Guy Fawkes não parece ser direta e sim uma interpretação de outra interpretação. O cinema interpretando o HQ que interpreta a história que por sua vez contam versões, todas as camadas de interpretação produzidas por sujeitos sócio/histórico e ideologicamente constituídos. É por um efeito de contradição que os sujeitos adquirem a máscara para protestar, também, contra as empresas que produzem a máscara que se utiliza nos protestos.

Com base nessas relações e no entendimento de que esta máscara pode ser tomada como materialidade discursiva, pois produz efeitos de sentidos, fomos nos aproximando de diferentes efeitos, que compomos um gesto de análise. No próximo item serão abordadas as condições de produção da revista em quadrinhos e seus desdobramentos na constituição do *corpus*.

### 3.3.2 Da história aos quadrinhos e do cinema as ruas

Pensar na revista em quadrinhos parece ter uma importância substancial neste momento. É pelo gesto interpretativo de Allan Moore e David Lloyd, motivados pelo processo produtor capitalista, que parte da história de Guy Fawkes chega à contemporaneidade.

Os quadrinhos, como os conhecemos hoje, são historicamente iniciados em 1895 e por diversos desdobramentos e circulação tem fatores principalmente econômicos (MOYA, 1996). Os HQ, contemporaneamente “são uma forma de fazer arte” (SPIEGELMAN, 2012).

Entendendo o HQ/filme como discurso é possível que observemos o funcionamento do discurso artístico (DA) onde Neckel aponta que este é:

**Predominantemente: lúdico e polissêmico.** Lúdico por seu funcionamento de preponderância em expor interlocutores ao jogo, ao múltiplo de sentidos, ao contar com a errância dos sujeitos, sujeitos e sentidos se constituindo mutuamente sem no movimento. Tal funcionamento reclama a polissemia aberta como constitutiva. Assim, a noção de DA rompe epistemologicamente com a rigidez metódica e a redução estilística. (NECKEL, 2013 p.88) (*Grifo nosso*)

E isto pode ser considerado após a aproximação do paradigma discursivo. É importante que citemos Orlandi sobre os funcionamentos discursivos:

O discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non-sense*). O discurso polissêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrario procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria). No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). (ORLANDI, 2011, p. 15).

Ao constituírem sua obra de ficção ancorada nos livros de história Morre e Lloyd produzem um gesto de interpretação sobre a história contata, nos livros, e, de forma peculiar, a mencionam durante a trama do personagem “V”. Estão ligados neste momento a história de Guy Fawkes e a contemporaneidade dos quadrinhos. O artístico, lúdico e polissêmico se desdobra sobre a história em um novo gesto de interpretação.

Partindo da compreensão do cinema como arte é produzido, ainda, outro gesto de interpretação sobre os quadrinhos em direção a uma produção cinematográfica – movida por uma indústria inevitavelmente geradora de consumo de massa. O roteiro do filme, produzido pelos irmãos Wachoski, atua como uma “pinça” nos quadrinhos se apropriando de elementos e os modificando de acordo com as necessidades da indústria cinematográfica. Os processos lúdicos e polissêmicos do funcionamento discursivo artístico protagonizam um gesto interpretativo – relevante citar que as obras homônimas, tendo enredos bem distintos entre si em especial nos traços psicológicos da personagem “Evey” que reflete a população.

Na desenvoltura cronológica um *souvenir* do filme torna-se símbolo de um grupo ativista, o “*Anonymous*” e após sua exaustiva utilização o deixa de ser. Enquanto isso grupos

de manifestante, associados ao “*Anonymous*” utilizam em protestos – buscando talvez uma expressão de ‘vingança/revolta’.

Esta linha de movimento nos sentidos é importante para a leitura dos próximos capítulos deste trabalho, pois ao marcar que os sentidos, em alguma parte do processo, sofrem um efeito de naturalização, lhe são esquecidas as opacidades históricas. O sujeito “cola” os efeitos naturalizados pelo discurso da mídia, o anarquismo e posicionamento anti-heroico do personagem “V” são assimilados a *persona* de Guy Fawkes através da máscara.

Remontemos agora algumas destas opacidades. São-nos trazidas pela história versões de um acontecimento, já dotadas de gestos interpretativos e posições políticas (opacidades). Sobre esta história é produzido uma literatura “ficcional” que é desdobrada pelo discurso da indústria cinematográfica, também ficcional – que produz o personagem “V” em obra para o cinema, algo que amplia o público consumidor. Configurado um sucesso comercial do empreendimento cinematográfico a máscara do personagem é comercializada com sentidos pensados e produzidos no/pelo filme. Um posição aproximada as *personas* de Guy Fawkes, “V” e “Evey” é disposta comercialmente, como se fosse (im)possível que ao comprar e porta a máscara se possa explodir o parlamento, o que parece aproximar-se de uma relação como o *non-sense*. Este *non-sense* é sempre o hipotético exagero da forma lúdica e não deve ser considerado como uma categoria *a priori*. O movimento do discurso alterna as relações lúdicas e autoritárias, polissêmicas e parafrásticas. É o jogo entre os sujeitos que mobilizam estes processos em alternância. Tomamos que o funcionamento do discurso possa ser sempre outro, sempre movimento.

É neste movimento que podemos perceber que os efeitos de sentido da máscara do anonimato, movimentam-se entre o sempre *já lá* e o *non-sense*. Ora, pois, seja visto que o mobilizar de uma memória faz com que o parlamento inglês seja verificado todos os anos para evitar “eventuais” possibilidades de que seja ateado fogo a casa do governo. Posteriormente poderemos perceber o que parece ser o materializar destas (im)possibilidades.

Quando pensamos nas diferentes formas de portar a máscara, podemos citar a noção de *tecedura* produzida por Neckel (2010, p.143) quando nos diz que: “No caso da imagem, *tecedura* representa a rede de filiações da memória a outras imagens e (ou) materialidades, as quais nem sempre temos acesso, pois tal teia é formada pelos esquecimentos constitutivos (1 e 2) formulados por Pêcheux”.

E, nessa esteira a formulação a noção de “imbricação de material significante” (LAGAZZI ([2004] 2009): “Os efeitos de sentidos em materialidades diferentes são uma

produção do simbólico sobre a cadeia significativa, na e pela história. Estas materialidades podem ser compreendidas como o modo significativo pelo qual o sentido se formula”.

Suspeita-se que seja consequente manter o pensamento de que esse processo de opacidades é constitutivo da língua/sujeito/ideologia e a análise discursiva têm como processo produzir apontamentos a estas opacidades. Já aos sujeitos, em função também da techedura é possível a “colagem” nas interpretações das posições de: ‘manifestante revolucionário’ ao ‘mártir inglês especialista em exclusivos’ com elementos do ‘personagem anti-herói ficcional’ quase que automaticamente, haja vista a força do discurso da indústria do cinema. Poderíamos teorizar que alguns dos sentidos da máscara lhe foram dados pelo cinema e/ou por outras mídias, produzindo um efeito de oscilar entre os processos de paráfrase e polissemia.

Entendendo a relação do *intradiscurso* da/na máscara é que podemos pensar na sua relação de *estrutura*, no processo de funcionamento da *paráfrase* e, assim, observar o *corpus* em sua estrutura visual. É nessa prerrogativa de escuta teórica que a semiótica, nessa análise, é passível de contribuição compreendendo a *tessitura* (NECKEL, 2010) modo de funcionamento da visualidade da/na máscara.

Todavia, maturando o paradigma do *interdiscurso*, na relação máscara/anonimato, é que podemos associar esta à noção de *techedura*, de mobilização de diferentes *memórias* e ao funcionamento predominantemente *polissêmico*.

Na perspectiva discursiva não olhamos a imagem, o som, os enunciados, os gestos ou o verbal de forma estanque em si, mas, em sua imbricação. Da mesma maneira como não olhamos os processos de paráfrase e polissemia como separados. É nesta direção que pode ser percebido a especialização do gesto de interpretação da AD: olhando *intradiscurso* e *interdiscurso*. Porém, para fins analíticos, acreditamos ser possível isolar um funcionamento específico de uma materialidade, como o imagético, para perceber como esta funciona no seu *intradiscurso* – fora aí que optamos pela escuta à semiótica. A relação do *intradiscurso* da máscara permite olhar somente o funcionamento da imagem, mas não sua relação com o *interdiscurso* que sustenta sua forma de significar.

E, é nessa relação que os processos, *paráfrase* e *polissemia*, *tessitura* e *techedura*, *intradiscurso* e *interdiscurso*, não podem ser tomados isoladamente, mas em sua relação, em seu conjunto, em sua constitutividade.

Podemos, ainda, pensar nas diferentes materialidades em diferentes discursividades que compõem o nosso *corpus*. Desta maneira é possível colocar em uma relação paralela elementos distantes pela historicidade para que se perceba o processo de

produção de sentido como em constante movimento, sobrepondo elementos e assim tecendo redes de efeitos sentidos.

### 3.3.3 Alguns efeitos produzidos pelo filme

Percebemos que é a partir da sobreposição desta relação equívoca da história que as obras artísticas e literárias, advindas da ‘Conspiração da Pólvora’, proporcionaram base para a criação do personagem ‘V’ da história em quadrinhos (MOORE e LLOYD, 2005). É importante que se marque que o filme não é a história de Guy Fawkes, e sim uma ficção baseada na história. Esta ficção e a produção dos personagens “V” e “Evey” e tudo que decore deste ponto de referência é uma produção midiática ‘hollywoodiana’ que se baseia naquele outro, a *persona* histórica, mas que se recria em outras bases - principalmente no que se refere à máscara.

Essa máscara é contemporânea, inscrevendo-se mais em relação à produção cinematográfica do que, necessariamente, em relação à história de conspiração da pólvora. É preciso considerar que o rosto na máscara é de Guy Fawkes, no entanto história da conspiração, a personagem histórica não utilizava máscara.

A máscara, portanto, é uma proposta da ficção. Quem cria a ideia como representação do revolucionário é o cinema (o lúdico do artístico), tudo que decorre daí é alinhado pela proposta da máscara na mídia cinematográfica.

Este que se apresenta, nos quadrinhos, como revolucionário mascarado e, depois, na versão filmada (V DE VINGANÇA, 2006), ainda usando a máscara, torna-a possível de ser um item comercializado pela Warner Bros como *souvenir* do filme. Comprando a máscara haveria a possibilidade de interpretação da compra de uma ideia, proposta pelo cinema, e os trabalhos decorridos na/pela máscara trazem a interpretação do cinema e não diretamente o revolucionário/terrorista<sup>37</sup> inglês.

Traçadas as condições de produção, é possível pensar na relação: história, literatura e cinema, mobilizados respectivamente pela Conspiração da Pólvora, HQ/filme e no processo de produção capitalista da máscara como *souvenir*. Isto torna essa máscara um dos objetos mais conhecidos no mundo na era contemporânea. A difusão deste objeto, também, decorre da notoriedade do personagem e dos seus ideais de revolução. Essa notoriedade pode ser constatada ao observarmos que frases e conjuntos icônicos que remetem tanto ao personagem propriamente dito, quanto aos ideais defendidos por Fawkes. E, tais signos, quando são utilizados, apropriados e difundidos por grupos manifestantes ao redor do mundo,

---

<sup>37</sup> O termo é usado a partir deste momento é usado aproximando a visada filosófica de Giorgio Agamben, que será trazido nas páginas seguintes.

como por exemplo, o poema que inicia o filme. Esse poema é apresentado no filme ao mesmo tempo em que este apresenta as cenas do esquecimento de Guy Fawkes, frente ao movimento da própria Conspiração, durante seu enforcamento.

Compreendemos a apropriação dos grupos de manifestantes como possível, visto que tais grupos atribuem um valor a ideia perseguida por Guy Fawkes (aos efeitos de sentido reverberados dos ideais) e não ao sujeito que a conduz. Este sujeito/Guy, em última instância, é fadado a morte, mas é na e pela linguagem que seu discurso é passível de ir produzindo sentido além de sua morte. Neste entendimento, apresentamos um trecho do mencionado poema e a cena do filme em que o poema<sup>38</sup> é apresentado, para que considerando a possibilidade que o processo de produção de sentido pode configurar a contenção e estabilização dos efeitos de sentidos, constituindo um processo parafrástico e para que possamos avançar nossa reflexão:



Figura 22 – Cena do enforcamento de Guy Fawkes  
Fonte: V de Vingança, 2006.

Poema:

Remember, Remember the 5th of November  
The Gun powder, Treason and Plot  
I know of no reason why the gun powder treason  
Should ever be forgot. (V de Vingança, 2006).

---

<sup>38</sup> Lembre-se, lembre-se do 5º de novembro,  
A pólvora, traição e conspiração,  
Eu não conheço nenhuma razão, para que esta conspiração,  
Caia algum dia em nossa omissão. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

Acrescemos a esses exemplos, demais fragmentos que são citações do personagem, encontrados tanto no cinema quanto na literatura, os quais, segundo nossa leitura, corroboram com o processo de reconhecimento simbólico de manifestantes em sua busca por se aproximarem ou expressarem dos/os efeitos de sentido reverberados dos ideais de Guy Fawkes:

Fala introdutória do personagem “V” a personagem “Evey” no filme V de Vingança (2006):

V: I can ensure you I mean no harm.  
Evey: Who are you? 39



Figura 23 – Personagem "Evey"  
Fonte: V de Vingança, 2006.

V.: Who? Who is but the form following the function of what and what I am is a man in a mask.  
Evey: Well I can see that.  
V.: Of course you can, I'm not questioning your powers of observation, I'm merely remarking upon the paradox of asking a masked man who he is. 40

---

<sup>39</sup> V: Eu posso garantir a você que eu não desejo fazer mal.

Evey: Quem é você? (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

<sup>40</sup> V: Quem? Quem é um 'porém' seguido da função do 'o que' e o 'o que 'eu sou é um homem mascarado.  
Evey: Estou vendo.

V: Claro que está. Não estou questionando seu poder de observação. É um contrassenso perguntar a um mascarado quem ele é. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).



Figura 24 – Personagem "V"

Fonte: V de Vingança, 2006.

Evey: Oh, right.<sup>41</sup>

V.: But on this most auspicious of nights, permit me then, in lieu of the more commonplace soubriquet, to suggest the character of this dramatis persona. Voila! In view humble vaudevillian veteran, cast vicariously as both victim and villain by the vicissitudes of fate. This visage, no mere veneer of vanity, is a vestige of the “*vox populi*” now vacant, vanished. However, this valorous visitation of a bygone vexation stands vivified, and has vowed to vanquish these venal and virulent vermin, van guarding vice and vouchsafing the violently vicious and voracious violation of volition.<sup>42</sup>

V.: The only verdict is vengeance; a vendetta, held as a votive not in vain, for the value and veracity of such shall one day vindicate the vigilant and the virtuous. <sup>43</sup>



Figura 25 – O nome "V" sobre o lema antagonizado no filme

Fonte: V de Vingança, 2006.

<sup>41</sup> Evey: Entendo.

<sup>42</sup> V: Mas, nesta tão auspiciosa noite permita-me, em vez de lhe dizer um mero nome, descrever o caráter deste personagem de drama. Aqui está! Um humilde veterano do teatro de variedades escalado como vítima e vilão pelas vicissitudes do destino. Esta máscara não é um mero vestígio de vaidade. É um vestígio da “*vox populi*” que não mais existe. No entanto, esta valente visita de um irritante ser ultrapassado visa varrer esses vermes venais e virulentos da vanguarda do vício que permitem a viciosa e voraz violação da vontade. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

<sup>43</sup> V: O único veredicto é vingança, uma vendeta, mantida como voto, não em vão, por seu valor e veracidade que um dia vingará os zelosos e os virtuosos. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

V.: Verily this vichyssoise of verbiage veers most verbose, so let me simply add that it's my very good honour to meet you and you may call me V.  
 Evey: Are you like a crazy person?  
 V.: I'm quite sure they will say so.<sup>44</sup>

E algumas frases apresentadas ao longo da revista em quadrinhos e filme:

Fear became the ultimate tool of this government.  
 Beneath this mask there is more than flesh. Beneath this mask there is an idea, Mr. Creedy, and ideas are bulletproof.



Figura 26 – "V" após ser alvejado, explana seus ideais.  
 Fonte: V de Vingança, 2006.

Because he was right. This country needs more than a building right now. It needs hope.<sup>45</sup>

Esses enunciados, e suas traduções, a partir de do filme V de Vingança (2006), têm uma relação com as formações discursivas nas quais os sujeitos, manifestante do vídeo/reportagem citado no início da apresentação do *corpus*, inscrevem-se em uma relação de *identificação*, o que torna a máscara passível de produção de sentido da representação de uma ideia/conceito que não está associada ao rosto do sujeito que a porta, uma vez que o *anonimato* é como um elemento em processo de paráfrase – das várias possíveis utilizações, de muitos que a usam simultaneamente. Como se esse rosto, na multidão, parecesse não existir.

<sup>44</sup> V: Na verdade, depois desta vívida verbosidade tão vociferante só quero dizer que é uma honra conhecê-la. Pode me chamar de "V".  
 Evey: Você é maluco?

V: Tenho certeza de que dirão isso. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

<sup>45</sup> O medo tornou-se a ferramenta final deste governo.  
 Debaixo desta máscara, existe mais que carne. Debaixo desta máscara está uma ideia, Sr. Creedy, e ideias são a prova de balas.  
 Por que ele estava certo. Este país precisa mais do que um prédio agora. Ele precisa de esperança. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

Torna-se quase tangível um propósito que não pode, pela ação dos Aparelhos Ideológicos do Estado, realizar tais ações.

A máscara<sup>46</sup> utilizada é o modo de identificação do grupo “*Anonymous*”, grupo que se constitui na/pela *identificação* reconhecimento no nível do simbólico, em relações e modalidades de constituição de sujeito e sentido que se configuram em movimentos paradoxais.

Se analisarmos a construção lexical/etimológica da palavra *anônimo* podemos observar o radical de negação **-a** e o radical grego **-onoma** compreendendo o significado de “sem um nome”, ou com uma possível interpretação a “negação do próprio nome”. Pelo cruzamento de gestos interpretativos, o personagem “V”, suas citações e a paridade com os propósitos nas manifestações, resultam em um gesto de utilizar uma máscara para defender uma ideia, independente de quem o faz.

Porém, para tecer demais considerações acerca da análise é necessário que a apresentemos com mais propriedade e cuidado teórico-analítico e metodológico, daí a necessidade de produzirmos o capítulo que se apresenta a seguir.

---

<sup>46</sup> Cabe salientar a utilização de uma máscara padronizada é singular como acontecimento histórico, destacando-se do uso de bandeiras, faixas, grafismos simbólicos, etc. Descrito com um gesto de interpretação, o ‘modelo de produção de protestos em série’ que o capitalismo produz serializa a máscara idêntica e não recuperamos memórias de um item produzido em tamanha série tenha sido utilizado como/em protestos e manifestações. (V de Vingança, 2006) (tradução nossa).

#### 4 PERSPECTIVA DISCURSIVA: O POLÍTICO NO ANONIMATO

Para iniciar esta reflexão, precisamos salientarmos que o tema/termo (ora tratado como temática, ora tratado como conceito) anonimato é tratado em diferentes perspectivas. Dentre estas, escolhemos as que mantêm certa relação com a perspectiva materialista e que, para o estudo em questão, interessa trazer à baila o movimento de ser/estar anônimo no ato de portar de uma máscara.

Assim, nesse entendimento, temos o livro de Henry David Thoreau: “Desobediência Civil” (1849), que apresenta um ensaio escrito pelo autor em 1849, no qual, expondo a relação do homem com o Estado, trata/interpreta do/o anonimato como protesto já que na sociedade contemporânea a necessidade, obrigatoriedade do *reconhecimento jurídico*<sup>47</sup> do indivíduo o acompanha desde o nascimento.

Outro texto que trata do termo que consideramos importante trazer à reflexão é a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, a qual apresenta no Artigo 5º, parágrafo IV, o seguinte enunciado: “[...] IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...]” (BRASIL, 1988).

O que podemos depreender de tais abordagens é que o anonimato por definição impede que quase todos os termos da Constituição e códigos legislativos sejam aplicados por razões evidentes à natureza jurídica, já que a impossibilidade de apontamento de um responsável é ligada à incapacidade de produção de provas.

Como arquétipo, podemos exemplificar, servindo-nos de alguns fatos ocorridos nas eleições de 2012 em que diversos sites, ou páginas de conteúdo em redes sociais foram retirados do ar por descumprimento da lei federal supracitada. A rede WWW (*World Wide Web*) e os *sites*/redes sociais nela localizados estão sujeitos à fiscalização e sanção desses órgãos reguladores, ARE’s. – retomando Althusser em suas concepções dos aparelhos repressivos, ARE, e ideológicos, AIE, do estado.

Dentro deste paradigma, Lagazzi (1987) teoriza sobre o aspecto da permeabilidade dos sujeitos frente ao discurso de ordem jurídica, a autora considera que é no movimento dos sentidos que o processo de paráfrase corrobora com a sedimentação desta ordem, jurídica, ao ponto de que ela produza o efeito de transportar suas atribuições e poderes

---

<sup>47</sup> Importante marcar a diferença entre os processos de *identificação* no nível do discurso que se dá pela relação com o simbólico. Já o processo de identificação jurídica que ocorre pelo *reconhecimento jurídico* ‘idêntico’ entre o sujeito e um documento de identidade. Nesta dissertação estes distintos, e talvez distantes, processos são marcados pelas expressões em itálico.

para um ambiente virtual. É do movimento de resistência à esfera jurídica, que o manifestante no vídeo do *Youtube* – trazido no início do capítulo 2 – faz uso da máscara.

Esse processo de legitimação pelo discurso jurídico é problematizado também por Haroche (1992) de forma a deslocar na história a mudança de paradigma, do sujeito legitimado pelo discurso do *sujeito-religioso*. Com a mudança de modelo econômico, esse poder desloca-se para o *sujeito-de-direito* atribuindo valores como a liberdade igualitária entre seus sujeitos. A autora exprime a “ficção” da liberdade pela intencionalidade do indivíduo quando este é determinado pelos AIE’s. “Ele é determinado, mas para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete” (HAROCHE, 1992, p.178). Conforme teoriza a autora, uma vez que incorra essa “liberdade” do indivíduo, ele se torna seu “proprietário” e as relações do *sujeito-de-direito* estabelecem os códigos necessários para que este se assujeite ao modo de produção capitalista a partir da revolução industrial.

Tais considerações nos permitem retornar ao vídeo em que, segundo nosso gesto analítico, configura-se constitutivamente uma tensão entre a predominante forma discursiva *autoritária* entre manifestante e agente do Estado. Esta tensão advém das posições antagônicas dos sujeitos que, no exemplo, desestabilizam mutuamente os efeitos de sentidos. Teoricamente a relação de oposição dentro desta relação autoritária já está proposta desde o início do embate, e como efeito de sua constitutividade temos manifestante sendo reconhecido juridicamente ao final do vídeo (o que materializa ainda mais o funcionamento do Estado). Os sujeitos no vídeo somente voltam a produzir um grau de aproximação, produzido pela *identificação* constitutiva dos sujeitos no processo jurídico, pela relação de poder atribuída ao discurso jurídico e assegurada pelo Estado nas sanções passíveis à desobediência.

Esse movimento permite compreender como os sujeitos são atravessados por diferentes efeitos de sentidos inscritos em diferentes posições sujeitos. A posição sujeito ‘manifestante’ teve de ‘ceder’ à determinação da posição ‘cidadão de direito’ para que a tensão fosse reduzida. Dito de outro modo, o processo de interpelação frente às essas determinações históricas e que na relação com esse social e jurídico, com esse momento de manifestar-se, produz um efeito na obrigatoriedade de protestar. Desenvolvendo essa relação temos a coerção direta do Estado e de todo o jurídico sobre o sujeito. Fica assim proposto, o gatilho para a criação de tensões advindas de interesses distintos (Estado e sujeito), regulados pela esfera jurídica [do direito], e quando esta esfera é questionada pensamos no sujeito como na posição de antagonismo (em uma posição de oposição).

Teorizando desta maneira pretendemos apontar o quão incontornável (dentro do sistema capitalista) é este processo de individuação (do indivíduo interpela em sujeito em

função da forma sujeito-histórica). Podemos ser livres no capitalismo desde que nesta posição com toda a carga que nos determina.

É a partir deste tipo de tensão, de resistência a um poder dominante, que existe a formação de ‘novos’ locais discursivos dentro de um sistema. É partindo do conhecimento das estruturas sociais que, aquele uma vez considerado “bom sujeito”, ‘permite-se’ deslocar-se de sua posição; e é criando meios para que seja possível resistir, distante do jurídico por exemplo. Somente do sujeito que “domine” /determine o processo pode irromper a crítica que produz uma tensão opositora a este poder. Movimento que talvez se configure desvinculado/desvencilhado da esfera previsível do Estado.

Para amparar estas considerações trazemos à baila as teorizações de Agamben que, ao que nos parece, podem nos auxiliar a compreender esta tensão fagulhar opositora:

Daqui o eclipse da política, que pressupunha sujeitos e identidades reais [...] e o triunfo da oikonomia, isto é, de uma pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução. Direita e esquerda, que se alternam hoje na gestão do poder, têm por isso bem pouco o que fazer com o contexto político do qual os termos provêm e nomeiam simplesmente os dois polos – aquele que aposta sem escrúpulos na objetivação e aquele que gostaria, ao contrário, de cobri-la com a máscara hipócrita do bom cidadão democrático – de uma mesma máquina governamental. Daqui, sobretudo, a singular inquietude do poder exatamente no momento em que se encontra diante do corpo social, mais dócil e frágil jamais constituído na história da humanidade. É por um paradoxo apenas aparente que o inócuo cidadão das democracias pós-indústrias [...] que executa pontualmente tudo o que lhe é dito e deixa os que os seus gestos quotidianos, como sua saúde, e os divertimentos, como suas ocupações, a sua alimentação e como seus desejos sejam comandados e controlados por dispositivos até nos últimos detalhes, é considerado pelo poder – talvez exatamente por isso – como um **terrorista virtual**. (AGAMBEN, 2009. p. 48-49) (*Grifo nosso*).

Mesmo as considerações anteriores sendo divergentes da noção de Estado, conforme é tratada por Althusser, elas nos permitem traçar um trajeto de leitura em que possamos aproximá-las a uma abordagem acerca da mudança de posição sujeito. É nessa mudança que pretendemos nos deter neste momento da reflexão.

Para tanto retomamos Pêcheux (2009), já que é em suas formulações sobre o efeito do “bom” e do “mau” sujeito (mas em uma perspectiva do ponto de observação jurídica - o bom ou mau sujeito pela interpretação do Estado) como gesto político é que podemos perceber a os atravessamentos e porosidades das várias *posições sujeito*.

Uma questão que será colocada durante este trabalho é a relação do ser/estar, não somente como dualidade, mas talvez como uma relação de contradição imposta. E perceber que as condições de produção ainda não são suficientes para que nos demos conta de fato das

consequências deste movimento de esconder o rosto e mobilizar uma rede de memórias ligadas a uma forma de protestar/manifestar-se.

Derivando a partir da teoria supracitada de Agambem suspeita-se que seja pelo conhecimento, profundo, de parte deste sistema que o “bom” sujeito profana uma parte do sistema para si, e pode ser entendido como sendo atravessado por diferentes formações discursivas, mas sempre marcado com um efeito. Nesse efeito pode ocorrer o deslocamento para o âmbito do “mau” sujeito pela perspectiva do Estado – teorizamos que o processo de *identificação* funciona modificando a relação de reconhecimento simbólico no sujeito e este movimento pode deslocar o sujeito e suas posições. Uma outra interpretação possível é que, este movimento que ocorre no/pelo sujeito, ao “profanar” as redes virtuais em direção a uma nova fissura social, do sujeito plenamente reconhecível juridicamente pelo Estado, em direção a um anonimato. Ao ponto que o “bom” sujeito transita do predominantemente “inócuo cidadão”, reconhecível, ao “mau” sujeito que ao deslocar-se para o anonimato, duplamente, parece se “esquecer” sua cédula de identificação e parte para um ambiente que permite a posição do “terrorista virtual”.

Com esta compreensão dos jogos de linguagem e poder, o sujeito contemporâneo promove um elemento de resistência que se apropria dos efeitos de sentido da máscara do manifestante e da historicidade textualizada nos ideais de Guy Fawkes. Para possibilitar a configuração de um local discursivo de resistência a esse poder, através da “subversão” de uma parte da estrutura social. Nesse cenário, que as condições de produção “gerais” e “específicas” constituem a configuração do grupo que, a princípio, se *identifica* retomando o processo de *identificação* como simbólico, por um não reconhecimento “jurídico”, no anonimato. É a essa conjectura que este trabalho dirige seu gesto de leitura.

Cabe, neste momento, ressaltar que este grupo, o ‘*Anonymous*’, é oriundo da *internet*, mas de uma estrutura ‘local’ diferente do que o senso comum chama propriamente de *internet*. Esta *internet*, a do senso comum, será agora chamada de rede “Web” – abreviação do WWW. Esta rede, a Web, tem uma arquitetura estrutural e funcionamento regulados sistêmica e basicamente por dois fatores. O primeiro: a capacidade de transformar endereços virtuais numéricos em alfanuméricos. E o segundo: a capacidade de registrar o tráfego, origem e destinos dos usuários e conteúdo desta rede.

Estes processos permitem aos AIE’s transferirem os termos das responsabilidades civis aplicados pelo sistema jurídico aos usuários da Web, e suas consequências – tudo através do processo de reconhecimento jurídico. O grupo “*Anonymous*” está na *internet*, mas em um ‘local’ diferente da Web, em uma rede diferente, a qual foi projetada e concebida para

permitir o anonimato de produtores e consumidores de conteúdo, sem ser regulada pelos aparelhos repressivos do Estado. Essa rede utiliza um sistema de protocolos similar à Web, porém, é distribuída por rotas, caminhos diferentes.

Um parêntese aqui se faz necessário: este anonimato constitutivo da rede que trabalharemos aqui (TOR) possui um atravessamento técnico de complexa compreensão. Não são todos os sujeitos que se dispõem a praticar, sem que haja o entendimento técnico, neste anonimato. Perguntas recorrentes nessa direção: Será que realmente é anônimo? Conforme um atravessamento presente no início e final do filme, demonstrado quando as personagens no filme ‘Evey’ e ‘Creddy’ questionam a essência por trás da máscara do então anônimo ‘V’. A essa pergunta não caberia aqui uma resposta!

É um atravessamento, de origem técnica, que permite ao sujeito construir uma resposta ou, talvez, uma aposta feita por uma posição sujeito sem tamanha técnica, um grau de reconhecimento simbólico. Se o risco de estar para além da margem do laço social identificável justifica as possibilidades de ser anônimo, somente o sujeito e fruto de suas interpelações (inconsciente, históricas e linguísticas) podem prover uma resposta que se sustente, que seja aceita, caso contrário a dúvida e desconfiança a respeito deste anonimato serão perenes.

Talvez, de forma sabida ou não, o sujeito prefira o conforto da Web, por nela e por ela entender/abstrair as regras deste jogo do que arriscar-se em território sem um Estado que o represente e regule as interações. Este sujeito, quase que *reconhecido* com a estrutura do Estado é, em sua maioria de exemplares, o sujeito que demanda uma existência antianarquista.

É possível imaginar este processo através dos seguintes exemplos comparativos: a Web seria um sistema de entrega expressa em que sempre é utilizado o caminho mais rápido e a entrega é sempre transportada como um todo. O caminho fornecido é regulado, como no sistema de pedágios, pelos ARE’s. É este funcionamento que garante uma ‘qualidade’ pelo serviço, sob um aspecto dos AIE’s, pelas marcas transportadas da esfera jurídica. Estas marcas são percebidas nas demandas dos sujeitos das diferentes redes – a exigência de sigilo ou de controle e, em especial, a capacidade de responsabilizar um sujeito.

Este local onde o grupo “*Anonymous*” troca suas informações (rede TOR) seria o equivalente a uma cooperativa de pessoas em que cada membro entrega apenas parte da encomenda para um colaborador próximo. E, assim, de forma contínua e “desorganizada” até o destinatário receber o “pacote” completo, recebido de forma seccionada e aleatória.

Diferente da Web, esta cooperativa prima pelo anonimato do ‘remetente’ e não pela velocidade ou qualidade da entrega.

A rede específica em que as ações desse grupo têm maior intensidade é a rede hoje conhecida como TOR (abreviação para: *The Onion Router* - O roteador cebola, em uma tradução livre), também conhecida como “*DeepWeb*”. Essa rede funciona de forma similar às camadas de uma cebola e permite que o tráfego dos usuários seja, virtualmente, impossível de se controlar.

A “*Deep Web*” é um parâmetro subjetivo, tudo que está abaixo da camada da Web está incluso nesta nomenclatura, em comparação com a rede TOR que apresenta uma estrutura delimitada. A rede TOR coordena um esforço de evitar o encarceramento pelas *clivagens subterrâneas* atribuídas a rede Web. É pelo interior das redes de computadores que existe o incentivo às formas distintas de apreciação dos arquivos – conforme proposto por Pêcheux:

Aliás, foi assim que — frequentemente em torno de nomes próprios fundadores — em torno dos arquivos textuais, surgiram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de ‘igrejinhas’) que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados. Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários (tal qual ressoam no espaço ideológico e cultural francês) são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes, sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a *clivagens subterrâneas* entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o **arquivo (entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’)**. (PÊCHEUX, 2010c p.50-51) (*Grifo nosso*).

Ao direcionar esforços para desviar destas *clivagens subterrâneas*, o anonimato proposto como constitutivo pela rede TOR fundamenta estruturalmente um local em paralelo com aquilo que cliva, talvez não diretamente, mas seja de forma oblíqua, aquilo que permite uma existência de múltiplos e polêmicos efeitos de sentidos, interpretações, sobre o anonimato constituído pela máscara do personagem ‘V’.

Este ambiente, a rede TOR, não está em paralelo distinto com a Web ou o próprio sistema de funcionamento social. Todas as relações políticas e jurídicas da sociedade fazem com que exista este lugar e que ele funcione. O anonimato e a rede que o hospeda se constituem como gesto político, pois os sujeitos que ali transitam são sócio-histórico ideologicamente constituídos e determinados. É na tentativa de evasão do Estado que os sujeitos apontam o quanto este funciona. Dito de outro modo, o Estado funciona na falha.

Existem diversas outras redes no ambiente virtual da *internet*, cada uma com fins e/ou usuários específicos e destinados, entre elas, as redes *I2P*, *FreeNet*, *Gnu*, *OneSwarm*, *RetroShare*. Essas redes têm certo grau de notoriedade no meio e possuem políticas distintas. Existem outras redes em diferentes estágios, desde redes em construção às redes com acesso restrito e/ou pago. Ou redes que têm um público alvo extremamente específico, programadores de uma ‘língua’ em particular, por exemplo. Uma das que mais merece notoriedade é a rede *BitCoin* que criou um novo modelo econômico, uma moeda, com origem digital que já é utilizada por usuários do mundo todo. Esta rede, tecnicamente, não está ‘sujeita’ a fatores governamentais, agências econômicas ou sistema bancário (embora seja efeito dos mesmos) e possibilita a conversão da moeda virtual em quase qualquer moeda utilizada pela economia mundial.

Consideramos a importância destas outras redes pela capacidade que elas têm de gerar padrões diferentes de conteúdos e textualidades, pela natureza de sua arquitetura e propósitos iniciais. Por haver percepções diferentes da rede Web acerca de direitos autorais ou eventuais limitações de temas, essas novas redes possibilitam que sujeitos trabalhem em conjunto para a obtenção de resultados exponenciais em qualquer área.

Cabe salientar que esse tipo de ‘liberdade’ pode ser utilizado para qualquer fim, o que inclui em alguns casos, conteúdos e/ou pesquisas moralmente questionáveis (GLENNY, 2011). O aspecto moral é amplamente discutido nestes grupos, dentro da estrutura de fóruns digitais, para a validação de ideias e conceitos pelo grupo, a partir de diferentes posições sujeitos inclusas na natureza anônima dos participantes.

O grupo “*Anonymous*” e em sua dissidência mais numerosa no mundo: o “*AnonymousBR*” que por acontecimentos recentes não demonstra estar associado ao perfil de mesmo nome que existente na rede social *Facebook*, assim como não demonstra estar associado a qualquer outro tipo de usuário existente na Web, apresenta o comportamento de não respeitar jurisdições. Há um censo “obscuro” e auto regulamentado de justiça que define objetivos e métodos. Um destes desdobramentos feito foi chamado de “*Operação DarkNet*” e foi considerado notório, a ponto de ter seu registro adicionado a um museu virtual na rede TOR por procurar e destruir arquivos digitais associados a pornografia infantil na Web.

Neste momento nos inclinamos a observar um funcionamento, a subdivisão do grupo “*Anonymous*”. Acreditamos que a proposta do anonimato apresenta uma prática paradoxal quando observamos uma ‘regionalização’ desse movimento. Quando este movimento se subdivide em “*AnonymousBR*” parece ser criada aí uma diferença de todos os outros “*Anonymous*”, e que pode ser replicada por qualquer grupo geográfico.

Parece interessante desconfiar se esse movimento de contradição/regionalização também se dá na e pela língua(gem). Enquanto efeito, este ou aqueles anônimos deveriam não mais importar quem são (ao anonimato caberia uma relação de homogeneidade), mas ao marcar uma regionalização este sentido desliza (talvez com o mesmo efeito da heterogeneidade constitutiva de sujeitos e sentidos). Dito de outro modo, não parecem ser mais o “*Anonymous*” e, sim, aqueles que trazem o nome “*AnonymousBR*” que produzem um efeito de (re)conhecimento dentro da própria ordem social.

Considerando o funcionamento até aqui apresentado do “*Anonymous*” e seu símbolo, podemos pensar sobre as relações entre a máscara e as manifestações de Belo Horizonte e junho de 2013. Presumindo que possam existir ligações entre membros do “*Anonymous*” e movimentos sociais, a “*DeepWeb*” em algum momento pode fornecer subsídio estrutural para que sejam arquitetadas manifestações e com isto o símbolo, agora como uma camada interpretativa de “rebeldia e revolta” transite entre as manifestações e a virtualidade.

Podemos perceber que em algum nível o personagem anti-heróico/com tendências anarquistas “V”, pode exercer influências e efeitos de filiação de memória, sobre o imaginário público. Por outro lado, algumas apropriações da máscara podem não mobilizar as relações dos movimentos sociais com a rede “*Anonymous*” e, mesmo assim, esses sujeitos portam a máscara, mobilizando, desta maneira, uma carga semântica distinta, pois tem outra filiação discursiva.

Sendo a máscara uma produção do cinema, permite, dentro de várias possibilidades, a “venda” do lugar de manifestante, construído pela obra cinematográfica. É possível interpretar que a indústria venda o “lugar” de manifestante, transporta o espectador passivo lhe exteriorizando sua revolta e garantindo um local contra o ‘sistema’ – tudo por um módico valor. Assim, o grupo “*Anonymous*” não estaria ‘ocupando’ o lugar de Guy Fawkes, eles estariam ‘ocupando’ o lugar do personagem “V”(do filme). A máscara pode ser interpretada com um artefato criado pelo cinema para materializar a interpretação de Guy Fawkes pelo cinema no personagem “V” – e suspeita-se estar na prateleira a possibilidade de ‘comprar’ esta interpretação/filiação.

Intrigante perceber como esta relação parece ser naturalizada, a criação de símbolos pela mídia. Tão naturalizada que parece ser difícil o recuo necessário para que não seja feita a relação com o sentido da história de Guy Fawkes, e sim com as interpretações dadas pelo cinema. Este trabalho tenta devolver e movimentar-se entre algumas ‘opacidades’ e ‘transparências’ desses diferentes gestos de interpretação.

O gesto de protesto de colocar-se como anônimo não vem da história de Guy Fawkes e isso tem importância, pois é este efeito deslocado que percebemos mobilizados, em alguns dos manifestantes dos protestos de junho de 2013. O gesto de cobrir o rosto não vem diretamente da história, mas ressoa por sob os efeitos produzidos no HQ e filme (onde existe este recobrimento), tanto quanto a posição do revolucionário, o anti-herói disposto às consequências últimas.

Outro funcionamento discursivamente interessante que pode ser lido/interpretado nesta rede (TOR) é o atravessamento da discursividade pedagógica, pois é muito difundido o aprendizado à distância na forma autodidata, a qual permite a aplicação do conhecimento e a replicação deste em unidades sociais esparsas, como círculos de interesse. Este atravessamento da discursividade pedagógica, configura-se nestas redes sob a forma discursiva predominante *polêmica*, pois permite a flexibilidade na relação de forças entre os interlocutores através dos canais por onde se produzem efeitos de sentidos – *chats* e *fóruns*. Esta forma pode alternar com a forma predominante lúdica quando não existe uma *identificação* do sujeito e não há interlocutor para contrapor, antagonizar, esta forma de funcionamento do discurso.

Carece apontar que esta relação da/na máscara pode ser entendida também como um sintoma (FREUD, 2010), pois ao perceber que a história pouco deslizou podemos desconfiar que as condições de produção ainda não estejam findadas, e que tanto derivam quando apontam ao subproduto da culpa advinda da diminuição social da felicidade, elemento este, segundo o autor, necessário a vida em sociedade. Este alhures dos efeitos de sentidos possíveis na e pela máscara são possíveis pelo próprio deslocamento de sentido que propomos ao longo deste trabalho. Seja pela relação do *ser* ou *estar* anônimo. Um alhures que fica na relação de tentar suprir o alienável sujeito, a busca por um de vi, um desejo que é sempre outro.

Retomando a máscara, sua discursividade passa por suas possibilidades de produção de efeitos de sentido através de uma série de atravessamentos possíveis, atravessamentos estes que são constituídos nas FD's dos sujeitos interlocutores. É pelo processo desses deslizamentos de sentidos que possibilita-se a *identificação* enquanto efeito que atravessa e é carregado pelo/no objeto: máscara.

É no processo de modificação, deslizamento, dos sentidos que ao inscrever/historicizar a noção de *persona* na máscara, (desde o teatro grego), produz-se a nulidade do anônimo. Ou seja, ao portar a máscara marca-se o gesto significante. Se, por um

lado a *persona* de Mauss (2003) pode ser compreendida como uma máscara metafórica, sua versão empírica é associada ao mesmo princípio (contraditoriamente um “anônimo”).

Ao aliar a máscara a um efeito de memória à *persona* de Guy Fawkes, cidadão inglês que luta por uma classe através da ação de explodir o rei e seus associados, os sentidos retratados pelos produtos: HQ e filme sofrem efeito de aproximação a estas memórias. É no desenrolar histórico e com base na conciliação dos conceitos da luta de classes que um grupo associa a máscara de Guy Fawkes a um local de resistência – que foge inclusive ao movimento do Estado de ‘segregar’ uma *persona* indesejada.

Ao se tornar signo de um grupo: o “*Anonymous*” e, principalmente, a máscara parece mobilizar uma tomada de posição política para, em um efeito de protesto, reivindicar a luta de uma posição sujeito. Posição sujeito que teoricamente vem para romper uma categorização a priori das classes. Os integrantes das manifestações não mais poderiam ser marcados por uma classe econômica ou nivelados por escolaridade. Por isso a importância das noções de posição sujeito e seus atravessamentos que nos distancia destas categorias e poder interrogar: o que é ser manifestante neste momento? E uma compreensão possível que este ser manifestante é sim uma posição sujeito. É saindo do aspecto de classe que retomamos o alhures, ou seja, esses manifestantes que estavam com essa máscara estavam em nome, não de uma classe, de um devir, em nome de algo que poderia estar no horizonte da população como anseio. Nas manifestações um ponto de convergência era a apelo ao “não é só por isso” em detrimentos aos diversos motivos pelo qual protestaram – preço da passagem de ônibus, corrupção, reforma política dentre outros. Uma interpretação possível é que o desejo de se manifestar era mais forte do que qualquer proposta de manifestação. O ato de manifestar é caracterizado pela proposta de que em um futuro estas questões pelas quais protestam não estariam mais ali, tivessem de alguma forma solução. Cabe retomar Lacan em suas teorizações sobre só a “causa daquilo que falha” no constante levantamento de motivos, precisamos achar motivos, mas ao ponto que nenhum é suficiente, nenhum chega ao fato de ‘dar conta’, dar contorno às manifestações.

Por um processo elíptico espiralado, retornaremos brevemente ao primeiro gesto de interpretação do vídeo com o embate entre manifestante e policial em BH. Conforme pode ser lido/interpretado no comportamento, um manifestante de BH, que está em uma posição de não retirar a máscara, e somente o faz à parte da câmera.



Figura 27 – Mascarado anônimo e agente do Estado

Fonte: <<http://www.youtube.com/watch?v=tGbIhdPERu4>>.

Tais considerações nos levam a aprofundar nossa reflexão, visto que a adição de um sentimento social que antagoniza elementos do modelo político-econômico vigente reaviva o movimento de lutar por uma posição sujeito ampla, talvez mobilizando uma memória do vingador martirizado produto das camadas interpretativas de Guy Fawkes e ‘V’, e configura o movimento constituído pelos manifestantes de junho de 2013. Tal configuração corrobora com a mudança do efeito de sentido produzido pela máscara, o que permite sua utilização atrás da cabeça, como um *souvenir*. Ou demonstrando que o manifestante agora assume uma posição diferente, deslocada e retira a máscara, para então, assumir outra *persona*. Provavelmente, a de um sujeito que, em sua ilusão de unicidade, prioriza a assunção do próprio rosto. Assim, este manifestante (desmascarado) configura um apagamento dos sentidos da máscara no filme, apagamento dos atravessamentos do anonimato – estes são tensionados para outros lugares, contrastantes com uma atual posição sujeito. Como diria Pêcheux, o discurso é uma constante estruturação e desestruturação da memória, daí o deslizamento de sentido da máscara do anonimato enquanto ‘identidade’.



Figura 28 – Manifestação predominantemente pacífica (Florianópolis, Brasil, 2013).

Fonte: Verbo por escrito (2013).

Nesta direção, o mascarado anônimo é associado à imagem de manifestantes que incitam/utilizam a violência (que mais tarde passa a ser chamado mascarado e depois vândalo) – em um insano movimento obscuro com talvez alguma ligação com a Conspiração da Pólvora, mas esse movimento já estaria para a ordem dos *esquecimentos* histórica e ideologicamente constitutivos. Estes manifestantes ‘anônimos’, como a mídia os proclama, produzem o efeito de estarem ‘vandalizando’ o Estado e a sociedade pelo viés discursivo da mídia.

A *posição sujeito* mascarado anônimo, quando coletivados, desloca-se para uma posição com traços predominantes de violência, marcada por um novo efeito de sentido: a máscara neste momento é a proteção, a máscara contra gases, contra os ARE’s, é o que configura estes anônimos e a força do Estado como antagonistas, um ao outro. Já o AIE’s, mídia, passa a retratar o mascarado anônimo, e o laço social a que está sujeito, configurando o efeito de que estar anônimo decorre em violência, ateando fogo a casa do governo – uma memória recorrente.

É possível formular que exista um apagamento do objeto máscara enquanto parte do movimento social “*Anonymous*” e um recobrimento de sentidos do manifestante mascarado (mais recentemente o adepto do *Black Bloc*<sup>48</sup>, por exemplo) em direção a outra posição sujeito. Este deslizamento é o que pode produzir o efeito de deslizamento entre o *ser* e o *estar* anônimo. Significante este que ressoa da/na história e marca uma sobredeterminação de sentido.



Figura 29 – Fogo a casa do governo (Brasília, Brasil, 2013)

<sup>48</sup> Caracterizado como maneira de se manifestar, com predileção pelo uso de violência contra o Estado e entidades mantenedoras (bancos e empresas de mídia privada). (VAN DEUSEN, 2010, p. 42).

Fonte: DUSEK (2013).

Em uma relação anacrônica, a máscara de Guy Fawkes seria associada a uma máscara de gás, que talvez levasse seu rosto, que tem em sua constituição uma predominância na valoração dos ideais prezados pelo laço social. Da mesma maneira, existe um deslocamento da máscara do manifestante de BH para os manifestantes que a portam atrás da cabeça. Seria pela semântica que haveria uma união de todos os termos ‘máscaras’ e ‘anônimos’ aqui apresentados? Acreditamos que é somente pelo processo *discursivo* que é possível questionar os diferentes efeitos de sentidos derivados da máscara. É pelo discurso que os sentidos deslizam.



Figura 30 – A máscara em protesto (detalhe para a máscara de Guy Fawkes e contra gás)  
(Brasília, Brasil, 2013)  
Fonte: DUSEK (2013)

Com a imagem anterior comparada ao frame do manifestante de BH acreditamos ser possível mostrar alguns movimentos entre as posições do anonimato (fig. 28, 29, 30 e 31) e a posição do não reconhecimento jurídico (fig. 27).

As máscaras apresentadas nas imagens possuem uma ressonância a prática de *estar* anônimo, mobilizando assim uma rede de memórias característica e talvez com alguma relação de esquecimento constitutivo do anonimato de BH. Aquilo que um discurso jornalístico poderia atribuir à noção de mascarado.

Na figura 31 compartilha-se a “mesma” máscara da figura 27, mas um gesto interpretativo analítico possibilita que observemos as diferentes formas como a o processo de *identificação* pode funcionar.

Evocar a semiótica neste momento permitiria descrever as máscaras em sua estrutura e elas poderiam apresenta elementos comuns entre si – a mesma máscara – traços semelhantes. Já quando pensamos na prática analítica discursiva da máscara, perguntamos sobre as relações políticas, e, nessa instância, podemos considerar como máscaras distanciam-se em similitudes, justamente considerando as condições de produção.



Figura 31 – Máscaras em detalhe  
Fonte: DUSEK (2013)

Perceber, neste processo, a mudança dos efeitos de sentido, é o gesto proporcionado pela AD. Na ligação, conforme teoriza Mauss (2003), a não portabilidade de um verdadeiro ‘eu’, é o que direciona o sujeito a portar a *persona* e esta pode ser manifestada, também, através da máscara do anonimato, como forma política, mas mutável pela relação da língua, do inconsciente e do materialismo histórico.

Uma leitura/interpretação possível é que o sujeito que porta a máscara pode estar *identificado* tanto com o anonimato quanto com a proposta do não reconhecimento jurídico. Uma relação de sentido possível é a predominância de simpatia/entusiasmo atribuído a máscara pelo laço social, já fraturado de sua ligação com Guy Fawkes, “*Anonymous*” e a rede TOR talvez restando uma frágil conexão com o filme sustentada pela mídia. A relação de *identificação* ocupa um lugar conflituoso, pois os espaços de tensão entre filiação e prática correm entre as diferentes formas de *identificação*.

É o movimento de contradição da história que permite o gesto de tomar a máscara como uma possibilidade de resistência pelo sujeito e em uma ilusão de não reconhecimento jurídico. Este sujeito é absorvido por um ícone produzido por esta mesma indústria, um elemento sarcástico oriundo da cultura de massa. Ao ponto que o sujeito se movimenta, ansiando por uma distância, ele é trazido ao seio do capitalismo através de um *souvenir* vendido nas esquinas em que ocorrem as manifestações – como a máscara apresentada no vídeo (descrito já no primeiro movimento de análise dessa dissertação). Neste movimento de

sentido, a máscara desliza e torna-se algo que não transgride a identidade, ela como *souvenir*, é usada atrás da cabeça ou é retirada para que seja dada uma entrevista.

Pela natureza da utilização da máscara, e sua imagem, estas propagam a ideia central do grupo “*Anonymous*” de maneira regular, porém, em diversas situações distintas, atuando assim, como a quintessência da propaganda, pois atrai pela curiosidade e contribui para o acúmulo de dados. Mais tarde, pode tornar-se informação e assim, fomentar a cadeia de eventos que leva a uma tomada de posição política por parte do sujeito quando interpelado pela máscara.

Esse grupo parece ansiar por criar/constituir uma posição de ruptura com a forma material histórica – mas é exatamente determinado por oposição a esta forma que ele existe – porque na prática, dentro da rede TOR, por exemplo, utiliza-se um argumento negado à população, o anonimato, para criar um movimento social identificável pelo anonimato de seus participantes, que direciona seus esforços a um fim comum, mutável, mas comum. Este movimento de resistência ao poder e seus aparelhos repressores do estado (ARE) torna possível aos sujeitos que mobilizam a rede de memória do anonimato pelo processo de *identificação* tentar movimentar-se no movimento da linguagem, se reorganizando socialmente e confabulando a própria resistência. A revolução de classes, como idealizada por Marx, pode ser novamente compreendida sob o paradigma de que aqueles que têm condição de se absterem da esfera jurídica devem prover o questionamento necessário ao poder, ‘protegidos’ por um anonimato ou por outro.

Neste ambiente virtual, isto é possível, uma vez que os ARE’s não permitem ao cidadão, quando interpelado, manter-se no anonimato. É sob esta cortina que um posicionamento crítico pode ser feito sem o receio do silêncio, censura do Estado, conforme proposto por Orlandi (2007). Na conjuntura deste ponto com o *juridismo*, ponto em que o direito estabelece camadas sobre o “correto” e este atua na sociedade concedendo ou retirando a autoridade do sujeito, conforme teorização de Lagazzi (1987, p. 45) que escreve sobre “o efeito do jurídico nas práticas sociais”. Assim, surge outro elemento paradoxal: A liberdade atribuída pelo próprio artigo 5º da Constituição e citada como assegurada pelo preâmbulo da Constituição é somente para realizar aquilo que é “correto” de acordo com a referida carta. Ora, pois, se o sujeito não tiver a liberdade para realizar aqui que não é “correto” será ele verdadeiramente livre? É dentro do aspecto da *identificação* pelo anonimato ou pelo não reconhecimento jurídico, que o sujeito pode aspirar ao tão marcante conceito na história humana? Relembrando que Althusser (1985) aponta que este sujeito é “livre para ser livremente determinado” (ALTHUSSER 1985, p.104).

Poderíamos formular que há uma “responsabilidade” do sujeito que se posiciona no anonimato. Talvez, essa responsabilidade seja ainda maior que a do sujeito que apenas reproduz o ato de estar anônimo, fazendo o que dele é esperado (paráfrase).

Assim, compreendemos que o mascarado estaria momentaneamente para uma ordem diferente da do portador da máscara de Guy Fawkes. Este – o mascarado – somente se evade temporariamente do reconhecimento jurídico. Já o sujeito anônimo – portador da máscara do anonimato – poderia mobilizar uma rede de memórias que permitiria deslizamentos entre as posições de estar ou não reconhecido.

Lembrando da diferença entre os AIE’s e os ARE’s é que ao segundo pode existir o contorno, a revolução que antagoniza o Estado, o “rebelde desconhecido”. Compreendemos que para que exista a possibilidade de resistência, é necessário que esta se constitua dos *esquecimentos 1 e 2* como abordado por Pêcheux. O esquecimento número 1 sendo da ordem do ideológico e o número 2 da ordem enunciativa – como apontamos no arcabouço teórico. Esta mobilização do esquecimento e a força como a ideologia trabalha nos permite formular uma aproximação com os postulados de Pêcheux e Agamben.

Ao “terrorista virtual” de Agamben (2009) caberia antagonizar o Estado em sua forma repressiva. Esse “terrorista” está sujeito na sua concepção ideológica (AIE’s), a propulsão e o saber da FD em que se inscreve, que são necessário para o deslizamento na tomada de uma *posição sujeito* – desde o dizer que poderia ser outro até a movimento ideológico que o inscreve em determinada posição.

O fato de surgir uma rede como a TOR é, também, um exemplo do funcionamento do Estado, pela falta, mas funcionando. Estado este que pelos AIE’s e os ARE’s está presente no sujeito e funciona por entre os sujeitos. Resistir aos ARE’s é possível pelo próprio funcionamento deles, é pelo funcionamento do ideológico (nos AIE’s) que existem possibilidades de antagonizarmos vilões mutáveis, como protagonizado em alguns momentos pelos sujeitos anônimos da rede TOR – os sujeitos se movimentam, reconhecem-se e também falham neste processo pelas posições (in)disponíveis no sistema.

Guy Fawkes também poderia ter uma perspectiva dentro desta noção de “terrorista virtual”, pois ele deteria um conhecimento do “bom sujeito”, um ex-militar especialista em explosivos, e esta posição o desloca entre um “mau sujeito” como hábil a um outro poder, questionador – seja pela violência da tentativa de explosão ou pela violência pela qual perscruta a língua(gem) se colocando na cadeia significante. Guy Fawkes talvez possua uma “relação de contemporaneidade”, leitura possível caso nos aproximemos das teorizações de Agamben (2009, p. 57-73).

Conforme Agamben (2009, p.57) teoriza sobre as relações “De quem e do que somos contemporâneos?” uma vez que “um homem inteligente pode odiar o seu tempo, mas sabe, em todo caso, que lhe pertence irrevogavelmente, sabe que não pode fugir ao seu tempo” (*ibid.*, p. 59). Nesta linha, Agamben nos leva a pensar se *ser* “contemporâneo é, justamente, [...] sabe[r] ver essa obscuridade” (*ibid.*, p. 63) e buscar na relação anacrônica de quem somos contemporâneos. Assim aproximando sua teorização ao funcionamento do processo de *identificação* mobilizamos a relação de reconhecimento nos sujeitos podemos teorizar sobre como as memórias da conspiração da pólvora, HQ e filme podem se tornar disponíveis, mesmo que apagadas pela ideologia, na composição da rede TOR e de grupo “*Anonymous*”.

Nesse movimento propomos que há uma relação dos manifestantes (2013) com o “agora” *contemporâneo* Guy Fawkes – movimento este, de ocultação pela ideologia e pela impossibilidade do sujeito de enunciar toda esta relação antes de qualquer enunciado – o portar a máscara do anonimato – nas mídias.

Também podemos teorizar que: é pelo conhecimento de um ‘dispositivo’ (AGAMBEN, 2009, p. 27-51), que existe a possibilidade de profaná-lo – A rede TOR estaria para uma profanação possível: a *internet*. E, uma interpretação possível deste movimento seria a de recuperar o deslizamento histórico de um sistema que produz o espaço para que exista a falha. Tal como seria uma sociedade anarquista existindo dentro do âmago do capitalismo. Poderíamos questionar se hoje existiria forma de ‘profanar’ o ‘dispositivo’ que não fosse derivada do próprio ‘dispositivo’<sup>49</sup>?

Uma resposta possível à pergunta anterior é tangenciada pela máscara de Guy Fawkes que ao suprir o nome do manifestante em virtude de um anonimato grupal carrega em seus efeitos de sentido à liberdade possuída pelas memórias do coletivo “manifestante”, estas memórias apresentam a possibilidade de uma maior longevidade quando comparada a seus portadores. Ou seja, ao *ser* anônimo no coletivo ele não é mais anônimo e torna-se uma personagem, parte de uma rede de memórias – é ser alguém, possuir uma posição social, é ser determinado.

Parece que quando existem afastamentos nos processos de *identificação* de sujeitos distintos, aquilo que cada um ‘mobiliza’ - alheio a intencionalidade – pelo

---

<sup>49</sup> Termo considerando tanto na escuta teórico filosófica de Agamben, quanto nas formulações da AD e seus dispositivos teórico e analítico.

funcionamento da *alteridade*, que podemos perceber a relação proposta pelo *ser/estar* anônimo.

De tanto existir o anseio pelo contorno, do Estado, é aí que jaz o marco de sua presença, é a promoção daquilo com que o sujeito se *identifica*, ele também se reconhece no/pelo Estado. Em uma relação com Marx e Engels (2011) é possível estabelecer que na luta de classes, seja burguesia/proletariado ou Estado/Coletivos, a culpa não está na classe dominante e sim, que uma parte do social que se permite subjetivar – para que o poder que dela emana seja usado também para aprisioná-la.

Este modo de identificação/subjetivação do sujeito em sua alteridade é o marco da sua (in)determinação pela ideologia/inconsciente. A máscara de Guy Fawkes, através da história e de diferentes interpretações assemelha seu funcionamento ao funcionamento/constituição dos sujeitos que a portam. Ambos mobilizam sentidos, e, na (im)possibilidade de os cristalizarmos, derivam para além de qualquer controle.

Ao anonimato, trazido pela máscara de Guy Fawkes, suspeita-se que este tenha mobilizado alguma relação efêmera com o efeito de sentido de “revolução”, no entanto é possível marcar uma posição de esquecimento/opacidade da máscara como produto do sistema.

A elucidação dos conceitos aqui explanados pode ser encontrada no vídeo, citado no início do capítulo 2, na forma que convergem determinados argumentos, na forma de contradição à possibilidade sistêmica de liberdade, antagônicos das *formações ideológicas* do manifestante e as do agente da lei. Os interlocutores se apresentam na forma da tentar não produzir um efeito de sentido em relação ao discurso produzido pelo outro, porém, o nível do conflito é alterado quando o processo de *identificação* funciona e deslocar uma das partes, dado certo período e circunstância no vídeo, a não permissão do manifestante se manter no nível de não reconhecimento jurídico, de seu estar anônimo – o que talvez não elimine seu *ser* anônimo, pois no final do vídeo o manifestante volta a portar a máscara e mantém seu protesto.



Figura 32 – Cenas do vídeo

Fonte: <<http://www.youtube.com/watch?v=tGbIhdPERu4>>.

O *corpus* deste trabalho é toda relação de efeito de sentido do anonimato, e o vídeo é um exemplo desta relação, um recorte<sup>50</sup> que permite demonstrar o funcionamento em

<sup>50</sup> Tomamos a noção de recorte a partir de Lagazzi : “Parto da noção de recorte para assumir que o dispositivo teórico analítico discursivo apresenta as condições necessárias para a prática analítica de objetos simbólicos constituídos por diferentes materialidades significantes. Esse dispositivo permite ao analista mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas.” (LAGAZZI, 2009).

uma materialidade. Enquanto materialidade, estes *frames* vão compondo este sentido do anonimato. É importante também salientar que pelo funcionamento do processo de *imbricação material* (LAGAZZI, 2009) que a máscara produz seus efeitos, entrelaçando e se atravessando história, filme, livro e protestos. É o referido processo que constitui esta discursividade, este acontecimento discursivo<sup>51</sup>, pelo gesto de protestar rememorando que não importa quem o faz, presente no *frame* – tudo para compor a materialidade ‘anonimato’ que tem efeito de sentido pela máscara. E são pelas estruturas significantes imbricadas (imagem, sons, enunciados) que esta materialidade, o anonimato, se constitui.

Como exemplificado no vídeo, este processo de recusar em reconhecer-se juridicamente gerou o embate entre as partes, e possui um estatuto de efemeridade, uma vez que o manifestante é obrigado a recuar seu argumento e cede ao agente da lei que além de estar em um local público, tem a função social de cobrar a correta conduta de acordo com a legislação. O gesto do policial é conduzir seu interlocutor, o manifestante, a se sujeitar ao procedimento de reconhecimento jurídico – não cabendo mais naquele momento *estar* anônimo, criando um paradoxo com a proposta do protesto. O processo de retirar a máscara inscreve o sujeito no discurso legislativo em vigor, pertinente à forma material capitalista. Fica marcado que o documento de identidade em si é parte de um triângulo, de uma articulação, que valida o indivíduo e sua ‘identidade’. Um dos momentos que encerra o vídeo e marca um movimento na relação do ser/estar anônimo é o manifestante solicitando que a gravação seja interrompida para que ele retire a máscara.

Outro aspecto a salientar é que o protesto apresentado não se torna legítimo até que alguém se identifique como responsável por ele, para fins de negociação entre as posições sujeitos. Este ponto pode ser verificado no vídeo, pois o manifestante em questão é um dos líderes do protesto e sofre as sanções do reconhecimento. Em contrapartida, uma série de outros manifestantes anônimos permanece utilizando a máscara, sem receber a mesma inquirição. Isto realça a permissividade do capitalista coibindo o “mau sujeito”, mas permitindo uma eventual relação de consumo, prevendo o lucro da troca da *mais valia* nestes outros sujeitos anônimos. Temos então um funcionamento que marca a diferença entre o processo de *identificação* no nível simbólico e o que se toma como identidade no processo jurídico.

---

<sup>51</sup> Pêcheux, ao formular a noção de acontecimento discursivo: “acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 17). Zoppi-Fontana o considera como “um elemento histórico descontínuo e exterior que afeta a memória produzindo ruptura e deslocamentos” (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 5).

Este funcionamento da forma material histórica corrobora para conservar e determinar este movimento - uma vez que fatores como liberdade, democracia, dentre outros, são fatores inseridos, pelo próprio capitalismo, mas seus efeitos de sentido são diferentes para sujeitos diferentes - de que o processo de *identificação* é um movimento simbólico contínuo e alheio à intencionalidade. Não existe no sujeito a plenitude de ser totalmente anônimo ou totalmente irreconhecível – o simbólico é incontornável.

Mascaro (2014) em sua videoinstalação, reúne imagens de vídeos produzidos por agentes do estado que gravaram os pés dos manifestantes durante os protestos de 2013 com o intuito de produzir provas pelo processo de reconhecimento jurídico. Com o tom de reflexão sobre a (im)possibilidade de se ser em uma totalidade anônima durante as manifestações o artista mostra a “fragilidade do anonimato (ou dos “*Anonymous*”) nas formas políticas atuais”. Sua produção artística questiona sobre “o que fazer em tempo de faces anônimas com os pés” uma vez que os sapatos não são escamoteados imediatamente no processo pós-manifestações. Ao tomarmos essa produção artística como um contraponto, desconfiamos que “fragilidade” é o que marca a relação com o reconhecimento jurídico.

Insistimos que, uma relação possível é o reconhecimento jurídico enquanto identidade – processo esse que o estado se presta em relação a identificar este ou aquele sujeito. Outro aspecto, que vem pelo viés discurso, é o processo de *identificação/subjetivação*, este é balizado pelo processo de identificação no nível simbólico que exige uma relação histórico-social e ideológica.

Segue uma imagem da produção artística referida acima:



Figura 33 – Não é sobre sapatos  
Fonte: Mascaro (2014)

Dentro do modelo de estado talvez o ser irreconhecível só caiba, talvez, a rede TOR, mas a posição de reconhecido e mobilizada pela memória do anonimato é disponível ao sujeito pelo processo de *identificação*.

Retomando o vídeo da manifestação em BH a tomada de posição do sujeito, através do gesto impositivo da máscara do personagem ‘V’ ou o esconder do rosto, é um gesto que parece tencionar as relações de poder entre sujeitos e Estado. Talvez o efeito de questionamento de aceitação dos valores seja contrário ao interesse da ordem vigente (ARE). Uma vez que o representado, manifestante, antagoniza o representante, policial; as posições sujeito condizem com valores colocados pelo Estado. Ou seja, os AIE’s sempre funcionam no processo de subjetivação, mesmo quando o Estado ‘falta’ ele funciona. Há de pensarmos se gesto político permitido pela “liberdade” da rede *internet* pode ser considerado livre? E quanto às estruturas repressivas do Estado estão presentes virtualmente? Caberia novamente ao sujeito ser “livre para ser livremente determinado” da perspectiva althusseriana.

Uma asserção possível é de que a máscara do anonimato e a rede TOR podem ser sinonimizadas pelo gesto político das memórias e filiações que as constituem, o lugar de resistência. No caso do lugar discursivo virtual anônimo, a imposição estrutural à ‘ausência’ do Estado busca a legitimidade e o *poder* para os coletivos que deste anonimato se valem para resistir. O político da máscara, e político pela máscara produzido, reage a possibilidade de alternância do *ser/estar* anônimo no ambiente virtual e do *ser/estar* anônimo no ambiente empírico, mas estas posições sujeito apresentam efeitos de sentidos paralelos, mesmo que não sejam diretamente relacionadas aspiram apontar a uma direção, política.

Não se vislumbra ao sujeito poder *ser/estar* anônimo nas relações jurídicas, ele pode *estar* uma vez que o Estado em sua instância repressiva pode impor ao sujeito uma ‘identidade’, porém, na instância jurídica ele não pode *ser*.

Se, por um lado a constituição garante a liberdade de expressão, por outro, veta o anonimato.

No nível do simbólico existe uma possibilidade de se reconhecer pelo irreconhecível. Já na rede TOR e dentro de uma prerrogativa de que o sujeito acredite no anonimato constitutivo desta rede – seja por capacidade técnica, seja por credulidade – o sujeito ‘se’ coloca em uma posição de anonimato ‘virtual’ – este gesto é inclinado a uma ordem enunciativa –, mas o processo de *identificação* já corrobora para que esse sentido se movimente, exatamente por sermos sujeitos de linguagem e sujeitos à linguagem.

Seja pela filiação a uma rede de memórias, o *ser*, ou por uma prática social, ou *estar*, os dois movimentos podem conter um ao outro. O '*ser*' anônimo pode mobilizar a prática social. O '*estar*' pode ou não ser atravessado pelo reconhecimento simbólico anônimo.

Ao ponto que o reconhecimento jurídico é prática social que presume delimitar o sujeito ao processo de *identificação* é constitutivo do sujeito de forma a torná-lo ainda mais heterogêneo, sujeito a/da língua(gem), descentrado inconsciente/ideologia.

*Ser e estar* anônimo podem possuir tendências a uma mesma direção, podem ser considerados gestos similares – é pela réplica da estrutura anônima não digital que uma forma de ser anônimo desliza no ambiente digital, e, neste movimento, devolve a algumas manifestações no ano de 2013 novas possibilidades. Este *ser/estar* são movimento e não lugares determinados. Nos dois casos estamos falando de processos de identificação, como filiações e memórias diferentes entre si e alheias a vontade do sujeito.

Podemos remeter às noções dos *esquecimentos* para adicionar o elemento em que o sujeito apaga o rastro discursivo e torna-se a origem de seu próprio dizer, com isso, naquele momento, existe a possibilidade de um jogo ideológico: o sujeito manifestante/usuário da rede TOR atesta seu estado momentâneo de irreconhecível, ele pode ser e *estar* anônimo como forma de criticar, de mover os sentidos.

O processo de analogia pelo qual estes sujeitos anônimos transitam socialmente, os sentidos que podem ser associados ao esforço de Guy Fawkes em manifestar uma luta de classes. Esta luta de classes é transformada pela volatilidade do que se toma hoje como uma luta de classes. Dito de outro modo, na atualidade essa 'luta' desliza para uma nova direção. Talvez este deslize também ocorra motivado pelo discurso cinematográfico de Hollywood

É pelo viés tecnológico que o movimento dos sentidos permite ao sujeito uma mobilização de parte da estrutura para que exista a concepção da rede TOR. É pela tecnologia que se permite arquitetar que estes sujeitos 'anônimos' transitem pelas redes sociais – virtuais ou não – ampliando e fomentando sua dispersão, é então que pela *identificação* com as memórias discurso do anonimato que os sujeitos movimentam-se em novas posições políticas – o anonimato como elemento tensionador deste movimento.

Este sujeito *identificado* pelo anonimato social e coletivo dentro dos aspectos virtuais, estes modos de funcionamento do ciberespaço e a relação destes no processo de constituição do sujeito são teorizados por Dias (2012):

Eis o que busco compreender, centrando-me, especificamente, naquilo que diz respeito ao modo como os laços sociais se conectam na rede (de sentido) *Internet*, produzindo uma discursividade: a discursividade do eletrônico, em seu formato

digital. Não é possível negar que o conceito de ciberespaço produziu um deslocamento na rede de significação do mundo. O uso da *Internet* constitui o ciberespaço e institui com ele novas formas de sociabilidade com os chats, as redes sociais de relacionamento, os fóruns de discussão, os blogs, as conversas instantâneas, etc. Hoje, o ciberespaço está por toda parte constituindo o real da cidade, do espaço urbano, tecendo novas formas de relação entre os sujeitos, com uma linguagem própria, uma temporalidade outra. Novas formas de identidade, de subjetividade, construindo o espaço-tempo virtual. (DIAS, 2012, p.16-17).

Como a referida autora propõe, é possível teorizar sobre as novas possibilidades de atravessamento ao sujeito, e novas formas de subjetividade. É no desenrolar da complexidade do ciberespaço que o anonimato pode se apresentar como um novo paradigma para as relações entre sujeitos distantes do balizamento repressivo do Estado. É no deslocamento do efeito do anonimato que se antagoniza os ARE's e demonstra um reforço aos AIE's, pois a este últimos é impraticável a esquiva.

É no aspecto da afetividade e dos “novos laços” propostos entre os sujeitos do ciberespaço que Dias (2012) aponta uma “forma própria de sociabilidade” entre os sujeitos virtuais. A autora analisa a proposta de *chats* e fóruns em que uma virtualidade associada a uma condição comum (portadoras do vírus HIV) aproximam os sujeitos, através de uma mesma posição sujeito dentro da Web. É, nesta esteira, que podemos produzir a seguinte formulação: é em um espaço de anonimato (‘pseudo’ por parte da Web e ‘estrutural’ como proposto pela rede TOR) que as relações discursivas ocorrem por uma *identificação* com os as memórias associadas a este anonimato. É no efeito de *ser* anônimo que frutifica a possibilidade de *estar* anônimo, através de uma rede virtual e/ou de uma máscara.

O anonimato ‘estrutural’ da rede TOR é proposto por uma questão primariamente técnica e isto se reflete em um estado de ‘pseudo’ anonimato através da utilização da máscara e/ou de uma evasão a identificar-se na Web – em uma instância de força, o poder do Estado permite atribuir uma identidade ao sujeito mascarado ou absterido de identidade na Web – que está em relação a uma tomada de posição em relação ao anonimato no processo de identificação. Novamente, é possível coexistirem as possibilidades de *ser* e de *estar* anônimo.

Estas relações entre os sujeitos ocorrem em uma esfera em que a própria noção de identidade pode não ter relevância alguma, ao ponto que o comprometimento em se colocar como anônimo pode fornecer a posição necessária para uma relação mais próxima entre sujeitos, quando observado o aspecto da afetividade. Essa afetividade, uma espécie de simpatia, através do anonimato é um *discurso*, trabalhando seus efeitos de sentido pela proposta de *identificação* mobilizada pelas relações de filiações a determinadas redes de memórias.

Progredindo neste sentido, é possível compreender que as percepções de “*rosto*” e “*face*” no meio digital e suas associações com a máscara de Guy Fawkes, além das relações de aproximação afetivas de valores ou memórias, trazendo à baila as teorias de Giorgio Agamben (2010), nas quais as percepções e associações expressam as diferenças entre uma *face* sem significado e um *rosto* e sua história, *rosto* este que passa a existir para os sujeitos.

Todos os seres vivos estão no aberto, manifestam-se e brilham na aparência. Porém, apenas o homem quer apropriar-se dessa abertura, tomar sua própria aparência, o próprio ser manifesto. A linguagem é essa apropriação que transforma a natureza em rosto. Por isso, a aparência torna-se um problema para o homem, o lugar de uma luta pela verdade. O rosto é o ser inevitavelmente exposto do homem e, também, o seu próprio estar escondido nessa abertura. E o rosto é o único lugar da comunidade, a única cidade possível. Isso que, em cada singular, abre ao político, é a tragicomédia da verdade em que ele recai já, sempre, e à qual deve retornar desde o início. Isso que o rosto expõe e revela, não é qualquer coisa que possa ser formulada nessa ou naquela proposição significativa, nem mesmo é um segredo destinado a estar para sempre incomunicável. A revelação do rosto é a revelação da própria linguagem. Essa não tem, conseqüentemente, nenhum conteúdo real, não diz a verdade sobre esse ou aquele estado da alma ou de fato, sobre esse ou aquele aspecto do homem ou do mundo: é unicamente abertura, unicamente comunicabilidade. Caminhar pela luz do rosto significa ser essa abertura, padecer dela. Assim, o rosto é, sobretudo, paixão da revelação, paixão da linguagem. A natureza adquire um rosto no ponto em que se sente revelada pela linguagem. No rosto, seu ser exposto e traduzido na palavra, seu revelar-se na impossibilidade de haver um segredo, emerge como castidade ou perturbação, descaramento ou vergonha. O rosto não coincide com a face. [i] Por toda parte em que algo alcança a exposição e tenta tomar o próprio ser exposto – por toda parte em que um ser aparece afundado na aparência e deve, desde o início, retornar a ela –, tem-se um rosto. (Assim, a arte pode dar um rosto até mesmo a um objeto inanimado, a uma natureza morta; e, por isso, as bruxas, que os inquisidores acusavam de beijarem o ânus de Satã durante o Sabá, respondiam que ainda assim se tratava de um rosto. E é possível, hoje, que toda a terra, transformada em um deserto da cega vontade dos homens, venha a tornar-se um único rosto). Olho alguém nos olhos: estes se abaixam – é a vergonha, que é vergonha do rosto que há atrás do olhar –, ou me olham, por sua vez. E, ao me olharem, eles podem impudicamente exibir seu rosto como se atrás dele houvesse um outro olho, abissal, que conhece aquele vazio e o usa como um esconderijo impenetrável; ou, com um desdém casto e sem reservas, deixando que no vazio de nossos olhares tenham lugar o amor e a palavra. A exposição é o lugar da política. Se não há uma política animal, talvez isso ocorra porque os animais, que estão desde já no aberto, não buscam apropriarem-se de sua exposição; demoram-se nela, simplesmente, sem se ocuparem dela. Por isso, eles não se interessam pelos espelhos, pela imagem enquanto imagem. O homem, ao revés, querendo reconhecer-se – isto é, apropriar-se de sua própria aparência –, separa as imagens das coisas, dá-lhes um nome. Assim, ele transforma o aberto em um mundo, isto é, em um campo de uma luta política sem quartel. [ii] A essa luta, cujo objeto é a verdade, chama-se História. (AGAMBEN, 2010<sup>a</sup>).

É pela noção de *persona* da personagem e sua máscara que existe um atravessamento do efeito de anonimato nos sujeitos. Esta máscara estaria para uma *persona* que diverge daquela de quem a utiliza. Seria assumir uma nova *persona* pela máscara velando a *face* e fazendo um *rosto*. Em paralelo, a máscara envolve o sujeito político que a usa, e pode

ser pensada como ocultação do *rosto* marcado pelo histórico do propósito comum daquilo que não pode mais ser escondido. Mas, para que venha a profundidade do *rosto* é necessário que se esqueça da *face*, a identidade que torna idêntico tudo que é exatamente igual, tudo que é idêntico, e sem propósito algum. Tudo disponível novamente pelas camadas de interpretação depositadas nas máscaras – camadas advindas do sócio-histórico-ideológico.

A máscara pode ser entendida como uma forma de ocultação da *face* para mostrar o *rosto*, rosto este de Guy Fawkes, rosto que traz uma interpretação de memórias outras porém, mesmo assim, anônimo pelo propósito da máscara. É neste novo espaço discursivo da rede TOR que em detrimento a *face* busca um *rosto* ‘simpático’ ao reconhecimento do sujeito pela posição sujeito anônimo, irreconhecível pelo Estado, más mobilizado.

É na posição de *ser* anônimo que estaria este *rosto social*, o da máscara e as implicações das memórias políticas do gesto ao ponto que o *estar* caberia como posição do sujeito deslocado e ansioso por um lugar a profanar uma estrutura repressiva e não ser reconhecido com isso. Ainda que a relação de contradição da máscara advinda de um sistema produtivo de *souvenires*. Este sujeito é requisitado por uma posição sujeito e, por um breve momento, se iluda como plenamente ‘anônimo’, para talvez, de um acesso crítico imediatamente posterior, se perceba novamente assujeitado, como o grupo “*Anonymous*” ao se perceber utilizando um elemento de seu ‘antagonista’ para protestar contra ele. A produção de lucro insere novamente este anônimo marginal no sistema de troca de valores, apenas uma das formas de apagar, denegar, um sujeito. Mesmo o “*Anonymous*” e a rede TOR ainda fazem parte inegável do sistema contra o qual criticam.

Outra formulação pode ser associada ao gesto de portar a máscara para que se produza um efeito de não possuir uma identidade e o deslocamento de ser anônimo como extensão da máscara e ser com isso reconhecido. O *ser* anônimo parece expressar um efeito de que por trás da máscara não há nada e que em algum momento nem seja necessário utilizar a máscara. Já o efeito de *estar* anônimo é presentificado pelo portar a máscara e ter uma identidade, um pertencimento a um grupo. Poderíamos pensar que em algum momento é preciso *estar* anônimo para *ser* anônimo – uma contradição pertinente, pois isto pode ser observado na rede TOR. Ela só pode ser acessada pela rede WEB o que reitera o caminho de primeiro ceder ao processo sistêmico para depois poder criticá-lo.

É o pré-construído deste anonimato que permite a estes sujeitos ocuparem novas posições discursivas, é um atravessamento do coletivo, da indústria e da história em direção à função de resistência. São nos diferentes textos, máscara e estrutura digital, que o anonimato

pode fornecer um *rostro* simbólico a quem mobiliza a memória de efeito de proteção, nesta trama de *imbricações materiais*.

O anonimato fornece ao sujeito uma possibilidade de ser contemporâneo entre sujeitos distintos, como discorre Agamben (2009). É uma contemporaneidade a um *rostro*, uma máscara imposta pelo laço social, uma *persona*, personagens históricos – a um irreconhecimento coletivo, ao movimento latente de resistência, da luta de classes – na constituição dos sujeitos discursivos. É nesta contemporaneidade a diferentes, e talvez anacrônica, FD's, algumas delas talvez inacessíveis a alguns lugares sociais, que o anonimato ganhe uma distinção, um desdobramento sob si mesmo, uma nova possibilidade significativa. Talvez produzir o efeito de tornar Guy Fawkes contemporâneo ao sujeito anônimo.

Esta possibilidade de distinção do anonimato, não mais pelo grande grupo dos anônimos, principalmente em grandes centros urbanos, dos quais os sujeitos ignoram a existência – exceto pelas estatísticas – mas na forma de um posicionamento do sujeito. Uma posição possível na relação do Estado e a seus aparelhos repressivos, uma posição de reconhecimento no nível simbólico. E, talvez a seus AIE's que sempre funcionam, a ideologia e o assujeitamento incontornáveis no processo de subjetivação; seja em uma manifestação social, seja em uma rede digital específica. Não parece importar muito o caminho que os pacotes digitais utilizem, uma vez que a força ideológica atua na discussão política que este lugar permite, estas discussões irão interessar aos sujeitos por um tempo e podem repercutir no não digital, mas é pela ideologia que existe o movimento da direção política – funcionando pela *paráfrase* e pela *polissemia*.

Ideologia tomada pela AD, que na forma de um exemplo não está para uma relação de “várias” ou “diferentes ideologias”, mas para uma aproximação de uma lei, como a gravidade, algo que não pode ser ignorada, que está presente, mas que pelas relações dos esquecimentos constitutivos ao sujeito é relegada, e como a gravidade o que esta expressa são relações de poder – esta ideologia é a que nunca dorme, que não se pode contornar.

Mesmo ‘estando’ anônimo o sujeito está sendo demandado pelos AIE's, mesmo no espaço anônimo é admitida a possibilidade de lugares discursivos que se antagonizam. É talvez pela *identificação* com o anonimato que permite um processo crítico instituído neste ambiente – diferente dos espaços onde o ocultar o rosto parece ser somente uma tentativa de isenção de responsabilidade – neste local discursivo, sem este processo crítico a posição do sujeito é de *estar* anônimo e não de *ser* – em ambas as posições anônimas mobiliza-se um gesto político, mas de reconhecimento simbólico distinto.

É na “escuridão do contemporâneo”, talvez a escuridão da máscara e deste anonimato, da rede e similarmente da posição sujeito anônimo que Agamben (2009, p. 64) conjectura sobre uma “experiência impenetrável” incessante de interpretação, para que este tenha efeito de sentido – seja discursivizado – ou como diria Orlandi:

O homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à “interpretação”: tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja) O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico. (ORLANDI, 2007, p. 29).

Este anonimato contemporâneo gesta-se em suas condições de produção, tecidas em um passado, uma luz ao escuro presente, são as exclamações que os sujeitos buscam no passado e nas interrogações do presente.

Um paradigma de relevância considerável sobre a rede TOR é que o esforço em negar o estado (o que também é marca da sua presença), pela ausência marcada, forçada e arquitetada em sua estrutura enquanto rede paralela à *web*, produz um efeito de legitimidade ao discurso anônimo. Um efeito duplo, que ao mesmo tempo legitima e nega o Estado.

Pode parecer paradoxal, mas o elemento de fuga do estado através do ambiente virtual produz um efeito de que fora do virtual esta fuga seja de extrema e complexa dificuldade.

É possível pensar a relação *linguagem e sujeito* conforme Pêcheux (2009) em sua leitura da falha lacaniana via Althusser, só pode advir de uma crítica que a ‘falha’ é constitutiva e marcada. Esta ‘falha’ é quase que planejada, arquitetada, tanto nas bordas do sistema político e econômico (que permite camisetas de Chê, Calvin e Haroldo, etc.) quanto na forma como produzimos efeitos de sentidos uns para os outros, através da linguagem em suas várias formas.

É pela base simbólica da linguagem e os efeitos discursivos possíveis que e a falha constitui a possibilidade de sentidos vários, mas não qualquer sentido. Esta falha é o que permite o movimento necessário para que os sistemas sócio-político-econômicos transitem no tempo.

É no desenrolar desse movimento dos sentidos que se estabelecem as relações políticas implicadas pela máscara do anonimato. Nesta esteira, os recentes acontecimentos no Brasil (2013) são de especial interesse, pois exacerbam o caráter político desta máscara. Um objeto com uma carga significativa que produz um efeito de tornar o usuário ‘anônimo’ e o identifica para com uma questão social, um atestado participativo coletivo, uma demonstração

de posicionamento de ideias, político em sua essência por ansiar pelo efeito de poder em público, ainda que por uma imagem que sustenta certos sentidos e apaga outros.

A imagem trabalhada na sequência ambienta o leitor sobre os efeitos de sentidos produzido no/pelo filme nas manifestações de 2013. Podemos perceber a relação de uma interpretação para com outra interpretação, os sentidos se movimentando.



Figura 34 – Multidão anônima  
Fonte: Filme V de Vingança, 2006.

É preciso salientar que o aspecto cinematográfico produz uma homogeneidade (marcado na imagem anterior) simulada e, até agora, jamais encontrada fora do cinema. Essa homogeneidade parece ser um dos atravessamentos que produz o efeito do anonimato. Somente é possível ser anônimo em um coletivo irreconhecível. Na imagem não temos um sujeito, não seria possível identificar um sujeito, justamente porque todos são iguais, então podemos pensar na teoria psicanalista, que diz que o sujeito se faz na diferença. O sujeito se faz na diferença e essa heterogeneidade marca o quanto no alhures está a relação do anonimato e uma relação de homogeneidade, somente existindo de forma estável na ficção. Ainda é possível o efeito que este nível de organização possa ser trazido para as manifestações, mas acredita-se que somente como possibilidade distante.

A marca do sujeito em sua constituição na diferença, em uma relação anterior com os sapatos de Mascaro (2014), por exemplo, aponta a fala nesta homogeneização e o distanciamento da possibilidade de igualdade simétrica e anônima.

Na imagem anterior todos são iguais, todos estariam livres do aparato jurídico. A cena não constitui sujeitos individuados e por isso seu efeito (ou talvez totalmente e somente por uma única e mesma via individuados) emblemático, mesmo que ficcionalmente distante. A máscara teria a possibilidade de igualar a todos e assim nulificar o Estado em sua esfera repressiva, o funcionamento do direito que precisa do específico e não conseguiria individuar

neste ambiente da imagem em sua totalidade homogênea. Esse efeito da máscara não se apresenta nas manifestações posteriormente retratadas neste trabalho, visto que essa relação de contradição entre o que a máscara pode vir a significar como possibilidade, mas que não se concretiza em função da heterogeneidade. A tentativa de esconder a diferença sob a máscara só pode funcionar no coletivo anônimo, mas a diferença nos sujeitos empurra esta possibilidade para um alhures.

Ao anonimato caberia a possibilidade de ser a falha aos sistemas de reconhecimento jurídico por parte do Estado, e só pode existir enquanto coletivo. Com um *ser* anônimo, uma posição sujeito, em um senso coletivo/social que depende e corrobora com sujeitos na posição de *ser* anônimo. Essa relação de funcionamento da/na coletividade é primorosa, pois marca que o funcionamento não está associado a uma dinâmica apenas, o anonimato e máscara somente podem funcionar enquanto no coletivo. O conjunto das máscaras e o conjunto dos anônimos que pode ressoar em uma proposta contraditória. Individualmente se o sujeito tapar o rosto ele está um mascarado (antagonista/oposição) ao ponto que um coletivo existiria a possibilidade da contradição, frente a prática do reconhecimento jurídico.

A cena anterior permite uma relação com o funcionamento da *memória*, da diferença no político. Ao ponto que a imagem não seja possível de realização não ficcional aí estaria uma solução no embate entre sujeitos e Estado. Solução que estaria no *alhures*. A imagem também compõe o clímax do filme, uma vez que na cinematografia é o que permite a compreensão de que tudo valeu o esforço dos personagens. Uma interpretação possível é que os usos da máscara tentam um simulacro de realizar a cena do filme, mas há uma impossibilidade política dessa realização, trata-se de diferentes posições e uma heterogeneidade do movimento dentro de um “mesmo” movimento de protesto. Caberia questionar se: na transposição da cena do filme para as manifestações e protestos algo parece estar faltando? As formulações possíveis a uma resposta podem ser consideradas observando o desfecho das referidas manifestações e protestos. De longe a homogeneidade criada pelo efeito da indistinção anônima que se mostra impossível de se manter na heterogênea proximidade. Impossibilidade esta que ocorre pelos ARE's que trabalham pela diferença nos sujeitos. É na diferença que os sujeitos se tornam “capturáveis” e somente na diferença que ele pode ser sujeito.

Sob um aspecto ‘generalista’ a respeito do sujeito e a máscara é possível apontar que há um sentido atravessado por um efeito de não satisfação/revolta. Há uma ruptura com o ‘individual’, em função de uma ‘coletividade’. Estes sujeitos *estão* anônimos, pois são

oriundos de uma impossibilidade de se negar os próprios nomes e ser ao mesmo tempo um só – o anônimo (fig. 34).

Como cidadãos, temos nossos direitos apoiados em responsabilidades e, nelas existem barreiras à posição de anonimato por uma necessidade de reconhecimento jurídico. Assim ao portar a máscara, ou, ser um coletivo são marcas do efeito ideológico elementar. Essa contradição é também marcada pelo deslocamento, movimento da relação de significados, que a máscara permite. É possível que a associação contínua do significante em sua cadeia faça com que uma “origem” seja perdida e, no desenrolar da história, estes “*anônimos*” se tornem ‘mascarados’ e, em sequência, ‘vândalos’. Esses deslizamentos são novos efeitos do processo discursivo pelo qual os efeitos de sentido circulam em especial pelas relações de mobilização de uma *memória* e pelo processo dos *esquecimentos 1 e 2*.



Figura 35 – Manifestação com elementos anônimos (Belém, Pará, Brasil, 2013)  
Fonte: Carta Capital (2013).

Paralelamente à teoria discursiva, a semiótica apresentaria uma descrição da estrutura compositiva visual, de forma que as imagens podem apresentar um mesmo funcionamento icônico. Todavia, questionar as condições de produção nos desloca no próprio gesto interpretativo e seus sentidos a deriva.

O gesto de negar o nome em função de uma coletividade parece criar o efeito de ser o que marca a relação do poder em se tornar anônimo em função do social. As imagens na sequência permitem compreender a relação do anonimato enquanto forma no laço social:



Figura 36 – Manifestação com elementos anônimos 2 (São Paulo, Brasil, 2013)  
Fonte: Carta Capital (2013).

Estas relações que a máscara apresenta através da perspectiva discursiva têm sua importância, a partir do momento que se constrói o dispositivo de análise, desde que realizemos o levantamento das condições de produção e mobilizemos um gesto de interpretação de que este local anônimo é dotado e carregado de efeitos de sentidos.



Figura 37 – Manifestação com elementos anônimos 3 (Florianópolis, 26 de junho de 2013)  
Fonte: Arquivo pessoal

A proposta de análise discursiva da máscara do anonimato permite mostrar parte do trajeto que essa memória veio percorrer, inclusive na contradição com o próprio modo de produção capitalista, e levanta o questionamento: que possibilidade de revolução realmente temos além daquelas que nos são postas?

Ao sujeito caberia uma posição, mobilizada pelas relações simbólicas com as quais o processo de *identificação* trabalha o movimento no espaço da linguagem no laço social. *Ser* ou *Estar* anônimo como resultado de uma posição sujeito dentre outras: o mascarado, o vândalo, ou o revolucionário.

Logo esse gesto de portar a máscara em momentos diferentes: o da manifestação em BH, e, o das manifestações em 2013, parecem promover uma reatualização da

possibilidade de resistência. E, por extensão, de se pensar/recuperar os sentidos de um certo revolucionário inglês. Esse revolucionário pode ser interpretado como produzindo um novo gesto de filiação ao portar a máscara. Tal gesto se constitui diferente do simples ato de cobrir o rosto. Nesse segundo ato somente existe a negativa de ser identificado juridicamente. E, não uma posição política de ser anônimo. A máscara que escondia o personagem do filme, fora do cinema, mostra o que está para além da máscara.

O gesto de cobrir o rosto, e seus efeitos de associação com o vandalismo advém de outra memória: a de marginalidade / criminalidade. A máscara do personagem ‘V’ sozinha talvez não mobilizasse o efeito de marginalidade/criminalidade, que, em 2013, a ela pode ser associado quando com outras máscaras (camisetas/máscaras de gases). Daí, talvez, deslize o sentido produzido pelo discurso jornalístico/midiático. É nesse processo que podemos perceber outras memórias funcionando e não somente da máscara do anonimato (Guy Fawkes, HQ, filme ou história).

Pela máscara de Guy Fawkes entre algumas das principais memórias mobilizadas estão a de mártir, do herói, do vingador e do revolucionário. Essas memórias têm retrospecto da história, e suas versões (do filme ou HQ) e não a de marginal, ou, a de vândalo. Essas memórias podem ser associadas de outras formas de se cobrir o rosto.

Acreditamos que o gesto político que fica fortemente inscrito na máscara do anonimato perde sua força em uma simples tentativa de não ser identificado juridicamente, como se fosse somente o fato de cobrir o rosto.

Já quando, nas manifestações de 2013, temos algumas fotos de manifestantes portando a máscara do anonimato, a mídia associa ao ato de rostos cobertos simplesmente. E, a essa associação pode-se mobilizar uma memória de criminalidade e marginalidade. Não se pode neste momento generalizar o anonimato, pois há nuances muito peculiares a cada manifestação e que muito interessam a este trabalho – por isso atentamos a dois momentos distintos: a manifestação de BH e as manifestações de 2013.

Uma grande questão neste trabalho foi de compreender as relações políticas na máscara e suas imbricações. Buscamos a compreensão desse político, da/na máscara do anonimato e a alternância entre os efeitos de máscara quaisquer na mídia trespassam a história sob os efeitos de interpretação que cabe ao sujeito contemporâneo.

Teorizamos que o filme adicionaria um efeito de proposta humanista às camadas de interpretação sobre a máscara, visto que o personagem ‘V’ leva às últimas consequências o gesto de se sacrificar por um coletivo, e, com isso, garantir o triunfo de uma classe assujeitada.

Outra inquietude que pode ser levantada: as manifestações podem ser percebidas em alguma dimensão como vingança? Utilizando um sentimento de revolta popular aliada à utilização da máscara pelo grupo “*Anonymous*”. Parece verossímil pensar que estes sentidos se ‘colam’ ao uso da máscara e, o sujeito, ao portar tal máscara, mobilize interpretações sobre ser um revolucionário em protestos para se vingar de um modelo que o prejudica.

Questionar pelos sentidos da máscara nessas reatualizações é também aproximar a máscara ao entendimento desta como linguagem, língua em funcionamento. Importante lembrar que a proposta é trabalhar a *identificação* no nível ideológico com este anonimato no processo de constituição do sujeito. Diferente de pensar que o sujeito pode optar momentaneamente por estar ou não anônimo e que o processo de identificação é incontornável ao sujeito.

Portanto o sujeito, ao portar esta máscara, produz sentido. Manifestar-se usando essa máscara é um gesto que tem determinações específicas. Difere-se de outros modos de manifestações e de outras máscaras quaisquer, ou, até mesmo do ato de acobertar-se.

Produzimos este capítulo assumindo a posição de entremeio em que a AD se constitui, em seu fundamento de base do dispositivo teórico (Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise), assim como dos conceitos fundantes de Discurso, Sujeito e Ideologia. Nesses parágrafos, compreendemos que as diferentes posições sujeito destes anonimatos, e procedemos à construção do dispositivo analítico que mobilizamos na leitura e interpretação frente a um *corpus* de estudo. Além desses aspectos, assumimos a posição sujeito de quem analisa e a necessidade de produzir escutas teóricas que especializaram nosso gesto de leitura da máscara.

Desta maneira, retomando a escuta teórica que nos propomos compreender a Semiótica pierciana (tratada no capítulo teórico) e, em especial em suas relações triádicas, serviu-nos como ferramenta de auxílio no processo de análise de imagens em sua estrutura visual. Seus desdobramentos como signos, que a semiótica define como tendo o interpretante final aberto, serviu-nos de base para uma teorização que consideramos produtiva na compreensão da máscara enquanto estrutura visual. Mas que, no entanto, não dá conta das condições de produção da máscara do anonimato.

É nessa relação de escuta e ressonância que pretendíamos promover uma leitura das propriedades discursivas da máscara do anonimato e compreender que nessas propriedades encontram-se imbricadas a posição de *ser* e de *estar* anônimo, portanto pudemos considerá-la um objeto simbólico.

A sobreposição de elementos significantes a um objeto permeado pelo conjunto histórico e ações sociais organizadas permite o deslize, a contradição como movimentos próprios do discurso.

A compreensão do discurso cria um cenário possível para novas discussões sobre o assunto, sempre ressaltando diferentes posições sujeito dos interlocutores, sempre atravessados pelas diversas formações discursivas que os permeiam. Essa compreensão pode ser observada pelos efeitos de ‘ser’ e de ‘estar’ anônimo através da máscara, como gesto político e seus deslizamentos de sentidos. É por uma condição do *rosto social* anônimo que podemos propor o ganho da *posição sujeito* que alterna dentro do processo de *identificação* simbólica, aquilo que produz no sujeito o efeito de reconhecimento, do movimento ‘ser/estar’ anônimo. É estando em diferentes posições que passamos a assumir uma posição sujeito – isto é incontornável ao ser sujeito, ele está sujeito e esta é sua regra de constituição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gesto de compreensão aqui procedido é constitutivo de vários movimentos. Verificamos o que a historiografia poderia contribuir com os elementos distintos, que foram nosso foco de estudo: a máscara; o conspirador; o HQ; o filme; a rede TOR; os manifestantes (BH e 2013) e até os transeuntes mascarados nas multidões a fim de compreender as relações e *ser* e *estar* anônimo no laço social.

Em (in)determinado momento, acreditamos que o deslocamento dos efeitos de sentidos, mobilizados na imbricação inconsciente/ideologia através da “ferramenta imperfeita<sup>52</sup>” que é a linguagem, e, no caso dessa dissertação, os sentidos da máscara do anonimato potencializa redes de memórias e seus efeitos políticos.

Mas ainda nos perguntamos: como tão diferentes posições podem ser convergidas para um determinado objeto?

Em nossa perspectiva teórica, a AD torna possível a leitura/interpretação de diferentes posições a respeito do anonimato.

É pela tentativa de transgressão, polissemia, de algumas regras, paráfrases, do laço social que diversos destes rostos sociais escamoteiam elementos mútuos para se constituir, sujeitos aos efeitos de reconhecimento do processo de *identificação* de maneira recorrente. O movimento de ‘ser’ e de ‘estar’, sobre o qual discorreremos ao longo deste trabalho, é uma tentativa de ilustrar o transportar da porosidade opaca entre sujeito e língua(gem).

Se os ensinamentos de Pêcheux permitem uma “crítica a afirmação do óbvio<sup>53</sup>” a máscara deste anonimato não apenas vela uma face, um estar temporário, mas, marca um efeito de lugar de resistência. Lugar que se desloca com o tempo e o espaço, com o movimento vivo da língua, da sociedade e dos sujeitos. Lugar marcado pelas posições e relações de *ser/estar* anônimo, coletivo-individual, a posição de um alhures.

O ‘ser’ anônimo é mutável, e pode estar associado à fluidez e efemeridade com que a *identificação* trabalha na constituição deste sujeito. O ser anônimo, na perspectiva discursiva é um modo de *identificação* do/no discurso. O ato de reconhecimento jurídico é o seu revés.

---

<sup>52</sup> Referência a Henry (1992)

<sup>53</sup> Referência a Pêcheux (2009)

O *corpus* analisado e os exemplos trazidos buscam compreender esta *identificação* desencadeada pela mobilização das memórias do anonimato e seus constituintes, proposta inclusive nas camadas de efeitos de sentidos que se acumulam e se perdem na máscara do anonimato. A negação do processo de um reconhecimento jurídico é um efeito do desdobramento e tem um de seus pilares em outro efeito, a negação de retornar ao lugar do ‘idêntico’ na coletividade.

Seja por protestos, ou, ações que permanecem em um anonimato, ou, que tomem a forma de incêndios e manifestações, o ‘ser’ anônimo parece tomar uma dimensão de uma posição de resistência. O ‘estar’ anônimo é a prática em que se resiste, um breve deslocamento de uma zona de conforto, um lugar comum, atribuído a formações ideológicas próximas.

Pensando também no movimento de paráfrase e polissemia no percurso crítico, proporcionado pela AD nos caminhos constitutivos dos sujeitos anônimos, mostra marcas interessantes do social por sobre a história, em especial pela relação de poder entre as classes. Estas marcas assumem lugares por vezes contraditórios e transitórios que anseiam para que haja um esquecimento sobre o divergente, aguardando o ponto que o gesto de resistência caia em descrédito. A história como nos é trazida da Conspiração da Pólvora é um destes exemplos, mas desconfia-se que o vídeo da manifestação de BH poderá logo possuir o mesmo efeito.

Já a rede TOR, neste cenário, é outro exemplo, mas talvez, pelos efeitos de um anonimato constitutivo, produza um ‘estado de anonimato’. Conveniente lembrar que este campo virtual é, pelo seu aspecto teórico, pouco estudado (teórico/filosóficos) acerca de suas influências. Esta rede anônima, que se propõe na forma discursiva predominantemente polêmica, refrata os AIE’s/ARE’s ao ponto de, em certos momentos, antagonizá-los, e se organiza contra repressões por parte do Estado, e se constitui além do anonimato pela contradição. Aquilo que se cria por um propósito pode também ser profanado em seu antagonismo. A rede TOR é também atravessada por sujeitos anônimos, mas esta posição sujeito jamais será homogênea e isso movimenta a rede como movimenta a língua e a torna viva, capaz de modificar-se.

Proveitoso, também, foi compreender como os efeitos do anonimato são confusos frente ao aparato jurídico, marcados na/pela noção/efeito de liberdade. Os sujeitos são pegos pela contradição de transgredirem, por sobre uma máscara/rede virtual, por um efeito de um gesto de *poder* para, na sequência, retornarem ao local do “bom sujeito”, visto as posições

sujeitos encontrarem-se marcadamente atravessadas por diferentes efeitos de sentido. O ‘sujeito anônimo’ da rede TOR é quase que corporificado com um rosto social.

Nesse aspecto, o efeito de duplicidade do ser/estar anônimo, é recorrente a proposta do atravessamento artístico do HQ e do filme e do discurso da mídia. Mesmo que advindo de um refinamento do processo de produção e valoração, os efeitos do anonimato são transportados no/pelo personagem “V” e especial por sua relação com o anonimato e ao lugar político por ele ocupado. A ‘venda’ de uma interpretação por sobre outra interpretação é constitutiva nesse processo, tanto quanto os esquecimentos dão conta de naturalizar seus sentidos.

Consideramos os atravessamentos dos elementos como constitutivos do *corpus*, mas, individualmente, os campos possuem uma atratividade notável. Ao propor uma perspectiva discursiva, é possível observar as diferentes relações das condições de produção do anonimato.

É no local de entremeio da AD que a prática do gesto de interpretação adquire um tom ‘holista’ de perceber o sujeito constituído/constituindo os/dos laços sociais ao marcar na linguagem os efeitos de sentido. O presente estudo problematiza o movimento da posição sujeito anônimo através da discursividade proposta pela máscara de Guy Fawkes, a máscara do anonimato.

Este funcionamento do anonimato, inclusive em suas contradições, incita questionamentos dentro da AD em direções diversas, como por exemplo: o espaço virtual anônimo (rede TOR) interligado ao anonimato dos grandes conglomerados urbanos (manifestações de 2013). A forma como é desestabilizado a relação de poder no virtual para que ocorra um gesto como as manifestações, e ao mesmo tempo, a incógnita que são as relações mobilizadas pelos laços afetivos sob um paradigma de não importar quem o sujeito se diz ‘ser’ – bastando que naquele momento ele ‘esteja’.

É este ‘ser’ anônimo que interpela aos idênticos: como pode ‘ser’ assim? Ao anonimato cabe a sobreposição de efeitos de sentidos e suas relações com o social. Mas, sempre se perguntando pelo sujeito e sua forma de transgredir a sedimentação da linguagem. Uma nova camada de resistência para obliterar parte que se reconhece em uma posição possível: a do anonimato e do não reconhecimento jurídico.

Já o labiríntico aspecto do ‘estar’ em suas relações mercuriais e efêmeras ao anonimato desconfia-se que talvez caiba a este as im(possibilidades) de um ‘ser’ e/ou de um reconhecer no processo de transitar entre as possibilidades dos sujeitos estarem reconhecidos como elementos distantes – talvez ao ponto de se tornarem anônimos uns para com os outros.

Neste '*estar*' há a possibilidade de coexistir os espaços necessários ao 'ser', 'não ser' e as diversas (im)possibilidades de transitar entre estas relações pelo processo de identificação do/no simbólico.

Considerar as diferentes perspectivas do anonimato no que diz respeito ao processo político eleitoral, perscrutando a relação entre o sigilo do voto e a prerrogativa do voto branco/nulo abre interpretação para o lugar do anônimo nesse processo.

Estas discussões sofrem, neste momento, um efeito de breve parada, para que juntamente com a entidade viva que é a produção de efeito de sentido, continuem a exercitar o ímpeto de questionar como estes sentidos são possíveis. E, principalmente de buscar, na compreensão de um amplo espectro, as respostas para nossas inquietudes.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Opus Dei**: arqueologia do ofício: homo sacer. Tradução Daniel Arruda Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e a morte**: um seminário sobre a o lugar da negatividade. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **O rosto**. Trad. Murilo Duarte Costa Corrêa. 2010a. Disponível em: <<http://polichinello2004.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 set. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ideia e prosa**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. **O homem sem conteúdo**. Trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012a.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Posições I**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

AMARAL, Ana Maria. **O ator e seus duplos**: máscaras, bonecos e objetos. São Paulo: SENAC, 2004.

ASSAD, Ibrid. **Kósmos Noetós**: arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Ed. Perspectiva - Hólon, 1992.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre fotografia. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. **Aula**. Aula Inaugural da cadeira de semiologia literária do colégio de França pronunciada em 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-moisés. 14. ed. São Paulo: Cultrix 2007.

\_\_\_\_\_. **O grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BBC. The Gunpowder Plot. 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/the\\_gunpowder\\_plot](http://www.bbc.co.uk/history/the_gunpowder_plot)>. Acesso em: 11 dez. 2012.

BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. Trad. Maria Paula V. Zurawski; J. Guinsburg; Sérgio Coelho; Clóvis Garcia. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENSE, Max. **Pequena Estética**. Trad. J. Guinsburg; Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2009.

BILTON, Nick. Masked Protesters Aid Time Warner's Bottom Line. Publicado em 28/08/2011. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/08/29/technology/masked-anonymous-protesters-aid-time-warners-profits.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/08/29/technology/masked-anonymous-protesters-aid-time-warners-profits.html?_r=0)> Acesso em: 30/01/2013

BRINCE, Katherine. **The Early Stuarts 1603-40**. Hodder Education, 1994.

CARTACAPITAL. **Confira as imagens dos protestos de quinta-feira: 20/06/2013**.

Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/confira-as-imagens-dos-protestos-nesta-quinta-feira-1109.html>>. Acesso: em 20 jun. 2013.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

COURTINE, J. J.; HAROCHE, C. O homem perseguido: Semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: ORLANDI, Eni. [et al].

**Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DEELY, J. **Semiótica Básica**, Ática, São Paulo, 1990.

DESCOMBES, Vincent. Le sujet des relations triadiques. In: DESCOMBES, Vincent. **Les institutions du sens**, Collection "critique". Paris: Les Éditions de Minuit, 1996.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1969. p. 259-271.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v.1. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v.2. São Paulo: Editora 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v.3. São Paulo: Editora 34, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v.4. São Paulo: Editora 34, 2012c.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. v.5. São Paulo: Editora 34, 2012d.

DERRIDA, Jaques. A Estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: DERRIDA, Jaques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva; Pedro Leite Lopes; Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, Cristiane Pereira. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo, SP: Hucitec, 2012.

DUSEK, André. Foto. In; Protesto em Brasília fica tenso e polícia evita invasão do Itamaraty. ORM 20/06/2013. Disponível em:

<<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=654499&|protesto+em+bras%C3%ADlia+fica+ten>

so+e+pol%C3%ADcia+evita+invas%C3%A3o+do+itamaraty#.U1xiY\_ldWc4>. Acesso em: 21 jun. 2013.

ECO, U. **Tratado Geral de Semiótica**. Trad. Antônio de Pádua Danesi; Gilson Cesar. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. Martins Fontes 1999.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

\_\_\_\_\_. O discurso do Corpo. In: MITTMANN, Solange. SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. Solange Mittmann. (Orgs.). **Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L em sua diversidade construtiva**. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011.

FOUCAULT, Michel. Capítulo III. Representar. In: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 2. Trad: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 3. Trad: Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004.

FORRESTER, John S. Dozens of masked protesters blast Scientology church. Disponível em: <[http://www.boston.com/news/local/articles/2008/02/11/dozens\\_of\\_masked\\_protesters\\_blast\\_scientology\\_church/](http://www.boston.com/news/local/articles/2008/02/11/dozens_of_masked_protesters_blast_scientology_church/)>. Acesso em: 02/11/2013.

FRASER, Antonia. **The gunpowder plot: Terror & faith in 1605**. Phoenix, 2005.

\_\_\_\_\_. **A conspiração da pólvora: Terror e fé na revolução inglesa**. Trad. Alda Porto. RJ: Record, 2000.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na cultura**; Tradução Renato Zwick; Porto Alegre, RS L7PM Pocket, 2010.

GADET, Françoise. Prefácio. In : HAK, Tony; GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania Mariani. [et al]. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GLENNY, Misha. **Mercado sombrio: o cibercrime e você**. Trad. Augusto Pacheco Calil [et al]. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceito e aplicações. In: **Alfa**, São Paulo, n.39, 1995, p. 13-21. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

HENRY, Paul. **Le mauvais outil: langue, sujet e discours**. Paris: Klincksieck, 1977.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: HAK, Tony; GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso: uma**

introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani. [et al]. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Editora da UNICAMP, 1992.

HAYNES, Alan. **The Gunpowder Plot: Faith in the Rebellion.** Hayes and Sutton, 2005.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

INDURSKY, F. A Fragmentação do Sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. do C. **Discurso, Memória, Identidade.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

\_\_\_\_\_. O entrelaçamento entre o político, jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. In: **Rev. ANPOLL**, n. 12, 111-131, jan. /jul. 2002.

\_\_\_\_\_. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: LAGAZZI, S; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem.** Discurso e textualidade. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília A. (Orgs.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura.** Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012.

KWEK, Glenda. V for vague: Occupy Sydney's faceless leaders. Disponível em: <<http://www.smh.com.au/nsw/v-for-vague-occupy-sydneys-faceless-leaders-20111014-1loy6.html>>. Acesso em: 11/05/2012.

LACAN, Jacques. **Escritos.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Le Seminaire**, livre 10: l'angoisse. Paris: Seuil, 1962/2004. Le champ freudien - collection fondée par Jacques Lacan - Collection dirigée par Jacques-Alain et Judith Miller.

LAGAZZI, Suzy. **A Contradição no Funcionamento das Discursividades Contemporâneas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/SuzyLagazzi.pdf>>. Acesso em: jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. **A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes.** XXIII Encontro Nacional da Anpoll - Produção do Conhecimento em Letras e Linguística: Identidade, impacto e visibilidade. Faculdade de Letras. Universidade Federal de Goiás, GO, 2008. Disponível em: <<http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões e deslocamentos em torno do Anexo 3. In: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). **Estudos do texto e do discurso.** O

discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. **O desafio de dizer não.** Campinas, SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **O juridismo marcando as palavras:** uma análise do discurso cotidiano. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística, UNICAMP, Campinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Recorte Significante na Memória.** 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>> acesso em 5/10/2013

\_\_\_\_\_. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil:** pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. Pontos de parada na discursividade social: alternância de janelas. In: **Giros na Cidade:** Materialidade do espaço. Campinas: LABERUB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

MARSHALL, John. **John Locke, toleration and early enlightenment culture.** Cambridge University Press, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Trad. Maria Licia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MARX, Karl **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'anna. 30. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MASCARO, Gabriel. Não é sobre sapatos. In 31 Bienal. Disponível em: <<http://www.31bienal.org.br/pt/post/1524>> acesso em: 15/09/2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/SolangeMittmann.pdf>>. Acesso em: out. de 2013.

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos.** Brasiliense 1996.

MOORE Alan; LLOYD, David. **V for vendetta.** Originais publicados em 10 volumes durante os anos de 1988 e 1989. Vertigo, DC Comics, 2005.

MUSEU DO ORIENTE. Disponível em: < <http://www.museudooriente.pt/219/mascaras-da-asia.htm> > Acesso em: 10 jul. 2008.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Funcionamento do artístico**: discurso e memória em guerra, paz e contestado de Helena Terpan; in MILLANI & NECKEL (org). *Capital social: arte, ciência, cultura e desenvolvimento regional*. Curitiba: Kairós, 2013.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

NATIONAL PORTRAIT GALLERY. **The Gunpowder Plot Conspirators, 1605**.

Disponível em:

<<http://www.npg.org.uk/collections/search/portrait.php?search=ap&npgno=D2334&eDate=&lDate=>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso e argumentação**: um observatório do político. Fórum Linguístico, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/6915/6378>>. Acesso em: maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes 2001.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Revista Em Aberto**, n. 61, ano 14. Brasília: INEP, jan./mar.1994, p. 52-59. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: pontes, 2012a.

PARLAMENTO INGLÊS. **The Gunpowder Plot** - what happened? Disponível em: <<http://www.parliament.uk/education/about-your-parliament/history-of-parliament/guy-fawkes/>>. Acessado em: 28 abr. 2012.

PÊCHEUX, Michel. A análise automática do discurso (AAD-1969). In: HAK, Tony; GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani. [et al]. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Apresentação da AAD. In: HAK, Tony; GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani. [et al]. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; [et. al.]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010b.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) et al. **Gestos de leitura**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010c, p. 49-59.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões. Deslocamentos. In: Caderno de estudos linguísticos nº19. Julho/dezembro de 1990. Publicado originalmente na Revista L'homme ET La Société 63-64, 1982: 53-69. 1982

PIERCE, Charles S. **Peirce, vida e obra**. In: Os Pensadores. São Paulo: Ed. Vitor Civita/Abril Cultural, 1980.

PIERCE, Charles S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PIERCE, Charles S. **The Collected Papers**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1958.

PUCHEU, Alberto. **Giorgio Agamben: Poesia, filosofia e crítica**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

MATERIAL contra gases. In: **Blog Peixe Guerrilha Urbana - Surviving int the city**. Postado em 25 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://peixeguerrilhaurbana.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

TACCA, Fernando de. A representação icônica na cotidianidade do operário sapateiro da cidade de Franca – SP. In: **Caderno de textos - Antropologia Visual do Índio**, RJ,1987.

THOREAU, Henry David. **Desobediência Civil**. São Paulo: Companhia das letras, 1849.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2012b.

\_\_\_\_\_. **A assinatura das coisas: Peirce e a literatura**: Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 34. ed. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). Trad. Antônio Chelini; José Paul Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SPIEGELMAN, Art. **Palestra no 4º congresso internacional CULT de jornalismo cultura**. Disponível em: <[revistacult.uol.com.br/home/2012/05/quadrinhos-sao-uma-forma-de-fazer-arte/](http://revistacult.uol.com.br/home/2012/05/quadrinhos-sao-uma-forma-de-fazer-arte/)>. Acessado em 06/06/2012.

V DE VINGANÇA. “V for Vendetta”. Direção James McTeigue. Produção Warner Bros Pictures, 2006. Baseado nos quadrinhos ilustrados por David Lloyd de Vertigo/DC Comics. 132 minutos, 2006.

VERBO POR ESCRITO. Brasil. Disponível em:  
<<http://verboporescrito.blogspot.com.br/2013/06/brasil.html>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. In: **Leitura**. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, LCVCHLA-UFAL, n. 30, referente ao período de jul/dez. 2002, p. 175-206. Disponível em:  
<<http://pt.scribd.com/doc/102422581/ACONTECIMENTO-ARQUIVO-MEMORIA-as-margens-da-lei>>. Acesso em: mai. de 2013.

WAITES, Rosie. V for Vendetta masks: Who’s behind then? Disponível em:  
<<http://www.bbc.co.uk/news/magazine-15359735>>. Acesso em: 11/02/2012.

WALKER, Brian. Brian Waker’s Guy Fawkes Mask Frim Whoopee and Wow. Disponível em: <<http://petergraycartoonsandcomics.blogspot.com.br/2010/11/brian-walkers-guy-fawkes-mask-from.html>>. Acesso em: junho de 2013

WYATT, Daisy. Russell Brand joins thousands to protest for Anonymous Million Mask March. In: **The Independent**. Wednesday 06 November 2013. Disponível em:  
<<http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/comedy/news/russell-brand-joins-thousands-to-protest-for-anonymous-million-mask-march-8924035.html>> Acesso em: 06 dez. 2013.